

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 21

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 5 DE JULHO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Instruções para o processamento da inscrição perante a Mesa do Congresso Nacional, de candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República

A Mesa do Congresso Nacional, tendo em vista o disposto no art. 8º do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, combinado com o art. 1º do Ato Complementar nº 9, de 11 de maio de 1966,

Resolve baixar as seguintes instruções para o processamento da inscrição de candidatos a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República, pelo Congresso Nacional, a realizar-se no dia 3 de outubro do ano em curso:

1) O requerimento de inscrição, assinado pelos órgãos competentes do Partido interessado, deverá ser acompanhado dos documentos, devidamente formalizados e legalizados, constantes do art. 1º do Ato Complementar número 9.

2) Recebido o requerimento, o Presidente o mandará autuar e designará um dos Secretários da Mesa do Congresso Nacional para funcionar como relator no caso.

3) No prazo de cinco dias, o Relator se pronunciará sobre a documentação. Se não houver diligências a cumprir, o Relator apresentará desde logo o seu Parecer definitivo.

4) Em caso de falhas na documentação ou formalidades a preencher, o Presidente concederá ao Partido prazo para o seu cumprimento.

5) Quando necessária, a retirada de documentos para os fins do item anterior será permitida, mediante recibo firmado por pessoa devidamente credenciada pelo Partido.

6) O Parecer final do Relator deverá ser conclusivo, no sentido da concessão ou denegação da inscrição. Será submetido à Mesa, cuja deliberação, quando favorável à inscrição, se formalizará em Resolução que, assinada pelo Presidente, será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

7) Concedida a inscrição, em livro próprio se lavrará termo que será assinado pelo Presidente.

8) Ao Partido requerente se comunicará, em ofício do Primeiro-Secretário, o despacho de concessão ou denegação da inscrição, sendo-lhe fornecidas, em certidão, cópias ou fotocópias autenticadas, os textos da Resolução do termo de inscrição e de outras peças do processo, quando o solicitar.

Brasília, 20 de junho de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS A PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Em cumprimento a despacho do Senhor Presidente do Congresso Nacional faço saber que a Mesa do Congresso concedeu, nos termos da Resolução a seguir transcrita, a inscrição, requerida pela Aliança Renovadora Nacional, dos Srs. General-de-Exército Arthur da Costa e Silva e Doutor Pedro Aleixo, como candidatos, respectivamente, aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, na eleição a realizar-se no dia 3 de outubro do ano em curso, de acordo com o disposto no art. 3º do Ato Institucional nº 3, de 1966.

Brasília, 4 de julho de 1966. — Gilberto Marinho, 1º Secretário em exercício.

A Mesa do Congresso Nacional, tendo em vista o que lhe requereu, em vinte e dois de junho deste ano, a Aliança Renovadora Nacional, pela sua Comissão Diretora Nacional, atendendo ao disposto no artigo nono, do Ato Institucional número dois, de vinte e sete de outubro de mil novecentos e sessenta e cinco, combinado com o artigo primeiro do Ato Complementar número nove, de onze de maio de mil novecentos e sessenta e seis;

tendo em vista que foram apresentados os documentos exigidos pelo artigo primeiro do Ato Complementar número nove e finalmente,

considerando que foram observadas as formalidades estabelecidas nas suas Instruções de vinte do corrente mês,

Resolve conceder inscrição aos Senhores General de Exército Arthur da Costa e Silva e Doutor Pedro Aleixo para, como candidatos da Aliança Renovadora Nacional a Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente concorrerem à eleição, pelo Congresso Nacional, a realizar-se no dia três de outubro do ano em curso.

Brasília, 28 de junho de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

O Presidente do Congresso Nacional, no uso de suas atribuições: Considerando que Sua Excelência o Senhor Zalman Shazar, Presidente do Estado de Israel, visita o Brasil em momento em que o Parlamento Brasileiro se acha em recesso constitucional;

Considerando que são devidos aquele Ilustre Chefe de Estado as maiores homenagens, pela sua alta personalidade e como supremo mandatário de seu povo;

Considerando os sentimentos brasileiros de fraterna amizade pela milenar nação israelita e pelo jovem Estado de Israel;

e atendendo ao que lhe foi requerido em sessão do Congresso Nacional pelo Deputado Cunha Bueno,

Resolve:

Designar, sob a Presidência daquele Deputado, os Senhores Senadores Aarão Steinbruch e Irineu Bornhausen e os Senhores Deputados Altino Machado, Emanuel Waismann e Cunha Bueno, para constituírem comissão de recepção ao eminente visitante.

Brasília, 30 de junho de 1966. — Senador Auro

Moura Andrade, Presidente do Congresso Nacional.

SESSÕES CONJUNTAS PARA APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 2 e 3 de agosto de 1966, às 21 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 2 de agosto:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.642-B/64, na Câmara, e nº 137, de 1965 no Senado que dispõe sobre pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público civil;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 1966, que institui o Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) e dá outras providências.

Dia 3 de agosto:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7, de 1966, que dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior, e dá outras providências.

Senado Federal, em 16 de junho de 1966

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

SESSÃO CONJUNTA

Em 2 de agosto de 1966, às 21 horas
ORDEN DO DIA

Vetos presidenciais (parciais):

1º — ao Projeto de Lei nº 1.642-B-64, na Câmara e nº 137-65 no Senado, que dispõe sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentenças concessivas de mandado de segurança, a servidor público;

2º — ao Projeto de Lei nº 6-66 (C. N.), que institui o Quadro do Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Voto	Matéria a que se refere
1	1º	§ 1º do art. 1º do projeto.
2	2º	Parágrafo único do art. 2º.

SESSÃO CONJUNTA

Em 3 de agosto de 1966, às 21 horas
ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 7-66 (C.N.) que dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional de Comércio Exterior e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Matéria a que se refere
1	§§ 4º, 5º, 6º e 7º do art. 20.
2	Art. 23 e seus parágrafos e art. 24.
3	Art. 36 e seus parágrafos.
4	§ 4º do art. 54.
5	§ 3º do art. 59.
6	Art. 61.

Reunião conjunta das Mesas do Senado Federal e Câmara dos Deputados, realizada em 16/6/1966

Aos 16 dias do mês de junho, de 1966, às 21h 30 m, reúnem-se na Sala da Comissão de Finanças do Senado, as Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Presentes os senhores Moura Andrade, Nogueira da Gama, Gilberto Marinho, Barros Carvalho, Caltete Pinheiro, Joaquim Parente, Guido Mondin, Sebastião Archer, Raul Guberti, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente, 2º, 3º e 4º Secretários e 1º, 2º, 3º e 4º Suplentes de Secretários do Senado Federal e os senhores Aduauto Cardoso, José Bonifácio, Nilo Coelho, Henrique de La Rocque, Aníz Badra e Ary Alcântara, respectivamente, Presidente, 2º Vice-Presidente, 1º, 2º, 3º e 4º Secretários da Câmara dos Deputados. Ausentes, por motivo justificado, os Senhores Senador Dinarte Mariz, 1º Secretário do Senado e Deputado Baptista Ramos, 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Presentes também os Senadores Daniel Krieger e Aurélio Vianna, respectivamente, Líderes da Maioria e Minoria do Senado e o Deputado Abel Raphael. Com a palavra o Presidente Moura Andrade solicita que o Deputado Aduauto Cardoso, Presidente da Câmara, assumia a direção dos trabalhos, o que é aceito. O Senhor Presidente declara que se encontra em pauta para a reunião conjunta das Mesas o exame da oportunidade e da conveniência da aplicação do disposto no Decreto Legislativo nº 18, de 1964. Depois de largamente debatido o assunto, as duas Mesas decidem, unanimemente, não aplicar a correção monetária nos subsídios e ajuda de custo dos Senadores e Deputados, por haverem considerado que, estando a esgotar-se a atual Legislatura, o assunto será mais apropriado e com maior oportunidade tratado por ocasião da fixação dos subsídios e ajuda de custo que devem vigorar na próxima Legislatura. Nada mais havendo a tratar às 23h 30m, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião e eu, Paulo Afonso Martins de Oliveira, Secretário-Geral da Presidência da Câmara dos Deputados, lavrei a presente ata. — Aduauto Cardoso, Presidente da Câmara dos Deputados.

SENADO FEDERAL

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Especial, criada pela aprovação do Requerimento nº 285, de 1965, para "Proceder ao estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias-primas, minerais e produtos agropecuários nacionais".

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 23 DE OUTUBRO DE 1965

Ante a vinda e o fim do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às vinte e uma horas e cinco minutos, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Sigefredo Pacheco, Presidente, presentes os Senhores Senadores José Ermirio, Relator, Atílio Fontana, José Feliciano e Raul Guberti, reúne-se a Comissão Especial do Senado Federal, criada pela aprovação do Requerimento nº 285, de 1965, para tomada do depoimento do Senhor Doutor Aristides Amadeo Germani, Presidente da Ação-Moageira de Fomento ao Trigo Nacional, que comparece acompanhado do Senhor Doutor João Tamer, Vice-Presidente daquela entidade. Aham-se presentes, ainda,

os Senhores Senadores José Feliciano e Guido Mondin.

Devidamente cumpridos os preceitos legais, os Senhores Senadores Heriberto Vianna, Vice-Presidente, e Argemiro de Almeida, Secretário, tomam posse.

Em seguida, o Senhor Presidente declara aberta a sessão e, em seguida, o Senhor Presidente declara aberta a sessão e, em seguida, o Senhor Presidente declara aberta a sessão.

Abrida a sessão, o Senhor Presidente declara aberta a sessão e, em seguida, o Senhor Presidente declara aberta a sessão.

A seguir, pelo Senhor Presidente é convidado a palavra ao Senhor Presidente da Ação-Moageira de Fomento ao Trigo Nacional, que, antes de iniciar sua exposição sobre o trigo, sua plantação, sua genética, novas variedades, desenvolvimento do plantio no Rio Grande do Sul e outros Estados, situação atual da Ação Moageira, lê para conhecimento dos Senhores membros da Comissão o texto do nº 1.229, datado de 22 de outubro de 1965, do Senhor Secretário da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, em que encaminha informes sobre a

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURLO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

	Capital e Interior
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
	Exterior
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

	Capital e Interior
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00
	Exterior
Ano	Cr\$ 105,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de assinalamentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio do cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

dos por técnicos daquela Secretaria sobre trigo e soja.

Em prosseguimento, o depoente da comissão a sua exposição para, em seguida, passar a responder as indagações formuladas pelo Senhor Senador João Ermirio, Relator da Comissão.

No decorrer das respostas do Senhor Aristides Amadeo Germani aos questionamentos pelo Senhor Relator, o Senhor Doutor João Tamer, Vice-Presidente da Ação Moageira, tem oportunidade de usar da palavra a fim de esclarecendo o conteúdo, representando as dificuldades e os aspectos negativos.

Concluídas as respostas do depoente ao Senhor Relator, os Senhores Senadores Atílio Fontana, José Feliciano e Raul Guberti tomam a palavra a fim de fazerem perguntas aos depoentes, obtendo, na sequência, as respostas dos mesmos.

Em seguida, o Senhor Presidente declara aberta a sessão e, em seguida, o Senhor Presidente declara aberta a sessão.

O Senhor Presidente, zero horas e cinquenta minutos, do dia vinte e nove de outubro de mil novecentos e cinquenta e cinco, encerra a presente reunião e, para constar, eu, J. Rey Passos Dantas, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Publica-se. Em 9-11-65. — Senador Sigefredo Pacheco, Presidente.

ANEXO A ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 28-10-65, ÀS 21,15 HORAS

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO

Integra ao apuramento daquela a referida na Ata

Presidente: Senador Sigefredo Pacheco.

Relator: Senador José Ermirio. Convidado: Doutor Aristides Amadeo Germani, Presidente da Ação Moageira de Fomento ao Trigo Nacional.

Comissão Especial do Senado Federal, que procedeu ao estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias-primas, minerais e produtos agropecuários nacionais.

Reunião de 28 de outubro de 1965 às 21 horas.

Presidente: Senador Sigefredo Pacheco.

Relator: Senador José Ermirio.

Convidado: Dr. Aristides Amadeo Germani, Diretor-Presidente da Ação Moageira de Fomento ao Trigo Nacional.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Sigefredo Pacheco) — Está aberta a sessão.

Dispensada a leitura da ata, a requerimento do nobre Senador José Ermirio, Relator, dou-a como aprovada.

Encontra-se entre nós o Dr. Aristides Amadeo Germani, Diretor-Presidente da Ação Moageira de Fomento do Trigo Nacional, atendendo convite que esta Comissão lhe formulou de prestar esclarecimentos referentes ao temário que lhe foi oferecido e que se refere à situação do trigo nacional.

O SR. SENADOR JOSÉ FRMIRIO — (Relator) — Sr. Presidente o Dr. Aristides Amadeo Germani é um homem esforçado e fidedigno, no Rio Grande do Sul, a Ação Moageira de Fomento do Trigo Nacional, que hoje congrega 75% dos produtores do Rio Grande do Sul, e está se esforçando para promover o desenvolvimento do trigo baseado na mais perfeita técnica. Conforme V. Exa. sabem, a situação do trigo e do petróleo são as mais difíceis no País.

Pelo depoimento prestado pelo Presidente da Petrolbras, no próximo ano vamos para 150 mil barris diários, o que já representa 50% do consumo.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Sigefredo Pacheco) — Tem a palavra o Dr. Aristides Amadeo Germani.

O DR. ARISTIDES AMADEO GERMANI — Sr. Presidente, em primeiro lugar passo as mãos de V. Exa. o ofício do Secretário de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, acompanhado de um trabalho sobre o Melhoramento do Trigo que infelizmente não pode estar presente.

Sr. V. Exa., me permitam falar a respeito do trabalho elaborado pela Ação Moageira a fim de evitar que sejam feitas perguntas já transcritas aqui. (Lei)

Exmo. Sr. Senador Presidente e demais membros da Comissão Especial do Senado, criada em virtude do Requerimento nº 285-64

A "Ação Moageira de Fomento do Trigo Nacional", com sede em Porto Alegre, experimenta a honra de acudir ao prego com que foi distinguida e o faz sob a inspiração do conceito de Aristoteles, segundo o qual "dizer que o que é, é, e o que não é, não é, eis a verdade".

Nem poderia ser de outra forma.

Bala-se em trigo no Brasil de dois mais remotos tempos. A mesma constância ainda é a tônica de nossas dias. Mas, remontar ao passado, perquirir fatos, correlacionar acontecimentos, senão para unicamente extrair as preciosas lições que lá se encontram, seria o mesmo que fazer história, produzir literatura.

Tal coisa, porém, não parece que seja o concreto objetivo final de sua Ilustrada Comissão. Também não é, segundo a "Ação Moageira" entende, a forma positiva de enfrentar com ânimo de resolver, o problema real que se encarna no indesejável propósito de dar crescentemente trigo ao Brasil.

Ninguém é capaz de negar que a Nação ambiciona, no transcorrer dos séculos, auto-bastar-se na produção de trigo. Não o tem conseguido. Mas a proposição, apaixonante sob todos os aspectos, que envolvem questões políticas, técnicas, humanas, econômicas sociais, de segurança e soberania continua insólvel, em permanente desafio ao civismo e ardor da quantos tem a ela ofertado sua dedicação.

Necessita pois, de uma vez por todas, que seja encarada de frente. De frente e com fibra, tenacidade, fé, confiança, despreendimento coragem decidida e planejamento racional, objetivo integrado.

Requer, ainda, que os espíritos se mantenham prevenidos contra os males do lirismo otimista que transborda enagora, cubitera e desfigura quando não é interesseiro e adia, protela, procrastina, à espera do amanhã natural. A aporética expectativa fácil eisonha é prejudicial. Deve, necessariamente, ceder o passo ao estado insano e sereno tranquilo.

profundo e impessoal da realidade. Ai é que podem ser encontrados, no final das contas, os autênticos fatores capazes de estimular a pesquisa, incentivar a experimentação e intencionado, inteligentemente norteado, patrioticamente conduzido, com vontade inquebrantável de vencer e disposição para construir obra duradoura que pouco a pouco, porém, no presente, mas que seja perene garantia do futuro.

Nas linhas gerais, o panorama assim esboçado em termos de linhas gerais é que se impõem o lema que tem como lema a "Ação Moageira de Fomento do Trigo Nacional" que já se orgulha de ser uma realidade palpável a serviço da maior objetividade.

A "Ação Moageira" tem por escopo fundamental, nos termos da sua norma estatutária, "a realização de estudos, a criação de esforços e a consecução de fundos, tudo visando o desenvolvimento global da triticultura no País, pelo estímulo à correspondente investigação científica e aperfeiçoamento tecnológico".

Para atingir o preenchimento de suas finalidades, cumpre a "Ação Moageira":

I — amparar e fomentar o desenvolvimento global da triticultura no País;

II — elaborar um plano de desenvolvimento científico para execução a curto e a longo prazo, abrangendo:

a) o incremento da pesquisa visando a consolidação das pesquisas existentes e o incentivo a criação de outras;

b) a formação, em escala crescente, de pessoal técnico e científico, de alto nível, com vistas às necessidades da pesquisa e do fomento;

III — fiscalizar a aplicação dos recursos que fornecer;

IV — conceder bolsas de estudos de especialização e de pesquisas, ou complementá-las, no País ou no exterior, a fim de incrementar a formação de pessoal;

V — manter cadastro de pesquisas e experimentações sob seu amparo;

VI — promover e manter estudos atualizados sobre o estado geral da lavoura triticeola, identificando as terras e as variedades de trigo e sementes que devam merecer prioridade de fomento e estimulando a formação de pessoal apto para as novas especialidades que interessem ao seu desenvolvimento;

VII — promover ou subvencionar publicações sobre os resultados das pesquisas e experimentações, com vistas a dar a conhecer o seu trabalho às autoridades e à opinião pública;

VIII — celebrar convênios com a União Federal, os Estados e os Municípios, entidades paraestatais e particulares, desde que tenham por objeto o preenchimento de suas finalidades;

IX — realizar o mais que se tornar necessário para atingir os fins a que se propõe.

Quando se sabe que o Brasil temista sobre o trigo há mais de um século — foi em 1857 que o Parlamento, ainda no segundo Império, votou a Lei nº 939, autorizando, já naquela época, o Governo a fazer a despesa necessária para a aquisição de sementes de trigo e distribuí-las aos lavradores do Império — e que pouco ou nada, em verdade, procedimos de lá para cá, nesse importante setor da nossa economia, inquestionável se torna que o ideal programático a que se votou a "Ação Moageira", representa um exemplo positivo de firmeza e se encontra admiravelmente abrochando aos mais sérios e responsáveis fundamentos históricos dos interesses nacionais a que se propõe servir.

Dessa maneira, é sob a responsabilidade do pesado compromisso que a "Ação Moageira" voluntariamente assumiu, que passa a abordar o temário que lhe foi reservado pela Ilustrada Comissão:

1. Trigo — Sua Plantação — Sua Genética — Novas Variedades — Desempenhamento do Plantio no Rio Grande do Sul e outros Estados

A fim de encorpar quanto possível a real cooperação que deseja submeter ao órgão que V. Exa. tão superiormente preside, a "Ação Moageira" repropõe os elementos que configuram a realidade estatística da produção nacional de trigo, nos últimos 25 anos e por onde se desortina, sem vãos nemios, a impressionante dimensão do problema:

PRODUÇÃO INDUSTRIALIZÁVEL

Anos	Toneladas
1940	129.000
1941	30.200
1942	32.300
1943	91.600
1944	70.800
1945	101.400
1946	41.300
1947	81.200
1948	161.000
1949	161.600
1950	172.700
1951	265.100
1952	210.000
1953	298.100
1954	468.000
1955	389.000
1956	550.000
1957	815.000
1958	100.000
1959	205.000
1960	226.000
1961	252.000
1962	182.000
1963	250.000
1964	208.000
1965	190.000

Convém ressaltar que há quem afirme que a produção nacional de trigo não ultrapassou, nunca, as 550.000 toneladas referentes à safra de 1956. As mesmas asseverações consideram que os montantes relacionados aos anos de 1956 e 1957, incluem os volumes fictícios oriundos das fraudes ensejadas pelo sempre nefasto sistema de corrigir anomalias através das engenhosas formulas de inspiração artificialista.

Refutando, porém, o fio das reflexões expostas, a "Ação Moageira" sustenta que ao lado das exiguas quantidades produzidas sucessivamente pelas safras triticeolas, o que resta da triticultura nacional sobrevive e se mantém como ato de arrojo.

Esse propósito afirmou com acerto irrecusável e o fez de público, há pouco tempo — o eminente Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, Engenheiro Agrônomo Adolfo Antônio Fetter:

"Apesar de amparo que sempre teve do Governo Federal, no setor de preços mínimos razoáveis e de comercialização assegurada, a triticultura tem sofrido reverses pela falta de um suporte científico, dos trabalhos que chamamos de pesquisa básica e aplicada, capazes de nos levar à maior produtividade e, portanto, a garantia de progresso.

Ainda nos falta um conhecimento mais exato de nossas condições ecológicas, possível através da conclusão do levantamento de solos e de rede de estações agrometeorológicas. O conhecimento sistematizado do solo constitui elemento básico, indispensável para qualquer tipo de planejamento agrícola racional, posto que representa um verdadeiro documento que revela as possibilidades atuais potenciais do solo, com vistas ao seu racional aproveitamento. Apesar

da colaboração Ministerial — Secretaria da Agricultura, o levantamento de solos encontra-se na iminência de prosseguir em ritmo reduzido, face à exigência de recursos disponíveis. A ação complementar da iniciativa privada poderia fazer com que este trabalho ficasse concluído dentro de dois ou no máximo três anos. Um outro exemplo semelhante, seria o da realização de mais sete estações meteorológicas, completando a rede da Secretaria da Agricultura.

Não é tanta cada dificuldade enfrentada, que ainda não, pese a constatação da insuficiência que já se respalda pelo sucesso os melhores meios de produtividade no rendimento da produção agrícola em geral e da triticultura em particular, sabe-se que a "Estação Experimental de Júlio de Castilhos", registra, no momento, especial sucesso com novas linhagens de trigo, fato que é sumamente auspicioso mencionar. Aliás, o intenso trabalho técnico-científico levado a efeito pela Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, é de molde a contemplar os objetivos governamentais. Eis aí uma conquista que se deve creditar ao indubitável patamar do seu quadro técnico e ao impulso insuperável do operoso titular daquela pasta.

Por parte do "Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropedológicas do Sul", localizado em Pelotas e com jurisdição nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná é esplanada, também, o trabalho técnico-científico realizado em favor da triticultura. De par com inúmeras variedades novas, de apreciável rendimento comprovado, seus técnicos, sob a orientação intelectual e administrativa do Diretor Fernando Silveira da Mota, não esmorecem no trabalho de investigação científica a que se acham devotados.

E' preciso, no entanto, que se afirme, com a mais sincera expressão, que o epílogo de todos esses episódios, em si mesmo notáveis, somente poderá ser uma grande produção nacional de trigo, quando forem equacionados os cruciais problemas condicionantes do sucesso, como sejam, por exemplo, os que se entendem com a continuidade das experimentações; com a consolidação da lavoura atual; com a abertura e implantação de novas frentes de plantio de trigo com sementes certificadas, ou, no mínimo, selecionadas; com a farta multiplicação de sementes em campos especiais; com a adubação e fertilização corretas; com a disponibilidade de defensivos para a lavoura, com medidas de extensão

que ensinem e divulguem novas técnicas de plantio, novas práticas fitossanitárias; com providências que indiquem as regionalizações; que criem e difundam uma consciência discernida do que é a boa semente; que facilitem a mecanização, isto para falar, exclusivamente, naquêles imenso conjunto de medidas e providências que se incluem, por sua natureza, na esfera da agrotecnia pura.

E' preciso, também, que se afirme, com a mesma sinceridade de expressão, que não há mais tempo a perder. Longos e preciosos anos decorreram, em que o desentendimento e o desamor foram as marcas dominantes. Os quarenta campos de multiplicação de sementes de trigo, que há mais de um quarto de século, a Lei nº 470, de 9 de agosto de 1937, mandava instalar, dez no Rio Grande do Sul, sete em Santa Catarina, seis em São Paulo, quatro em Minas Gerais, um em Goiás, um no Espírito Santo, um em Pernambuco e um na Bahia, jamais foram implantados. O laboratório central, especializado, previsto para ficar subordinado ao órgão que avocasse a intensifica-

que está consagrando a sua operatividade — não chega a significar demasiado, algumas breves considerações finais.

A "Agro-Moageira de Fomento ao Trigo Nacional", é uma sociedade civil, constituída em Porto Alegre, no dia 10 de fevereiro de 1965, por inúmeros estabelecimentos moageiros sensibilizados com a proposta em tal sentido formulada pela S. A. Moageira Rio Grandense e que a assembleia determinou fosse inscrita na ata dos trabalhos.

Calam, entretanto, no Estado, mais meridional da pátria, é uma entidade aberta a quantos estabelecimentos moageiros do País queiram a ela associar-se, nos termos das respectivas prescrições estatutárias.

Manter-se pela contribuição de seus associados, fixada a taxa de Cr\$ 100 (cem cruzeiros), por tonelada de trigo efetivamente recebido.

Integram seu quadro social, desfrutando o tratamento e as prerrogativas de sócios fundadores, entre outros as seguintes empresas moageiras que já realizaram boa parte de sua contribuição para este exercício, a saber:

Rio Grande do Sul

	Cr\$
Moinhos Germani S. A.	1.260.000
Cacha Carreista S. A.	200.000
Moinhos Cruzeiro do Sul S. A.	874.950
Moinhos Trigonal Ltda.	200.000
S. A. Moinhos Rio Grandenses	2.760.000
Primo Fábris & Cia.	200.000
Moinho Popular S. A.	300.000
Moinhos de Trigo Indígena	600.000
Agro-Moageira S. A.	160.000
Indústrias de Alimentos Ltda.	148.760
Elai Moun S. A. Ind.	500.000
Com. Agr.	200.000
Moinhos Guarani S. A.	100.000
Imao Tombini & Cia.	100.000
Moinhos Reunidos S. A.	14.000
Grando & Cia. Ltda.	600.000
Moinho Faina S. A.	10.000
Alpo Fedres & Filhos Ltda.	10.000
Imber & Cia.	30.000
Moinho Saverianoense Ltda.	30.450
Marchini, Lewis S. A. Ind.	171.880
Com. e Agricultura	22.000
Trierweiler & Cia. Ltda.	20.000
Moinho Uruguaia Ltda.	100.000
Eugenio Gabrielsen S.A.	100.000
Com. e Exp. de Cereais Ltda.	100.000
Cristal S. A.	25.000
União Sul Brasileira de Cooperativas Ltda.	414.600
Moinho São Jerônimo Ltda.	50.000
Grando S. A.	200.000
Moinho Minuano Ltda.	26.000
Moinho do Sul Ltda.	200.000
Moinho Santo Augustense Ltda.	25.000
Moinho Meneschei Ltda.	13.000
Moinho Lomardi Ltda.	21.000
Moinho N. S. do Carmo Ltda.	23.000
Moinho de Centro S. A.	218.000

Santa Catarina

Moinho Catarinense S. A.	300.000
Arômico S. A.	200.000
Paraná S. A. — Ind. e Com.	200.000
S. A. Ind. e Com. Comodora	60.000

Paraná

Moinho Paranaense Ltda.	174.000
260 Paulo	
S. A. Moinho Santista — Ind. Gerais	5.000.000
Moinho da Lagoa S. A.	600.000
Moinho Paulista Ltda.	100.000

Goioânia

Moinho Famineiro S. A.	2.072.000
Paraná Ind. e Com. Ltda.	1.000.000
S. A. Moinho Ind.	100.000

Rio de Janeiro

Ind. e Com. Moageira S. A.	750.000
----------------------------	---------

Espirito Santo

Suaiz S. A. — Ind. e Comércio	260.000
-------------------------------	---------

Bahia

S. A. Moinho da Bahia	300.000
-----------------------	---------

Pernambuco

Grandes Almoços do Brasil S. A.	5.000.000
---------------------------------	-----------

Maranhão

Maranhão Industrial S. A.	500.000
Pessoas jurídicas	34.222.250
Pessoas físicas	234.000

Total Geral recebido até esta data:	34.626.850
-------------------------------------	------------

Dirigiram os seguintes órgãos:

Conselho Superior, assim constituído:

Conselheiros Efetivos — Hildo da Costa Guillenz — Wilson Canha de Almeida — Joaquim Monteiro de Abreu — Roberto Germani — Tran-

quillo Paulo Gobbi — Severino José Tendo — José De Nadiel — Ramano

Masignam — Alfredo Augusto Per-

reira — Francisco Dias de Macedo — Harold Davies Fleming — Walter pen-

tana.

Conselheiros Suplentes — Osmaldo Cypriano Guindani — Danilo José de

Deus — Leuro Miller — Domingos Branco Ribas — Augusto Franzoi —

Antonio Preto Neto — Saul Bran-

calise — Nicolino Venturina — Al-

varo Lewis — A. G. Nascimento —

Gerardo Galeno Megale Apocalipse.

Directoria-Executiva, formada pelos seguintes elementos:

Director-Presidente: Aristides Ama-

den Germani;

Directores Vice-Presidentes: Jos-

Buals e João Tamiar;

Director-Secretário: Henrique Ther-

mann;

Director-Tesoureiro: Carlos Emilio

Tristweiler.

Desempenham gratuitamente seus

mandatos, os dirigentes da "Agro-

Moageira". As rendas da entidade são

de exclusiva aplicação no País, reser-

vosamente de acordo com os manda-

mentos do Estatuto, do qual se anexa

um exemplar, para o integral conhe-

cimento de suas disposições, por par-

te da Diretoria Central de Papeis.

A "Agro-Moageira" já destina

personalidade jurídica reconhecida

pelo Poder Judiciário. Seus documen-

tos constitutivos estão devidamente

arquivados no Cartório do Registro

Especial de Porto Alegre, conforme o

registro lavrado no Livro "A. n.º 1

do "Registro de Pessoas Jurídicas", a

fls. q verso, sob o nº 3.472, para os

efeitos e sob as condições que a lo-

calização brasileira estabelece.

Orgão receptor, tributário, é o

Estado considerado de V. Exas.,

que a totalidade apurada encontra apli-

cação definitiva pelas seguintes indus-

trias moageiras sem prejuízo de sua

autonomia.

1) Despesas de organização,

locação, instalação da

sede, aquisição móveis

atenuados telefonia ...

2) Contribuição, corresponden-

te impostos material de

expediente, inauguração,

serviços contábeis ...

custeio e remessa de

"Brasil Moageira"	1,36%
Alugueis, água, luz, lim-	
peça e gastos diversos ..	1,32%
Convênios celebrados ...	84,38%
Disponível em caixa e	
bancos	8,95%
	108,00%

EMERITA COMISSAO

A "Agro-Moageira" está convicta de que elucidou perfeitamente perante V. Exas., a sua natureza, o seu pro-
grama, a atividade que desenvolveu
antes mesmo de sua existência. Está
igualmente convicta de que revelou
uma inspiração mais profunda e que
foi sincera e explícita nas afirma-
ções que produziu.

Sumário honrada — repete —
pela alta distinção do convite que re-
cebeu, confidua, brevemente ao
dispor de V. Exas., a quem reitera
desde logo, a renovada expressão de
seu mais alto apreço e de sua especial
e zelosa consideração.

Porto Alegre, 24 de outubro de 1965.

Aristides A. Germani, Diretor-Pre-

sidente.

O SR. SENADOR JOSE' ERMIRIO

(Relator) — Sr. Presidente, ou-

vimos com atenção a exposição do

Sr. Aristides Amadeo Germani.

Minha primeira pergunta é se o

preço atual do trigo é satisfatório pa-

ra o produtor.

O SR. ARISTIDES AMADEO GER-

MANI — Está custando, para os moa-

geiros, cento e cinquenta e sete mil

cruzeiros a tonelada, o que para a

produção do trigo nacional talvez não

seja o adequado.

Quanto a produção quantitativa por

hectare, ainda é um pouco baixa. De

ar ano para cá é que foi lançada, por

mercado, uma nova variedade de tri-

go, só existente no Instituto de Pe-

lotas. Com o correr do tempo, em um

ou dois anos, essa variedade dará re-

sultados surpreendentes.

O SR. SENADOR JOSE' ERMIRIO

(Relator) — Há poucos dias o Sr.

Fernando de Mota fez-nos uma de-

claração, que muito nos alegrou e en-

thusiasmou. É que a variedade IAS-20

tem dado, em certa região, cerca de

dois mil quilos por hectare. O Mé-

xico tinha uma produção de 1.400 qui-

los; ultrapassou de 2.500 quilos. O

problema do México não se resolveu na

variedade, mas na fertilização e pre-

paro do solo, na irrigação, na sua de-

claração, de corpo e alma, que tem

uma ação de alta capacidade. Este

fano já exportou cerca de 700 mil to-

neladas. É uma grande coisa, pois

antes de ter uma produção auto-sufi-

ciente, já manda para fora o seu ex-

cedente. O Brasil precisa mais de tri-

go do que o México, que tem uma po-

pulação de apenas 40 milhões de ha-

bitantes, enquanto que nós já ultra-

passamos 80 milhões. É uma situa-

ção cada vez mais séria. O Brasil

para viver hoje, precisa exportar 2

milhões de dólares por ano. O preço

atual de 157 mil cruzeiros a tonela-

da.

De modo que o Instituto de Obra-

gem do México, fez um trabalho de

gestionamento dos pontos. Quando

chegam 60, 70 vapores em Santos,

atrasam o movimento do porto de 15

a 20 dias, ficando acumulado todo o

trabalho e retardando as viagens.

Nossa questão ao Conselho é just-

amente estudar, com um instituto da

categoria da Agro-Moageira, o seguin-

te. O senhor atualmente arrecada 100

cruzeiros por tonelada recebida. É

suficiente para o senhor tocar?

O SR. ARISTIDES AMADEU GER-

MANI — Por enquanto não é sufi-

ciente.

O SR. SENADOR JOSE' ERMIRIO

(Relator) — Quero dar o exemplo

do que foi feito somente em 3 fabri-

cas de concreto. Há cerca de 15 anos

ninguém sabia usar concreto no Brasil.

Ninguém. Era tudo educamente, a si-

tução era difícil. Existiam as fabri-

cas Votorantim, Marília e Peres. Cri-

mos escritórios em Porto Alegre, São

Paulo, Guanabara, Pernambuco, lo-

mos aumentando, e temos hoje em

quase todos os Estados.

Não tínhamos produção em Belo

Horizonte. Hoje existem 38 fábricas.

Construções com três. Construíamos

um homem capaz, professor da Uni-

versidade de São Paulo. Em poucos

anos ninguém construiu nada no Brasil

sem consultar a Associação. Na época

não tínhamos técnicos. Os Srs. têm

o IPES no Rio Grande do Sul. Pre-

cisamos plantar trigo a alta veloci-

dade. O México resolveu sua situação

com o Instituto de Obregón, estudan-

do a questão tecnológica e resolvendo

a parte de rotação de cultura, irri-

gação e de fertilizantes. O México usa

cerca de 120 quilos de amônia por

hectare, pois o terreno não é igual

ao da Florida. Este é riquíssimo em

nitrogênio. As deficiências são dos

fertilizantes. Tenho os dados comiço,

há áreas de 2.500 a 5.000 quilos por

hectare. Ficarei com os 2.500.

Nestas condições, nunca dei maior

valor ao México que ao Brasil. Não

posso dar. Precisamos esforçar-nos

para enfrentar o problema.

Temos que lutar, não podemos fi-

car assim. O senhor é um homem ati-

vo, que lutou a vida inteira para rea-

lizar alguma coisa, e o que possui é o

plano do seu trabalho, pode imagi-

nar isso. O senhor tem que ser rigo-

roso, pois o Brasil não tem dinheiro.

Com a Argentina, estamos conseguin-

do trocar mercadorias. Atualmente,

estamos com o saldo de 20 milhões de

dólares. Em outros lugares, é pago a

dinheiro.

O Ministro da Fazenda respondeu

que pagou a vista; uma parte vai pa-

ra a Embaixada americana e outra

vai sofrer emprêgo de acordo com esse

capital. Mas, mesmo assim, com cin-

co, vinte, quarenta anos, temos que

pagar, e não há condições para o

O SR. ARISTIDES AMADEU GERMANI — Nos contactos feitos tanto com órgãos do Ministério da Agricultura, da Secretaria da Agricultura, vimos quão primária e a nossa agricultura; como o nosso agricultor, o nosso povo está atrasado.

Nós temos uma situação de fato no Rio Grande do Sul. Lá existe, em toda a extensão do Estado, calcareo, que não é aproveitado para calagem da terra.

O SR. SENADOR JOSE' ERMIRIO (Relator) — Até fabricantes de Fertilizante trouxeram para Corumbá.

O SR. ARISTIDES AMADEU GERMANI — Não aproveitamos o que temos. Acontece que 50% ou 60% das terras de agricultura, no Rio Grande do Sul, são arrendadas e, em geral, num prazo de cinco ou seis anos. O arrendatário, fazendo a calagem, só obterá resultado depois de dois ou três anos. Ora, ele não faz porque quando chegar o quinto ano o proprietário quer a terra. Ele então estava fazendo o trabalho para outro. É preciso estudar de que lado se pode atacar o problema, porque o resultado seria economia na aplicação do próprio fertilizante.

V. Exa. emprega, na terra, para a P., diversos produtos químicos. Para corrigir a acidez, por exemplo, a própria terra em si, trabalhar pela sua produtividade, precisaria de 2.000 ou 3.000 quilos de adubo, quando só com a calagem o Senhor conseguiria com menos da metade. Há uma distorção.

O SR. SENADOR JOSE' ERMIRIO (Relator) — Para fazer a calagem, não se precisa, por exemplo, de calcário puro, bastando o magnésio e outros.

O apelo que fazemos a esse grupo de homens, que iniciaram um árduo trabalho em fevereiro desse ano, é no sentido de que não devem parar até alcançar o objetivo a que se propõem.

O SR. ARISTIDES AMADEU GERMANI — O Governo, não sei se está dando amparo que deveria dar. Nos da Ação-Moageira, raciocinamos como comerciantes industriais e não como burocratas. Entre nós e eles há uma diferença muito grande. Somos mais objetivos, vamos diretamente ao problema. Vamos contar com os Senhores, porque as dificuldades são grandes.

No Rio Grande do Sul, tivemos que secundar o Ministério da Agricultura, o órgão que tem de fazer o fomento!

O SR. SENADOR JOSE' ERMIRIO (Relator) — O Departamento de Agro-Pecuária do Ministério tem verba insignificante.

O SR. ARISTIDES AMADEU GERMANI — Eles têm verba, mas não são liberados em tempo hábil. O trabalho vai até certo ponto. Se parar ele morre. Em genética não se pode parar.

O SR. SENADOR JOSE' ERMIRIO (Relator) — Os Srs. devem condicionar uma certa área por meio de estufas, para ver se produzem...

O SR. ARISTIDES AMADEU GERMANI — Foi feito isto em Pelotas. Houve um convênio com técnicos da Itália.

O SR. SENADOR JOSE' ERMIRIO (Relator) — A Itália é um país que nos pode trazer muita coisa.

O SR. ARISTIDES AMADEU GERMANI — Os americanos do Norte também têm ajudado muito com aparelhagem. Foi doada por alguns agricultores do Mississippi, que, por meio de estufas, já conseguem fazer dois ciclos experimentais em um ano.

O SR. SENADOR JOSE' FELICIANO — A impressão que se tem é que a Moageira precisava intensificar os trabalhos através de convênios em que ela entrasse com uma pequena parte financeira, suficiente para que ela encaminhasse a execução para o ponto fundamental, que é o exame do solo. Sem isso, dificilmente se poderá fazer agricultura.

O SR. ARISTIDES AMADEU GERMANI — Não há dúvida. Depois de criada a Ação-Moageira, nos contatos que tivemos com o Ministério da Agricultura, constatamos esse fato. Agora é que está sendo feito o levantamento ecológico do Estado, para determinar as zonas que devem ou não devem receber plantações de trigo. São técnicos do Ministério da Agricultura em convênio com a Secretaria, mas falta verba.

O SR. SENADOR JOSE' ERMIRIO (Relator) — Parece-me que o Brasil faz questão de ser mal pagador. É claro que o homem tem que dever, ninguém inicia a vida sem dever, mas tem que fazer produzir sua empresa para pagar as dívidas. O Brasil vem aumentando sua dívida com o Fundo do Trigo, mas se houver uma crise mundial, terá que pagar. A população do Brasil, de 85 milhões, tem que cuidar de sua vida.

O SR. SENADOR ATTILIO FONTANA — A produção mundial do trigo não tem aumentado; ao contrário, tem diminuindo, enquanto aumenta o consumo.

O SR. SENADOR JOSE' FELICIANO — Gostaria de saber se a Moageira, com relação a campos de multiplicação de sementes, faz operações com particulares para produção de sementes.

O SR. ARISTIDES AMADEU GERMANI — Não entramos, ainda, nesse setor, mas é meta nossa.

O SR. SENADOR JOSE' ERMIRIO (Relator) — O Senador Jose' Feliciano tem razão em fazer a pergunta. Em São Paulo, quando os particulares, por intermédio da Bolsa do Comércio da qual eu era presidente, tomaram conta do algodão, fizemos quatrocentos campos de sementes. Ali, liderados pelo Instituto Agronômico de Campinas tomamos conta desses campos e produzimos sementes para todo o Brasil.

O SR. ARISTIDES AMADEU GERMANI — Este ano saiu a regulamentação sobre produção de sementes. Todo processo de produção da semente é acompanhado por técnicos do Ministério e da Secretaria, em convênio. Não é mais aquela aventura de anos passados, quando se plantava mais e dava uma semente qualquer.

O SR. SENADOR JOSE' ERMIRIO (Relator) — Qual a razão do decréscimo da produção em 1963?

O SR. ARISTIDES AMADEU GERMANI — Foi o seguinte: tivemos nessa questão do trigo, há muitos anos, muita política, muita conversa. Essa que é a verdade. De real e de positivo não se viu nada.

Estava citando um exemplo: quando falava semente, a demanda era grande e entusiasmava o produtor que não tinha semente adequada. Então, as autoridades chegavam ao montão, que tinham comprado trigo de tudo quanto era procedência já moisturado eram requisitados cinco, dez sacas, selecionavam, selecionavam e depois distribuíam. Era uma verdadeira aventura distribuíam-se como sementes trigos precoces e trigos tardios. Uma verdadeira orgia. O próprio governo, por intermédio do Banco do Brasil, facilitava abertamente o fi-

nanciamento para cultura desenfreada do trigo.

O SR. SENADOR JOSE' ERMIRIO (Relator) — O Banco do Brasil atualmente financia adequadamente a cultura do trigo?

O SR. ARISTIDES AMADEU GERMANI — De um ano para cá. Mudou a política do trigo nacional. Temos a região de Guaíba, S. Jerônimo, Rio Pardo e Cachoeira em que sempre se plantou trigo, mas não dava. Era um rendimento de 600 a 700 kg por hectare; foi eliminada do mapa, porque as moagens estão aí provando. Temos a zona sul do Estado, Piratini, Canguçu e Pelotas. Aquilo vai ser eliminado. Foi eliminado drasticamente, porque nessa zona sul há a questão social, os compromissos, os financiamentos, mas estão sendo alertados para qualquer diversificação — o soja, o milho — porque abruptamente não podem fazer isso e assim vamos entrar dentro de uma nova ordem.

O SR. SENADOR JOSE' ERMIRIO (Relator) — Gostariamos também que o Vice-Presidente, o Dr. João Tamer, aqui presente nos desse algumas informações, se possível.

O SR. JOAO TAMER — O Dr. Aristides Amadeu Germani, por ser o Presidente, é quem está efetivamente mais à testa de todos os problemas e ninguém melhor do que ele para prestar a ilustrada Comissão todas as elucidações que ela deseja.

O SR. SENADOR JOSE' ERMIRIO (Relator) — O senhor falou a respeito do que se consegue na Dinamarca, em que se consegue, às vezes até 6.000 quilos de cereal por hectare.

O trigo é uma cultura muito antiga, já praticada mesmo pelos egípcios, há muito e muito tempo. Nós, praticamente, ainda estamos no começo, mas tenho certeza de que, com estímulo, conseguiremos produzir até para exportar, e as melhores regiões para um plantio intensivo de cereal estão justamente localizadas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nos, do Nordeste, quase nada podemos fazer. Conseguimos influenciar muito o pessoal do Moimbo Palar e eles plantaram o trigo obtendo resultados apreciáveis. Ocorre no entanto, que lá não existem condições para um plantio em larga escala, ao passo que os senhores, no Sul, têm terras apropriadas para uma plantação intensiva.

Certa vez solicitei informações nos Estados Unidos a respeito da cultura do trigo e um agrônomo, que hoje leciona na Universidade de Stanford, na Califórnia, nos informou sobre as regiões, no Rio Grande do Sul, que, plantadas cientificamente, produzirão tanto que poderemos até exportar. Contamos totalmente com os senhores do sul para podermos ser auto-suficientes na matéria.

O SR. ARISTIDES AMADEU GERMANI — Entrei em contato com órgãos do Ministério da Agricultura e com agrônomos, e é profundamente lamentável a quase falta de entusiasmo e de vontade que se observa em razão dos poucos estímulos que encontramos. É simplesmente de estarrecer a indiferença que se nota.

O SR. SENADOR JOSE' ERMIRIO (Relator) — Quando Ministro, convoquei-o e o senhor compareceu a várias reuniões que fizemos, tendo em vista o desenvolvimento da agricultura no País; inclusive, enviamos emissários ao Paraná para estudar o problema. O Ministério da Agricultura é nosso ponto de vista, tem que dedicar grande parte de sua renda para a cultura do trigo, de que tanto o Brasil precisa.

O SR. ARISTIDES AMADEU GERMANI — Há uma semana, agrônomo do Ministério da Agricultura, em Pelotas, suplicaram à Ação Moageira que lhes emprestasse — não se tratava de doação — dois milhões de cruzeiros para continuar a verificação dos experimentos, porque a verba para este fim estava para ser liberada, e a consecução desse empréstimo seria um grande favor. Vejam Vv. Exas. a que ponto chegamos!

O SR. SENADOR ATTILIO FONTANA — Ressalto aqui a louvável iniciativa da Ação Moageira para desenvolvimento da agricultura. Aliás, sempre tive em mente que poderíamos ter assegurados resultados melhores e mais eficientes se a Ação Moageira procurasse organizar ela própria um trabalho de pesquisas e de fomento, ainda que em pequena escala.

Como V. S. acaba de declarar, o Ministério não tinha recursos para recuperar os pavilhões de experimentação e de multiplicação de sementes, o que agora mesmo recorreu o Instituto de Pelotas a fim de solicitar empréstimo à Ação Moageira.

Verificamos que o Ministério ainda não está com aquela desenvoltura, com aquela atividade, com aquela eficiência com que precisam ser encarados os problemas de pesquisa, de genética e de experimentação.

Daí porque entendemos que teríamos mais confiança na própria administração da Ação Moageira se ela, em lugar de fazer acordos e entregar recursos aos órgãos do Ministério ou da Secretaria, recebesse desses órgãos uma parcela ou contribuição financeira para o próprio Instituto, por a ação digamos, da iniciativa privada. Esta, em geral, é mais atuante, mais eficiente ela vai buscar os técnicos, os cientistas, em outros países.

Ainda há pouco ouvimos o nobre Senador José Ermirio, digno Relator, expressar-se sobre o México, alias, Sua Excelência frequentemente se refere a esse país, como de latitude igual a do Brasil e que, com esforço e eficiência, conseguiu desenvolver suas atividades na agricultura. Em quatro ou cinco anos, o México passou de importador a exportador.

Deste modo, é de se louvar a iniciativa privada. Confesso que sou grande entusiasta da "Ação Moageira". Realmente, ela merece todo crédito de nossa parte.

Faço esta declaração, porque, entendendo que a iniciativa privada, na verdade, merece nossa consideração, mais ainda, do que a iniciativa estatal, através de seus órgãos técnicos.

Assim, facilmente, se pode observar que, no campo da iniciativa privada, muito já foi feito. No entanto, uma iniciativa mais profunda, para resolver o problema, seria se a própria organização se atribuísse esta iniciativa de pesquisas e fomentar, ainda que fosse em pequena escala.

Falo assim porque eu estou em setor diferente do trigo, mas não abandono o problema na minha região e tanto isso é verdade que em Santa Catarina, na minha região, o meu Município tornou-se nos últimos anos o principal produtor do trigo.

Isso devemos atribuir uma boa parcela à nossa preocupação de selecionar semente, fomentar, estimular a iniciativa de nossos agricultores. Tenho essa experiência não somente no setor do trigo, mas no da subcultura e avicultura.

Inicialmente, procuramos fazer através da Associação Rural do Município, dando todo apoio, todo empenho, inclusive o Presidente da Associação Rural conseguiu elevar a Associação contraindo agrônomos, veterinários, fazendo pesquisa, enfim, conseguiu um resultado bastante satisfatório, mas depois de 10 ou 12 anos de trabalho, chegamos à conclusão diferente: era me-

lhor, em lugar do atendimento através da Associação Rural, manter-se um Departamento de Fomento, de extensão, de nossa própria Organização. Desse modo, Sr. Presidente, estamos levando adiante a campanha e com ótimos resultados.

No setor da avicultura podemos dizer, por exemplo, que fomos buscar, distante, matrizes a preços elevados mas, finalmente conseguimos obter resultados compensadores e auspiciosos.

No setor da suinocultura também podemos declarar que temos, hoje, naquelas regiões, um dos melhores rebanhos do País. E quanto ao problema do trigo verificamos que, pela oscilação de produção de um ano para outro, que é de quinhentas mil toneladas para duzentas e de duzentas para setenta mil toneladas, constatamos então que a colheita do trigo é muito sensível devido às nossas condições climáticas que não são as mais indicadas a triticultura, pois os grandes produtores de trigo estão, realmente, na faixa de latitude de (45 a 55) quarenta e cinco a cinquenta e cinco graus.

Além, como diz o nobre Senador José Ermírio, o México não obstante, estar em condições idênticas, consegue melhores resultados, certamente porque a triticultura deles está situada dentro de uma técnica mais avançada e com recursos que a ciência põe ao seu alcance; só assim será possível desenvolver a triticultura com maior segurança de resultados econômicos do que temos obtido até agora.

De sorte que, Dr. Aristides Germani, meu prezado amigo, faço aqui essas observações para que no futuro sejam estudadas no sentido de se obter maior produção, para verificar se podemos contar com maior rendimento com ação mais eficiente do que a das organizações governamentais.

O SR. JOSE FELICIANO — O Ministério da Agricultura não pode realizar quase nada em matéria de agricultura e pecuária. Deve ter 4-5 % do Orçamento se tanto, e tem à sua volta 1.500 técnicos. Só a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo tem mais do que isso.

Achamos a sugestão do Sr. Senador Fontana absolutamente certa e talvez fosse até ao ponto de suprimir os convênios e incentivar as pesquisas.

Ouvimos o senhor se referir a estações meteorológicas. Qual seria a função dessas estações no Rio Grande do Sul? Seria apenas a parte relativa à chuva, densidade ou tem mais aparelhagem?

O SR. ARISTIDES AMADEU GERMANI — Tem mais aparelhagem.

O SR. JOAO TAMER — São feitas observações, constatações e prognósticos com o objetivo de constituir o que se poderá fazer dentro dos três, quatro ou cinco anos, o quadro fenológico do Estado, quer dizer, a constatação de todas as condições climáticas e sua adequação em relação à agropecuária em geral. A Ação Moageira entende que ela não poderia atender a todos os seus objetivos, se não fosse aplicada toda a técnica e por isso, proporcionou a montagem e a administração de recursos para que fosse ministrado um curso para formação metódica, numa estação experimental modelar, que sirva a formação de técnicos capazes e eficientes, como a de Vainópolis. Assim a constatação técnica passa a ser respeitada, verificada, atendida e registrada por elementos capacitados.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO — A ligação da técnica com o trabalho é, diríamos, direta?

O SR. ARISTIDES AMADEU GERMANI — Pelo Estado Vv. Exas. não constatar que quando firmamos o convênio, quando damos o dinheiro, ex-

cermos uma severa fiscalização; vamos verificar se a aplicação do dinheiro está sendo feita de acordo com o convênio. Vamos lá nos laboratórios, estações, enfim, vamos saber onde está o dinheiro, que deve produzir alguma coisa, não é para ser posto fora, e como vamos para produzir, so fica faltando o trigo.

O relatório que fizemos não é o ponto final. Qualquer comunicação, qualquer observação e submissão a nossa apreciação. São os nossos técnicos que irão apreciá-la e determinar o que deve ser feito.

O SR. SENADOR ATTILIO FONTANA — A Instituição mantém técnicos?

O SR. ARISTIDES AMADEU GERMANI — Mantemos técnicos, uma assessoria técnica que diante de elementos apresentados os examinam e determinam o que deve ser feito e o que deve ser eliminado. Já demos um grande passo ao lado da Secretaria de Agricultura. Conhecemos verdadeiros estudos feitos no Instituto de Pesquisas. Os nossos técnicos são abnegados, verdadeiros soldados, mal pagos, mas trabalham com interesse e dedicação, fazem ciência e procuram aplicá-la fazendo-a chegar ao homem do campo.

O SR. JOAO TAMER — A respeito deste aspecto que acaba de ser mencionado pelo Dr. Aristides Germani e para satisfazer, se possível, melhor a indagação do nobre Senador José Feliciano, tinha vontade de informar os pressupostos dos convênios que foram firmados. Desta forma os convênios serão melhor entendidos e, consequentemente, poderão ser melhor criticados.

Na Ação Moageira nós partimos do princípio de que no Brasil temos, efetivamente, uma plêiade de técnicos que honrariam a cultura de qualquer país. Pelo menos no Rio Grande do Sul, onde temos maior contato, podemos afirmar de modo categorico, envolvendo os técnicos do Ministério da Agricultura e, também, da Secretaria de Agricultura e do próprio Instituto Rio-Grandense do Arroz.

O que há é o que disse há pouco o presidente Germani, e quero sublinhar mais uma vez: é a carência de recursos e quando não a carência a não disponibilidade no momento oportuno.

Estes comentários todos foram feitos porque chegamos a esta conclusão sumamente honrosa para todos nós: técnicos desvotados, capazes, comprometidos, com seguro conhecimento da causa, impossibilitados de irem diante no seu trabalho, como nesse caso das casas de vegetação e das estações agroclimáticas, que estão no Rio Grande do Sul, deudas pelo Governo da Alemanha desde 1922 e não havia verba específica destinada para montagem das mesmas. Constatado este fato, verificado através dos elementos mais responsáveis ao Serviço de Assistência Agrícola, através do professor Breno Reis, que com interesse, empenho e disposição de fazer a funcionar não urem a menor dúvida em considerar o convênio como o melhor ponto de partida. Sob o aspecto da extensão, que foi outra questão importantíssima, aqui venturosa, ele diz que o Instituto de Pesquisas e Ex. Montagem Agropecuária do Sul, localizado em Pelotas produz excelentes sementes. Contudo sua capacidade só atende a 25% da demanda. Campo próximo à extensão já existe. Há possibilidade do agricultor em obter melhor a semente, não é fazendo em virtude da falta. Conforme o Presidente Germani mencionou, já consta da pauta da Ação Moageira, que no momento se ocupa de assistência técnica e científica. O problema da multiplicação das sementes. Pois até no momento de criação do convênio técnico, porque na sua capacidade já contamos.

O SR. JOAO TAMER — O que com a explicação dada V. Exas. poderão encontrar elementos para melhor apreciação e consequentemente — se for o caso — criticar melhor a política dos convênios que parte do princípio de se aproveitar o que de bom existe.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO — Integramente — acordo com o pensamento esboçado pelo Senhor João Tamer, Vice-Presidente da Ação Moageira. De um lado os técnicos não têm amparo governamental para seu trabalho. De outro, precisamos mais

O SR. SENADOR ATTILIO FONTANA — (Sem revisão do orador) — Ouvimos a redação das indústrias que se associaram à iniciativa da Ação Moageira, e verificamos que um número apreciável de indústrias ainda não aderiu a esse movimento.

A Ação Moageira estudou, tem plano a propor no sentido de tirar vitória a contribuição das indústrias moageiras do País, com uma pequena parcela, para a referida Organização. Constatamos, com grande satisfação, que a Ação Moageira está com seus técnicos em campo, assistindo aos trabalhos, e já possui convênios com órgãos governamentais; consequentemente, dedicamos-lhe maior crédito uma vez que fiscaliza a distribuição da sua receita.

Eu gostaria, então, de ouvir do ilustre presidente, Dr. Aristides Germani se realmente estudou essa parte, porque me parece que é uma questão de interesse tanto da classe como da própria nação brasileira. É preciso que todos se associem para que a "Ação Moageira", dispondo de melhores recursos financeiros, possa, inclusive, fazer a extensão que o nobre Senador José Feliciano, em muito boa hora, lembrou, há pouco.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO — Poderá ser feito de duas maneiras: particular e pública, esta através da lei ou da ação do Ministério, que não nos parece a mais adequada.

O SR. SENADOR ATTILIO FONTANA — Essa parte oficial será muito difícil. Poderia, talvez, ser feito um acordo entre todos os sindicatos rurais — através desse órgão hoje subordinado a SUNAB — para que todos contribuíssem, não de forma obrigatoriamente oficial, mas como adesão à causa.

O SR. JOAO TAMER — Poderia explicar que a categoria foi iniciada, foi feita, e continua sendo feita.

A Ação Moageira — uma emissão do Congresso Nacional da Ação Moageira.

Neste Congresso, por São Paulo foram lançadas as idéias que serviram de base à constituição desse órgão, ocorrida, afinal, em fevereiro de 1965.

Nosso movimento encontrou extraordinária simpatia, alastrada praticamente por todo o Brasil. Devemos ser realistas: a esse entusiasmo responderia necessariamente uma contribuição. Nesse momento, sente entusiasmo não se fez sentir, como a expectativa, de certa maneira, dava a entender. Continuamos. Aos poucos estamos encontrando receptividade, as contribuições estão chegando. Foram lidas, aqui, as contribuições de numerosas empresas. O número de empresas que participam do Quadro social — como fundadores, é muito grande. Estabeleceu-se um prazo de sessenta dias, dentro do qual as empresas pudessem ser havidas como sócios fundadores, com a prerrogativa de ter participação da Assembleia Constituinte. A política do atualizado. Muitas empresas, passaram a integrar o nosso quadro social. Deemos feitos adesões e estamos na fase de considerar o valor das contribuições em aproveitamento das ramificações já existentes, por todo

o Brasil. Até o momento arrecadamos a importância de 34 milhões de cruzeiros, razão pela qual chegamos ao ponto de aplicar 64% em convênios o que é auspicioso registrar. Na oportunidade peço vênio para registrar que a nossa entidade conta com menos de um ano de existência.

Dai porque nada não nos desencoraja. Nutrimos a viva esperança de que esses serviços prestados à triticultura de nossa Pátria sirvam de exemplo a outros empreendimentos parafísicos e animados com o mesmo espírito construtivo que imulsiona os integrantes da "Ação Moageira".

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) — Vai chegar uma ocasião em que eles é que se vão sentir honrados em pertencer à "Ação Moageira".

O SR. SENADOR GUIDO MONDINI — Sr. Presidente, não pertence à Comissão, mas queria fazer algumas perguntas ao Sr. Aristides Germani, na qualidade de Presidente da Ação Moageira. O que me ocorre, particularmente depois de ouvir o relatório inicial, é que, desde o primeiro contato que tive com a Ação Moageira, quando tive oportunidade de passar um telegrama a essa entidade, é que, com os elementos que o nosso amigo Dr. João Tamer nos trouxe, verificamos que a Ação Moageira surgiu do fato de estarem cansados — produtores e moageiros do Rio Grande do Sul — de não se verem amparados pelos serviços oficiais.

Assim, gostaria de saber se naqueles países onde a produção de trigo não constitui mais problemas, particularmente o México, tão citado pelo Senador José Ermírio — se eles tiveram de depender da ação da iniciativa particular, em face da não assistência do Governo. Porque é curioso o problema brasileiro: quando se julgava que o Poder Público é que fariam convênios com a Ação Moageira, vejo que é a Ação Moageira que faz convênios com o Poder Público.

De sorte que isso é motivo de inquietação para nós e, ao mesmo tempo, de satisfação. Se o homem brasileiro, particularmente o do Sul, tem capacidade de realizar esses convênios é porque está com a decisão firme de resolver esse angustiante problema do trigo.

Gostaria de fazer algumas perguntas ao nosso amigo Aristides Germani adiantando-lhe que a Ação Moageira ou todo e qualquer movimento que se fizer vão encontrar, nesse momento histórico motivo de regozijo. Analisar com a situação política atual, que encontramos nestes dias, não vamos ser levados, no Congresso, a fazer discursos políticos e vai-se cuidar muito de assuntos econômicos. Estão aqui três homens que abordam sempre assuntos econômicos: os Senadores José Ermírio, José Feliciano e Atílio Fontana. E outros vão agregar-se nessa ação. Portanto, é esse o momento oportuno para desenvolver-se um grande movimento para encontrar soluções.

A primeira pergunta é a seguinte: como nas críticas que têm sido feitas, a começar pelo nosso amigo Assis Chateaubriand, os argumentos levantados contra a triticultura no Brasil são os de que a nossa produção há de ser sempre precária, pergunto se a nossa produção de 1 por cem da produção do mundo é suficiente, embora seja a menor do mundo?

Pelo que ouvi do relatório o que grande produção é na base de 1.200/190 e produzimos 1.00/100. Isto pode servir como argumento aos inimigos da triticultura brasileira?

O SR. ARISTIDES AMADEU GERMANI — Hoje não temos isso. De modo que não é argumento. Tanto a Secretaria de Agricultura do Estado como o Ministério da Agricul-

que se está fazendo, de dois anos para cá.

V. Exas. vão ter certeza de que a produção de trigo no Brasil é uma realidade.

V. Exas. vão trazer essa certeza. Mas nós precisamos de uma nova mentalidade, no País, de educação. Precisamos contar com o amparo de V. Exas. nesse sentido.

O SR. SENADOR ÁTILIO FONTANA — Pedinhamos a V. Sa., para que se possa concretizar esse convite fosse enviado um ofício ao Presidente da Comissão Especial que estuda o problema, a fim de que designem os representantes do Senado que farão essa viagem ao Rio Grande do Sul, que reputo realmente de grande alcance. É preciso, porém, que o convite seja feito de modo oficial.

O Sr. João Tamer — Sr. Presidente, queria agradecer as palavras de Vossa Exa. e especialmente a acolhida com que fomos distinguidos, nesta Casa. E, ao agradecer, queria cumprimentar o Poder Legislativo da República, particularmente o Senado Federal, na oportunidade tão bem representado por esta Comissão pela alta sensibilidade pela notável inspiração patriótica com que se voltou aos problemas, que estuda com tanta dedicação, fervor e preocupação, preocupação esta com aquele acenado ardor cívico de que o Brasil tanto necessita no momento.

Tenho certeza de que ao fazer este agradecimento o faço em meu nome, em nome pessoal, do Sr. Presidente, em nome dos órgãos Diretivos da Ação Moageira, e convito de que o nosso construtivo trabalho sempre será bem recebido pelo Senado da República, pois dele resultará uma oportunidade efetiva, prática, no sentido de que possamos, a partir deste momento, ficarem sabendo o que se fez no Rio Grande do Sul e adquirir melhor das grandes razões inspiradoras desse movimento que em tão boa hora se denominou "Ação Moageira do Fomento ao Trigo Nacional". Muito obrigado a V. Exas.

O SR. SENADOR SIGEFREDO PACHECO — (Presidente) — O convite de V. Sas. será uma honra para nós e a visita que lhes faremos será para todos nós um grande prazer. Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo que tratar, declarou encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 24 horas e 50 minutos.)

TRABALHOS E DOCUMENTOS A QUE O DEPOENTE FEZ REFERÊNCIA NO CURSO DA SUA EXPLANACÃO.

BRASIL MOAGEIRO

Porto Alegre, 26 de abril de 1966

PRIMEIRO NUMERO

Com o propósito de divulgar no seio da indústria do trigo estabelecida no país, os acontecimentos que se desenvolveram no curso da atividade exercida pela "Ação Moageira de Fomento ao Trigo Nacional", o seu Conselho Superior e a Diretoria-Executiva, em reunião conjunta, realizada no dia 22 de abril de 1966, deliberaram lançar o informativo "Brasil-Moageiro", cujo primeiro número circula hoje.

Partindo do princípio de que é utópica supor uma coletividade em que todos estejam de acordo, pois a contradição é um dos mais importantes caracteres da vida humana democrática, forçou-se a concluir que as divergências constituem fenômeno necessário, além de fatal quando se depõem questões que pela sua própria natureza são polémicas. É certo, porém, que estas últimas devem levar

à oposição sistemática, ao negativismo destrutivo.

Essas ideias são formuladas para revelar que "Brasil-Moageiro" está imbuido do mais alto espírito para receber a palavra construtiva da crítica, mesmo que lhe seja desfavorável. E mais: — acredita que não poderia prescindir nem de uma colaboração, muito menos agerir, quando apenas alguns seus primeiros passos.

Aguarda, pois, "Brasil-Moageiro" poder aperfeiçoar-se ao correr do tempo, com as ideias que o para e que antecipadamente, através do poder e da experiência dos homens que mereçam nas ideias da indústria brasileira do trigo.

ASSOCIADOS INSCRITOS

Já se acham integrando o quadro de "Fundadores" de "Ação-Moageira" as seguintes empresas relacionadas, seguindo a ordem de inscrição:

- 1 — Moínhos German S. A.
- 2 — Moínho de Nordeste Ltda.
- 3 — Irmãos Tamboré & Cia.
- 4 — Moínho Tequenciano S. A.
- 5 — Moínho da Trigo Indígena S. A.
- 6 — Moínhos German S. A.
- 7 — Ação-Moageira S. A.
- 8 — Importadora e Exportadora de Cereais S. A.
- 9 — Moínhos do Sul Limitada
- 10 — Moínho Poplar S. A.
- 11 — Indústria de Alimentos Ltda.
- 12 — Moínho German S. A.
- 13 — Moínho São Leopardo Ltda.
- 14 — Gaúcha Cerealista S. A.
- 15 — S. A. Moínho Rio Grandenses
- 16 — Guindani S. A. Indústria e Comércio
- 17 — Triferweiler & Cia. Ltda.
- 18 — Dal Moín S. A.
- 19 — Primo Fabris & Cia. Ltda.
- 20 — Grando & Cia. Ltda.
- 21 — Moínho Faria S. A. — Flores da Cunha
- 22 — Moínho São Jerônimo Limitada
- 23 — Moínhos Galópolis S. A.
- 24 — Benjamin Zago, Irmão & Filho
- 25 — Máccari Menckel Limitada
- 26 — Alípio Endres & Filhos Ltda.
- 27 — Irber & Cia.
- 28 — Irmãos Rosa Lopes & Cia.
- 29 — Seibt & Weber Limitada
- 30 — Antônio Pessini S. A.
- 31 — Moínhos Reunidos S. A.
- 32 — Moínho Panambi S. A.
- 33 — J. Pretto & Cia.
- 34 — Moínho Estrelense Limitada
- 35 — Pretto, Zagonelli & Cia.
- 36 — Moínho Nossa Senhora do Carmo Ltda.
- 37 — Engenho Gabrielsen S. A.
- 38 — Mata & Cia. Ltda.
- 39 — Moínho Uruguai Ltda.
- 40 — Saulle Pagnoncelli S. A. — Com. e Indústria
- 41 — Coop. Tricol de João de Castilhos
- 42 — Moínho do Centro S. A.
- 43 — Coop. Agrícola Ana Rech Ltda.
- 44 — Coop. Agrícola Duque de Caxias Ltda.
- 45 — Coop. Agrícola Mista Rio Branco Ltda.
- 46 — Coop. Agrícola Mista Pratiense Ltda.
- 47 — Coop. Agrícola Rio das Antas Ltda.
- 48 — Coop. Agrícola Santa Teresita Ltda.
- 49 — Coop. Agrícola Carlos Barbosa Ltda.
- 50 — Coop. Agrícola Camé Ltda.
- 51 — Coop. Agrícola Ceres Ltda.
- 52 — Coop. Mista Chavira Ltda.
- 53 — Coop. Mista Crapeto do Sul Ltda.
- 54 — Coop. Mista Lacerda S. A. Ltda.
- 55 — Coop. Mista Mafra Prato Ltda.

- 56 — Coop. Mista Padre Dall'Agnol Ltda.
- 57 — Coop. Mista Santo Antônio Ltda.
- 58 — Coop. Tricol de Erecim Ltda.
- 59 — Coop. Veranense de Cereais Ltda.
- 60 — Moínho Severianense Ltda.
- 61 — Moínho Brasil Ltda.
- 62 — Antoniazzi & Cia. Ltda.
- 63 — Irmãos Londres Ltda.
- 64 — Sangalli, Busa & Cia.
- 65 — Moínho Farrapônia Ltda.
- 66 — Franzoi & Cia.
- 67 — S. A. Moínho Santista — Ind. Gerais
- 68 — Moínho Fluminense S. A.
- 69 — Grandes Moínhos do Brasil S. A.
- 70 — Ind. e Comércio Moageira S. A.
- 71 — Dianda, Lopez & Cia. Ltda.
- 72 — Moínho de Sergipe S. A.
- 73 — Romano Massignan S. A.
- 74 — Cia. Produtos Pilar
- 75 — S. A. Indústria e Comércio Concórdia

"DEMONSTRAÇÃO DE BOM SENSO E CONJUNÇÃO DE ESFORÇOS"

Sob o título "Fetter fala ao Corrente do Povo — Ação-Moageira — Marco redentor da triticultura" aquele prestigioso matutino publica, em sua edição do dia 4 de abril de 1966, a seguinte entrevista que lhe foi concedida pelo Secretário da Agricultura:

"Foi com entusiasmo e orgulho patriótico que recebi a comunicação de que a indústria moageira, por seu Sindicato, havia constituído uma entidade com o objetivo de desenvolver trabalhos no campo da ciência e da técnica, capazes de produzir resultados efetivos em prol do desenvolvimento da triticultura no País" — estas foram palavras do Secretário da Agricultura, Sr. Adolfo Antônio Fetter, ao referir-se, ontem, "Ação-Moageira de Fomento ao Trigo Nacional", fundado.

Mais adiante, salientou o Secretário da Agricultura:

"Apesar do amparo que sempre teve do governo federal, no setor de preços mínimos razoáveis e de comercialização assegurada, a triticultura tem sofrido reveses pela falta de um suporte científico, que é conseguido pela continuidade dos trabalhos que chamamos de pesquisa básica e aplicada, capazes de nos levar a maior produtividade e, portanto, a garantia do progresso. Daí, julgar que a fundação da "Ação-Moageira" será como um marco redentor da triticultura, se preservar nos seus patrióticos objetivos".

CONHECIMENTO DO SOLO

Salienta, a seguir, o Sr. Adolfo Fetter que "nos falta um conhecimento mais exato de nossas condições ecológicas possíveis através da conclusão do levantamento de solos e da rede de estações agrometeorológicas. O conhecimento sistematizado do solo constitui elemento básico, indispensável para qualquer tipo de planejamento agrícola regional, posto que representa um verdadeiro inventário, que revela as possibilidades atuais e potenciais dos solos, com vistas ao seu racional aproveitamento. Apesar da colaboração Ministério-Secretaria da Agricultura, o levantamento de solos encontra-se na minúscula de prosseguir em ritmo reduzido, face à exiguidade de recursos disponíveis. A ação complementar da iniciativa privada poderia fazer com que este trabalho ficasse concluído dentro de 2 ou no máximo em 3 anos. Um outro exemplo semelhante seria a instalação de mais 7 esta-

ções meteorológicas, completando a rede da Secretaria da Agricultura no Interior do Estado".

DESENVOLVIMENTO NO SETOR AGRÍCOLA

Salientou o Sr. Fetter que para promover o desenvolvimento agropecuario, o poder público conta com meios de ação diretos ou indiretos, que se situam em grande parte no âmbito das decisões do governo federal, mas que está reservado importante e decisivo papel aos órgãos específicos dos Estados. Também a iniciativa privada não pode ficar de fora de qualquer programa ou planejamento, ou desatender ao chamamento para a reconstrução do caminho redentor da economia nacional.

"Uma política agrária — disse o secretário — deve visar ao aumento da produção e ao incremento da produtividade na agricultura, bem como a melhoria das condições de bem-estar no setor rural".

ESTADO E INICIATIVA PRIVADA

"Observa-se — continuou aquele senhor — que a atuação reservada aos órgãos estaduais, se bem que restringida por limitações constitucionais ou de estrutura, é muito importante e decisiva, não meramente complementar ou supletiva, mas verdadeiramente integrada". Em particular, disse ainda, "adquire capital importância a participação estadual no setor da produção e distribuição de sementes melhoradas, bem como no da pesquisa e aperfeiçoamento de métodos de produção, formação e treinamento de pessoal técnico, conservação de solo, etc. Mas, assim como necessita o governo federal obrar em ação integrada com os órgãos estaduais, salvo em matérias definidas de competência exclusiva, também estes e aqueles, devem integrar-se com a iniciativa privada para a consecução de muitos objetivos comuns".

COLABORAÇÃO COM A AÇÃO MOAGEIRA

"Os problemas da cultura do trigo — continuou — não são apenas de um órgão ou dos órgãos oficiais, nem tão pouco dos particulares isolados, mas constituem-se em um desafio a todos nós. Isto mostra que devemos unir-nos, somar os esforços materiais e humanos para empreender trabalhos de pesquisa agrônômica; trabalhos de pesquisa tecnológica; assistência técnica, fomento e defesa; aprimoramento e utilização de sementes melhoradas; divulgação e informação de resultados e treinamentos de técnicos e intercâmbio científico.

"A Ação-Moageira, concluiu o Senhor Fetter, "busca os mesmos objetivos. O seu encontro com os setores técnicos da Pasta, será, pois, uma decorrência normal, antes uma demonstração de bom senso e conjugação de esforços do que uma aproximação ditada pela vontade do titular do órgão público e pela deliberação dos dirigentes da entidade".

CORRESPONDÊNCIA

A "Ação-Moageira" recebeu:

Do Senador Guido Mondini:

"Acabo tomar conhecimento organização "Ação-Moageira Fomento Trigo Nacional. Entusiasmado espírito determinação promotores movimento realismo clarividência patriotismo sente grãucha vg apresso-me enviar minha integral solidariedade em nome meus demais companheiros essa magnífica Ação pt Ocuparei Tribuna fim exaltar profundo sentido singular grandiosa iniciativa".

Do Deputado Luciano Machado:

"Agradeço sinceramente a constituição e estatutos Ação Moageira bem assim sua oportuna entrevista por Manifesto outrossim profunda admiração vobis trabalho classe industrial não bem demonstra seu elevado espírito patriótico".

Do Deputado Unirio Machado:

"Agradeço comunicação pt Congresso-me com nova Diretoria e faço votos feliz grato".

Do Senador Esmirio de Moraes:

"É com satisfação que acuso o recebimento da cópia da ata de constituição dessa nova entidade, que visa o desenvolvimento global da triticultura brasileira, até aqui tão desamparada pelos poderes públicos. Esse esforço de V. S.^a tanto me entusiasma quanto em meu discurso no Senado, no dia 19 do corrente, fiz questão de noticiar à Nação, o que se está fazendo no Sul do País, conforme se lê no incluso "Diário do Congresso".

Há muito que estou integrado na luta pela nossa autosuficiência no que diz respeito ao trigo, e por isso toda e qualquer iniciativa bem intencionada, como a dessa "Ação-Moageira", encontrará de minha parte o apoio que merece. Cumprimentando-o pela patriótica iniciativa, e augurando seu sucesso, que tudo indica, será crescente, coloco meus préstimos ao seu inteiro dispor".

Do Senador Nem de Sá:

"Embora com atraso, devido à minha ausência da Brasília, durante o mês de março, venho acusar e agradecer o recebimento de sua carta de 17 daquela mês, comunicando-me a constituição da "Ação-Moageira de Fomento ao Trigo Nacional", verificada a 19 de fevereiro em Porto Alegre. Com grande interesse e atenção li os estatutos da entidade, bem como a entrevista que V. S.^a concedeu ao "Correio do Povo" e com a maior satisfação venho apresentar-lhe, e a seus dignos pares de Diretoria, bem como aos demais integrantes da nova associação, meus calorosos cumprimentos pela patriótica e fecunda iniciativa.

De muitos anos sou dos que sustentam que o problema fundamental para o desenvolvimento e florescimento da lavoura tritícola em nosso país, depende fundamentalmente, da pesquisa e da investigação genética, assim como da assistência técnica e amparo creditício ao agricultor. Seu Duete avô, meu velho amigo Aristides Germani, foi quem me iniciou e me infundiu entusiasmo pela triticultura. Sinto-me feliz por verificar que V. S.^a, seguindo-lhe o exemplo de dedicação e patriotismo, acompanhado de outros dignos e esclarecidos vitorianos, se dispõe a empreender a grande campanha de que o nosso Estado e o Brasil tanto carecem.

Pouco-lhes, que na limitação de minhas possibilidades, contem com minha colaboração para esta nobre causa. Aceito os protestos de minha estima e consideração, transmitindo-os a seus companheiros da "Ação-Moageira".

Do Senador Atílio Fontana:

"Tenho a grata satisfação de enviar-lhe o discurso que proferi no Senado, congratulando-se com os triticultores paulistas pela criação da "Ação Moageira".

Louvo a patriótica iniciativa, à qual hipoteco a mais irrestrita solidariedade como moageiro e como parlamentar. Sou apologeta e defensor da iniciativa privada e confio

nos excelentes resultados que a "Ação Moageira" colherá.

Tomo a liberdade de sugerir-lhe especial atenção para a triticultura mexicana. O México possui latitude e clima iguais aos das nossas Estações salinas. Isso nos leva a supor que possamos conseguir cultivos semelhantes às do México. Devo de alguns dias iniciar-se a colheita naquele país, e seria conveniente que técnicos brasileiros deslocem-se para lá a fim de estudar as condições metodológicas e técnicas de cultivo responsáveis pelos bons resultados obtidos pelo cerealista.

NA ÍNTEGRA

O discurso a que se refere o Senador Atílio Fontana está publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 6 de abril, pag. 601.

"Senhor Presidente, desejo congratular-me com a Ação Moageira de Fomento ao Trigo Nacional, recentemente fundada no Rio Grande do Sul, para realizar, com recursos da indústria moageira, um trabalho em favor do desenvolvimento global da triticultura no País mediante o estímulo à correspondente investigação científica e aperfeiçoamento tecnológico. É uma Sociedade civil, com limitado número de sócios, de finalidade não lucrativa e cujos dirigentes vão desempenhar suas funções gratuitamente.

A Ação-Moageira conta, desde logo com a decidida cooperação do Sindicato das Indústrias do Trigo do Rio Grande do Sul. Também a Imprensa gaúcha muito tem colaborado principalmente o "Correio do Povo" do Porto Alegre, que entrevistou o Senhor Aristides Germani, Presidente da Ação Moageira. Iniciativa como esta têm dado ótimos resultados em vários países e sem dúvida, trará valiosa contribuição para aumentar e nossa produção tritícola.

É necessário que todos os moageiros do Brasil integrem-se na entidade recém-criada. Que sigam o exemplo de seus colegas gaúchos.

A acertada política do Governo acabando com os subsídios deu novo estímulo à indústria moageira, que voltou seu interesse ao trigo nacional. Antes, só interessava obter trigo estrangeiro, que era mais barato e dava maior lucro. Quero salientar, Sr. Presidente, que há mais de vinte anos venho lutando pela eliminação do subsídio ao trigo estrangeiro. Ai estão os bons resultados de uma política bem orientada. Acabou a especulação e a maré de lucro exagerada. O Governo mantém o mercado amplamente abastecido. Com o aumento do preço o povo consome menos trigo, substituindo-o por outros alimentos.

Com isso economizamos divisas e estimulamos a produção de outros gêneros.

É bom que se diga que os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, possuem latitude e consequentemente clima igual ao do México, que está produzindo 2 milhões de toneladas de trigo anualmente.

Formulo assim um apelo ao Governo para que dê toda a ajuda possível à Ação-Moageira, propiciando meios necessários para que a Ação-Moageira, envie técnicos e observadores ao México, para, naquela Nação, estudar as condições econômicas e técnicas empregadas nas plantações de trigo.

SUGESTÃO APRESENTADA

— Exmo. Sr. Marechal Humberto de Alencar Castello Branco

M. D. Presidente da República.

A "Ação-Moageira de Fomento ao Trigo Nacional", sociedade civil com limitado número de sócios, sem fi-

nalidade lucrativa, cujos dirigentes desempenham gratuitamente seus mandatos, constituída por entidades moageiras empregadas pelo propósito de trabalhar, no País, em favor do desenvolvimento global da triticultura sob a forma que este estatuto prevê, com sede em Porto Alegre, onde também ocorreu a sua fundação, rega-se a fim de expor, e, ainda sugerir a V. Exa. o seguinte:

1. — para regular a comercialização do tipo de produção nacional de safra 1964-65, baixou o Exmo. Sr. Ministro da Agricultura a Portaria nº 393, de 11 de novembro de 1964, publicada no *Diário Oficial* do mesmo dia. Ela fixou no item 7, para a venda daquele cereal, o preço de Cr\$ 149.000 (cento e quarenta e nove mil cruzeiros) a tonelada métrica, e ser pago pelos estabelecimentos moageiros, localizados no País, ao Governo Federal, através do Banco do Brasil S.A.;

2. — por preço igual, os moinhos instalados no território da República recebiam o cereal estrangeiro. Este importado também pelo Governo Federal, é entregue à indústria do trigo, através de um dispositivo combinado, que conjuga a ação do Banco do Brasil S.A. (CACEK) e da Assessoria do Trigo do Ministério da Agricultura;

3. — por força de reajuste, verificado na taxa de conversão cruzeiro/dólar, o preço do trigo de importação foi elevado de Cr\$ 149.000 para Cr\$ 157.000, a tonelada métrica. O Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, com base nessa realidade e para manter relativa equidade de preços entre o cereal importado e o nacional, baixou a Portaria nº 140, de 25 de fevereiro de 65 (D.O. de 8 de março de 1965), cujo art. 3.º estabeleceu em:

"... Cr\$ 157.000, por tonelada a granel, o preço de venda aos moinhos, do tipo nacional, nos locais de estocagem, o qual deverá ser acrescido das despesas portuárias pagadas".

4. — sucede, entretanto, que, nessa data — 8 de março de 1965 — o Banco do Brasil S.A., como agente do Governo Federal, já havia ultimado as compras de tipo de produção nacional da safra 1964-65. Por esse motivo, aquela alteração de preço não foi de molde a ensinar que os produtores de trigo tirem qualquer vantagem. Em outras palavras: — como o trigo nacional já havia sido comprado, em sua totalidade, pelo Governo Federal, isto é que, no caso, auferiu o benefício resultante da aplicação imediata e geral do novo preço, que apresentava, em relação aos níveis anteriores, uma diferença igual a Cr\$ 8.000 (oitto mil cruzeiros), por tonelada. Ora, como foi sob esse novo preço que o Governo Federal vendeu aos moinhos o saldo então existente em 8 de março de 1965, o resultado daquela diferença ascendeu a cerca de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), eis que o referido saldo se compunha de mais ou menos 40.000 (quarenta mil) toneladas;

5. — conquanto seja indubitável que ao Governo Federal não foltam meios para tornar efetiva e boa a aplicação dos recursos assim auferidos, acredita a "Ação-Moageira", tendo em vista a origem daqueles recursos que lhe é lícito apresentar sugestão que visa, em última análise, dar ao trigo nacional o que do trigo nacional produz;

6. — nessas condições e dado que no País existem notáveis centros de ensino onde brasileiros eminentes plasman e formam a juventude que idealiza a grandiosa e a futura das nossas camadas, como existem, também, por entre nós, não menos notáveis centros de estudos, pesquisas, fomento,

genética, experimentações de cultivo, e práticas fito-sanitárias, etc., com vistas especialmente ao desenvolvimento e melhoria das variedades atuais de alimentos de trigo, e criação, produção e multiplicação de novas linhagens dotadas com defesas para resistência às pragas, mofo e doenças, variedades margineiras, vem a "Ação-Moageira", no desempenho de seus deveres institucionais.

O pensar para que o referido montante, que do trigo nacional se originou, que em favor do trigo nacional reverta, sob a forma de redução de preço ou mesmo produção de recursos para aplicação no, na obra, estimular e beneficiar a ação dos cidadãos, aos professores, dos técnicos oficiais, e, em consequência, a gama de especialidades que transmitem saber com devotamento e tanta abnegação dedicados aos problemas da triticultura, sua consolidação, sua expansão, seu aperfeiçoamento, sua produtividade;

O sugerir, que, na parâmetro do respectivo montante, sejam incluídos, com absoluta prioridade, os seguintes estabelecimentos:

I — Universidade Rural de Minas Gerais — Viçosa.

II — Escola de Agronomia de Piracicaba.

III — Escola de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

IV — Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

V — Estações Experimentais localizadas no Rio Grande do Sul.

VI — Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

VII — Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

VIII — Departamento de Promoções e Pesquisas Agropecuárias do Ministério da Agricultura.

7. — o montante a ser entregue a cada uma dessas entidades, deverá ser sob a expressa condição de que o seu emprego tenha como objeto o trigo; e, neste, em relação ao aspecto que mais possa vir a ser dinamizado, de acordo com os meios e critérios do estabelecimento contemplado, dentre os aludidos, no caput do item 6.º, deste memorial;

8. — a "Ação-Moageira", Exmo. Sr. Presidente da República, estimaria muitíssimo ver acolhida a sugestão que oferece, convicção que esta do seu indubitável acerto e da inegável necessidade de que se reveste. Se o fôr, como espera e confia, pode apenas isto:

— que V. Exa. se digne determinar que o estabelecimento contemplado envie à "Ação-Moageira" cópia do plano de trabalho a ser realizado com o montante a ser aplicado; e, depois cópia do relatório que deverá conter os resultados conseguidos, a fim de que possa a "Ação-Moageira" enriquecer seu documentário de estudos e ampliar, ao mesmo tempo, as bases necessárias à efetivação de um intercâmbio técnico-científico bem orientado, que sempre evita a inútil e prejudicial dispersão de esforços.

Apraz à "Ação-Moageira" reiterar a V. Exa., seus mais altos protestos de subida consideração e apreço.

Porto Alegre, 23 de abril de 1965. — Ação-Moageira de Fomento ao Trigo Nacional.

VISITA

No desempenho de encargo que lhe foi cometido pelo Sindicato da Indústria do Trigo no Estado de Santa Catarina, visitou a "Ação-Moageira" o Sr. Saul Brandalise, adiantado industrialista estabelecido em Vidéira, no vizinho Estado.

O Ilustre Diretor-Presidente do "Ferdigão S.A." em mantida e cordial entrevista com os dirigentes da "Ação-Moageira", recebeu os mais amplos informes acerca da nossa atividade para transmitir ao, participantes da reunião que o

referido Sindicato vai realizar, com vistas a uma ampla difusão, entre seus associados, dos objetivos que a "Ação-Moageira" se propõe a levar a efeito e do relevante papel que a indústria moageira pode desempenhar para a consecução daquelas fins.

ANTECIPAÇÃO DA RECEITA

Está encontrando muita boa receptividade o movimento iniciado por diversas moinhas daqui, no sentido de proporcionar recursos imediatos à "Ação-Moageira", através de uma antecipação da receita, realizada à base de 20% (vinte por cento) da que corresponderia à contribuição anual, segundo a cota destinada para o exercício de 1968.

Várias empresas já tornaram efetiva a sua antecipação e muitas outras estão em vias de fazer o mesmo.

A "Brasil Moageiro" está coligindo os elementos finais para divulgar a relação completa, em seu próximo número.

PRIMEIROS TRABALHOS DA "AÇÃO-MOAGEIRA" — RESULTADOS PRÁTICOS

Dentro de pouco tempo e na medida que o permitirem as forças do montante disponível, segundo a estimativa de receita que está em fase avançada de elaboração, a "Ação-Moageira" celebrará convenio com a Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul e do que dará conhecimento, em pormenores, à classe industrial do trigo de todo o país, através da "Brasil-Moageira".

Será esse o primeiro resultado prático dos entendimentos com os melhores auxílios iniciados com aquela Secretaria de Estado, da qual a "Ação-Moageira" recebeu expediente datado de dia 14 de maio de abril em curso. (Ofício n.º 312-65), para estudo de uma série de itens que se relacionam com trabalhos de natureza agrícola, realizáveis sob regime de concessão de subvenção, entre outros, os seguintes:

- Investimento edafológico
- Produção de Sementes
- Pesquisas varietais
- Pesquisa de resistência a pragas
- Pesquisas sobre sanidade
- Pesquisas sobre nutrição
- Pesquisas hídricas
- Pesquisas fisiológicas
- Pesquisas culturais, etc. etc.

Por outra parte já estão sendo feitos auxílios de ordem técnica, visando a estabelecer as bases que permitam discutir prioridades, em consonância com a linha das pesquisas desenvolvidas no campo da trituração para a execução das correspondentes tarefas.

LOCAL DA SEDE

A "Ação-Moageira" desde a sua constituição, está funcionando na das dependências do Sindicato da Indústria do Trigo no Estado do Rio Grande do Sul, até aqui sedes sempre que necessário, em caráter absolutamente gratuito.

A Associação Comercial de Porto Alegre, proprietária do edifício "Palácio do Comércio", cede a dar preferência a "Ação-Moageira", para a locação de uma área bastante ampla e preço que se afirma módico e o qual, juntamente com as outras condições, se acham de acordo com os estudos.

Do ponto de vista da localização, o "Palácio do Comércio" está muito bem situado e quanto à comodidade de dispôr a "Ação-Moageira" de um local para sede de sua atividade, fato que não comporta qualquer dúvida.

PREENCHIMENTOS DE CARGOS VAGOS NO CONSELHO DIRETOR E NA DIRETORIA-EXECUTIVA

Conforme resolução unânime da Assembleia Geral de Fundação, houve a seguinte distribuição provisória dos cargos vagos, de acordo com a administração da "Ação-Moageira".

Na reunião de 20 de maio de 1966, a Assembleia Geral de Fundação, por unanimidade, aprovou a seguinte distribuição provisória dos cargos vagos, de acordo com a administração da "Ação-Moageira".

A "Diretoria-Executiva", no uso das atribuições, tomou efetiva a mencionada providência atendendo a que, de acordo com o que consta da ata da Assembleia Geral de Fundação, era objetivo dos conveniados que o novo prazo entrasse em vigor.

"... dentro do qual os novos sócios que todos esperavam viessem a incorporar-se ao movimento agora empreendido, não somente seriam a todo o tempo recebidos com especial satisfação, como também desfrutariam, agora, a qualidade de sócios fundadores.

Do cabo, então, do referido lapso de tempo, complementar-se-ia o preenchimento dos cargos que por enquanto ficariam vagos, em face daquele propósito."

tendo, tudo isso,

"... como tal o arrojado espírito de coragem e reunir motivador desta reunião e principal garantia de esperança, que todos alimentavam, para que se concretizassem os esplêndidos objetivos colimados."

Dessa maneira, realizou-se, nesta capital,

NOVA ASSEMBLEIA GERAL

que está marcada para ocorrer no próximo dia 20 (vinte) de maio, às 14h30 (quatro horas), no curso da qual deverão ser preenchidos:

- 1. — Na Diretoria-Executiva — um cargo de Vice-Presidente;
- 2. — No Conselho Superior — cinco cargos de Conselheiros Membros e cinco de Conselheiros Suplentes.

ESFORÇO COMUM

A "Ação-Moageira", constituída com o extraordinário respaldo que está encontrando por parte das mais diversas e categorizadas esferas de opinião, sente-se levada em dirigir aos estabelecimentos moageiros localizados na território nacional, a todos em geral e a cada um deles em particular, o caloroso apelo do chamamento para que venham, com sua efetiva presença e participação, atribuir significado ainda maior, ao encontro pleno e amplo, voluntário e desinteressado, que ela almeja em se constituir, para fomentar, com as energias do redobrado esforço comum, o desenvolvimento técnico e científico da indústria brasileira grandiosa causa que a todos pode unir e a que todos devem dar o seu contributo de entusiasmo, de esperança e sacrifício.

TRIBUNTO QUE SERÁ DA TRIPA

Com base nessas considerações, a "Ação-Moageira", ciente de que reflete o anseio geral, colvida e conclama os moageiros que exercem sua profícua atividade em todos os quadrantes do território nacional, para a reunião da Assembleia Geral que está marcada para o dia 20 (vinte) de maio próximo vindouro, nesta capital e será realizada na sede do Sindicato da Indústria do Trigo no Es-

tado do Rio Grande do Sul, se, até lá, a "Ação-Moageira" não tiver se instalado no "Palácio do Comércio".

A "Ação-Moageira" tem diante de si um trabalho volumoso e importante, de subsídio que se entende com os mais altos interesses da economia nacional. E só haverá equidade ao sacrifício que suas tarefas exigem, quando a bandeira que já se acha desfraldada, represente, no seu tremular glorioso, um elo de união e de trabalho comum.

Ação-Moageira de Fomento ao Trigo Nacional. — Aristides A. Germani, Presidente. — Henrique Thormann, Diretor-Secretário.

BRASIL MOAGIRO

Porto Alegre, 21 de maio de 1965

N.º 2

Aparce hoje, este informativo, em seu segundo número, para transmitir a classe dos industriais do trigo em todo o país, as notícias sobre os últimos acontecimentos verificados na esfera de atividades da "Ação-Moageira".

Preenchimento de cargos vagos

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada ontem nesta capital, foram preenchidos os cargos ainda vagos na Diretoria-Executiva e no Conselho Superior, cuja composição plena, agora, é a seguinte:

Conselho Superior:

Membros Efetivos: Hildo de Costa Gualich, Hilson Cunha de Almeida, Joaquim Monteiro de Abreu, Roberto Germani, Tranquillo Paulo Gobbi, Celerino José Tondo, José de Nadal, Romário Massignan, Alfredo Augusto Ferreira, Francisco Dias de Macedo, H. D. Fleming e Walter Fontana.

Suplentes: Oswaldo Cyrillano Guimarães, Danilo João de Deus, Lauro Müller, Domingos Branco Ribas, Augusto Franzol, Antônio Preto Neto, Saul Brandalise, Nicollino Ventrighia, Joseph Torton Neto, Alvaro Lewis, A. G. Nascimento e Geraldo Galeno, Miguel Apocalipse.

Diretoria Executiva: Aristides Amaro Germani, presidente; João Tamer e José Euniz, vice-presidentes; Henrique Thormann, diretor secretário e Carlos Emilio Trierweiler, diretor tesoureiro.

20-02-65	1.	S. A. Moínhos Rio Grandenses	6.000
04-04-65	2.	Moínho Fluminense S. A.	6.672.400
05-04-65	3.	Moínhos Germani S. A.	600.000
07-04-65	4.	Moínhos Cruzeiro do Sul S. A.	650.000
07-04-65	5.	Caúcha Cerealista S. A.	200.000
08-04-65	6.	Moínhos Trisonal Ltda.	200.000
12-04-65	7.	S. A. Moínhos Rio Grandenses	2.700.000
23-04-65	8.	Grandes Moínhos do Brasil S. A.	3.752.000
23-04-65	9.	Primo Fabric & Cia.	200.000
28-04-65	10.	Moínhos de Trigo Indígena S. A.	600.000
29-04-65	11.	Agro-Moageira S. A.	160.000
11-05-65	12.	Dal Molin S. A. — Ind. Com. Agr.	500.000
11-05-65	13.	Indústrias de Alimentos Ltda.	143.730
13-05-65	14.	S. A. Moínho Santista — Ind. Gerais	4.000.000
19-05-65	15.	Irno Tombini & Cia.	50.000
19-05-65	16.	Moínhos Quavani S. A.	220.000
20-05-65	17.	Moínho Popular S. A.	600.000
20-05-65	18.	Moínhos Reunidos S. A.	100.000
20-05-65	19.	Grando & Cia. Ltda.	14.000
			21.368.930

Novos Associados Inscritos

Além das 75 empresas integrantes do quadro de sócios fundadores, relacionadas no primeiro número de "Brasil Moageiro", inscreveram-se como tal mais os seguintes estabelecimentos:

- 76 — Moínho Sate Irmãos S. A.
- 77 — S. A. Moínho Inglês
- 78 — Moínha Paulista Ltda.
- 79 — S. A. Moínho da Bahia
- 80 — Moínho Perrençense Ltda.
- 81 — S. A. — Indústria e Comércio
- 82 — Indústria Vecchi Ltda.
- 83 — S. A. Moínho Cruzado — Ind. e Comércio
- 84 — Moínho Catarinense S. A.
- 85 — S. A. Moínho — Com. e Indústria
- 86 — Moínho da Lapa S. A.
- 87 — S. A. Moínho — Ind. Com. Agricultura
- 88 — Maranhão Industrial S. A.
- 89 — Spido & Cia. Ltda.
- 90 — Bozzolo S. A. Ind. e Com. de Trigo
- 91 — Crestani S. A.
- 92 — Moínho Aluano Ltda.

A relação definitiva está em vias de ser ultimada, para divulgação imediata.

Convênios e Perspectiva

Estão adiantadas as conversações iniciadas entre a "Ação-Moageira", a Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul e o IPEAS — Instituto de Pesquisas e Experimentações Agropecuárias do Sul — Pelotas.

A Assembleia Geral Extraordinária ontem realizada homologou as conclusões da Diretoria Executiva, sumetidas, antes, ao Conselho Superior e também aprovadas por ele.

"Brasil-Moageiro" divulgará o texto dos convênios, assim que firmados.

Antecipação de Receita

Evolui de modo sumamente auspicioso, o movimento iniciado por várias empresas com o objetivo de assegurar à "Ação-Moageira", mediante antecipação de receita, fundos para o início imediato de suas atividades.

Essa antecipação, tornada efetiva com base num terço da provável contribuição anual, já foi subscrita e realizada pelos seguintes sócios-fundadores:

Gracias a esses recursos é que pôde a "Ação Moageira", em lapso de tempo relativamente curto, difundir com amplitude as suas finalidades e atrair, para elas, a atenção do poder público interessado no desenvolvimento da triticultura no país.

Comissão Brasileira do Trigo

Sob o nº 341 e datado de 6 de maio de 1965, a Ação Moageira", recebeu do Prof. Ad. Raul da Silva, Diretor-Geral do D.P.E.A., o seguinte ofício:

Tem sido uma constante preocupação do Ministério da Agricultura e deste Departamento em particular, imprimir uma política séria, visando ao incremento da produção de trigo no País. O assunto, inegavelmente, tem que partir, basicamente, da pesquisa fitotécnica, eis que a cultura dessa importante graminácea tem encontrado óbices que só a pertinácia que a pesquisa e a experimentação agrônomicas exigem poderão, a curto ou a longo prazo, dependendo de vários fatores, remover em benefício da nossa economia.

2. Com esse propósito, o Excelentíssimo Senhor Ministro Hugo de Almeida Leme assinou a Portaria número 949, publicada no *Diário Oficial* de 2 de dezembro de 1964, determinando providências visando ao desenvolvimento e aprimoramento das técnicas aplicadas à cultura do trigo. E para estabelecer as bases e coordenar os métodos, as normas gerais e os planos nacionais das pesquisas e experimentação relativas à triticultura, foi criada neste Departamento, no mesmo ato, a Comissão Brasileira de Trigo que será integrada também por entidades estaduais, paraestatais e particulares interessadas nas pesquisas fitotécnicas com essa cultura.

3. Sendo, pois, essa Ação Moageira uma entidade com quem temos o maior interesse em dialogar, e que não deve estar ausente nos estudos que vamos promover, deseja este Departamento que também ela integre a referida Comissão, devendo o seu representante participar da Subcomissão de Trigo do Sul.

4. Com esse empenho, solicito se digno V. Sª indicar o seu representante a fim de que esta Diretoria-Geral o designe e passe a ter com ele os indispensáveis entendimentos.

Foi a seguinte a resposta enviada àquela alta autoridade do Ministério da Agricultura:

"Temos a honra de acusar o recebimento de seu estimado ofício número 341, de 6 do corrente, em que Vossa Senhoria, expondo os magnos objetivos do ato oficial consubstanciado na Portaria que criou a Comissão Brasileira do Trigo, solicita, para imensa honra nossa, a indicação de representante a ser designado por essa Diretoria Geral, a fim de integrar a Subcomissão de Trigo do Sul.

Adiantando a V. Sª que a sua solicitação foi muito apreciada por esta Diretoria e também pelo Conselho Superior da "Ação Moageira", temos a honra de informar que nossa indicação recaí na pessoa do Sr. Dr. Hilson Cunha de Almeida, o qual auscultado previamente por nós, sente-se honrado em afirmar que aceita a escolha com o esmerado propósito de encaminhar a sua melhor colaboração no rumo dos altos objetivos visados pela Comissão Brasileira do Trigo.

Esta entidade, de outro lado, e tendo em vista que cumpre atender também para as eventualidades e contingências que podem ocorrer, inibindo uma ou outra vez o representante de atender, a tempo e hora, as convocações que lhe forem dirigidas, permite-se indicar também o nome de dois suplentes, de modo que, por essa maneira, praticamente nunca deixaria de ocorrer a presença da "Ação Moageira", nas reuniões da Comissão Bra-

sileira do Trigo e nem nas reuniões da Subcomissão-Sul.

A fórmula alvitrada, de outro lado, coloca bem mais à vontade o representante indicado para titular, nas emergências que possam impedir ou dificultar o comparecimento do Senhor Dr. Hilson Cunha de Almeida, pois que ele associa a sua qualidade de membro efetivo do nosso Conselho Superior, também a de Diretor de importante empresa rio-grandense, com intensa atividade na industrialização do trigo e do arroz.

Nessas condições, indicamos para suplentes do Dr. Hilson Cunha de Almeida, os Srs. João Tamer e Aristides Amadeo Germani, cujos nomes seriam então também objeto de designação através de ato de V. Sª, que esperamos concorde, ante as justificativas expostas, com a sugestão que ora lhe apresentamos."

Correspondência

Recebeu a "Ação Moageira":

1. — Do Prof. Euripedes Malavolta, Vice-Diretor em exercício da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz":

"Tenho a satisfação de acusar o recebimento do seu Ofício nº 27-65, de 19 de fevereiro último, participando a constituição, nessa Capital, da "Ação Moageira de Fomento ao Trigo Nacional" bem como enviando cópia da ata de sua fundação.

Os Estatutos dessa sociedade foram objeto de estudo e apreciação por esta Escola, nada tendo ela a acrescentar. Quanto ao art. 35, acha-o interessante.

Com os meus agradecimentos pela atenção dispensada à "Luiz de Queiroz", cumprimento os fundadores dessa importante sociedade que, sem dúvida, muito contribuirá para o desenvolvimento da triticultura nacional."

2. — Do Dr. Glauco Pinto Viegas, Diretor-Geral, substituto, do Instituto Agronômico, de Campinas:

"Acusamos o recebimento de sua carta 37-65, de 19 de fevereiro próximo passado comunicando-nos a constituição nessa capital, a 19 do mesmo mês de fevereiro, de uma sociedade civil sob a razão social acima mencionada.

Em resposta, cumpre-nos informar que com o Dr. Milton Alcover, engenheiro-agrônomo, Chefe da Estação Experimental de Capão Bonito, especialista nos trabalhos da cultura do trigo no sul do Estado de São Paulo, esta Diretoria Geral se inteirou do assunto.

Tendo examinado os Estatutos dessa Sociedade que se propõe levar a efeito trabalho, no campo da ciência e da técnica, capaz de produzir resultados estáveis em prol do desenvolvimento global da triticultura no país, só nos cabe exaltar os princípios sadios e patrióticos dessa novel entidade, que poderá prestar inestimáveis serviços à Nação, especialmente ao desenvolvimento da cultura de trigo no país."

3. — Do Dep. Paulo Macarini:

Cumprimentando-o, tenho o prazer de acusar o recebimento do ofício 58 de 1962 em que o prezado amigo me comunica a constituição da Ação Moageira de Fomento ao Trigo Nacional.

Li com a atenção que me merece os trabalhos de Vossa Senhoria, os documentos enviados, tomando, assim, conhecimento dos princípios e das disposições da novel entidade.

Permita-me cumprimentá-lo, bem como os demais Associados, pela oportuna e patriótica medida que, por certo, há de se refletir na economia nacional.

Augurando votos de pleno êxito, coloco-me inteiramente às ordens da Ação Moageira e firmo-me mui Cordialmente".

4. — Do Eng. Agr. Fernanco Silveira da Motta, Diretor do IPEAS: Tenho o prazer de apresentar-lhe o Eng. Agr. Milton Costa Medeiros, Coordenador Técnico dos Trabalhos com Trigo, que são levados a efeito por este Instituto. O referido técnico, entregará a V. Sª de acórdio com a vossa solicitação uma ajuda de emergência para o prosseguimento e desenvolvimento dos trabalhos de pesquisas com trigo para os meses de maio, junho e julho, assim como algum equipamento que servirá não só o referido período, mas também, para os anos vindouros.

Caso a Ação Moageira não possa atender integralmente a solicitação que ora estamos enviando, qualquer atendimento parcial será ainda da mais alta valia para os nossos trabalhos.

Conforme o desejo expressado por V. Sª, e dos outros amigos que o acompanharam em sua visita ao IPEAS, estamos elaborando um plano de trabalho amplo, no qual serão previstas todas as necessidades para o pleno desenvolvimento das pesquisas, experimentação, melhoramento genético e produção de sementes básicas das nossas variedades para o período de 1965 a 1966. Tão logo o tenhamos concluído, será o mesmo remetido a V. Sª.

Caso seja possível, e se V. Sª considera necessário, o Eng. Agr. Milton Costa Medeiros, poderá representar esta Direção na reunião do dia 15 da Ação Moageira, a fim de melhor poder explicar e atender o nosso pedido de auxílio perante V. Sª e os demais membros da Ação Moageira.

Na certeza de que poderemos contar com integral apoio de V. Sª, firmamo-nos respeitosamente".

5. — Do Prof. Edson Pötsch Magalhães, Reitor da Universidade Rural de Minas Gerais, ofício de 10 de maio de 1965, dizendo:

"Oxala o Senhor Presidente acolha para decisão favorável o excelente documento-sugestão que a ele enviastes.

Muito me sensibilizou, também, verificar que colocastes a Universidade Rural de Minas Gerais em primeiro lugar, na série de instituições a serem porventura beneficiadas".

6. — Do Sr. Antonio Sobral Dantas, Assessor do Trigo com Delegação de Poderes:

"Acuso o recebimento do seu ofício nº 73-65, de 18 de março p. findo, comunicando ao Exmo. Senhor Ministro Prof. Hugo de Almeida Leme, a constituição da "Ação Moageira de Fomento ao Trigo Nacional", cuja ata de fundação foi enviada por cópia.

A finalidade desse órgão constitui, pelo simples enunciado, motivo de júbilo, pois representa "a iniciativa privada, secundando o esforço governamental", no sentido de "promover o desenvolvimento global da triticultura no país", segundo suas próprias palavras.

Essa iniciativa demonstra elevada compreensão do setor privado sobre os objetivos do atual Governo de promover a produtividade de recursos básicos da economia nacional.

A ideia deve ser, porém, realizada. A ação deve seguir efetivamente à vontade. A elaboração de plano de desenvolvimento científico da triticultura, o incremento da pesquisa, a formação de técnicos e a constituição de um fundo de assistência ao triticultor são propósitos de real valor que cumpre serem executados

A fim de tomar conhecimento da tão valiosa iniciativa e oferecer a cooperação que for julgada conveniente, sua comunicação foi remetida ao Departamento de Promoção Agropecuária (DPA) deste Ministério da Agricultura.

Aproveito o ensejo para apresentar os meus protestos de elevado apreço e consideração."

7. — Do Dep. João Calmon:

"Tenho a grata satisfação de acusar o recebimento do ofício número 266-65 da Entidade recentemente criada nessa cidade e dignamente presidida por V. Sª a Ação Moageira de Fomento ao Trigo Nacional.

Cumpro-me agradecer o envio da cópia dos estatutos da mesma entidade, cujos objetivos são realmente de significativa importância para o desenvolvimento agrícola do nosso País e congratular-me com V. Sª e seus dignos companheiros por tão feliz iniciativa".

8. — Do Dep. Brito Velho:

"Felicitoso patriótico empreendimento"

9. — Do Dep. Medeiros Netto:

"Apraz-me acusar recebimento curta e eminente patriótico pt Felicitoso o fundação Ação Moageira Fomento Trigo Nacional pt Li com interesse documental enviado pt Cordial abraço".

10. — Do Senador Atilio Fontana:

"Acuso o recebimento de sua carta de 28 de abril último, acompanhada de um exemplar do primeiro número do "Brasil Moageiro", cuja remessa agradeço. Tomei conhecimento da matéria nele contida e do número de adesões na indústria do Trigo.

A tarefa a que se propõe a digna Diretoria da "Ação Moageira de Fomento ao Trigo Nacional" não é fácil. Os resultados, porém, serão certamente recompensados.

Vale lembrar um pensamento que sempre tem me ajudado a vencer as dificuldades: "Não esmorecer para não desmerecer". Sob esse lema tenho confiança em que a contribuição para o desenvolvimento da triticultura nacional surtirá excelentes resultados.

Certo de que o Ilustre patriótico continuará a me remeter os novos números de "Brasil Moageiro", coloco-me ao inteiro dispor dessa entidade no Senado Federal".

Interesse e aplauso

A "Ação Moageira" vai se dirigir brevemente a todos os integrantes do seu quadro social, para a articulação de uma campanha de novos sócios, que se acha de antemão incentivada pela qualificação dos associados atuais, de cuja espontaneidade e entusiasmo resultou a arrecadação já efetivada e principalmente em face do extraordinário interesse e aplausos com que são acolhidos em todos os setores de opinião, os objetivos da "Ação Moageira". — Aristides Amadeo Germani, Diretor-Presidente. — Henrique Thormann, Diretor-Secretário.

BRASIL MOAGEIRO

Órgão informativo da "Ação Moageira"

Nº 1.

Porto Alegre, 26 de maio de 1965.

"Brasil Moageiro" tem o prazer de levar ao conhecimento da indústria

moageira estabelecida no país, e tem-
to do primeiro convênio firmado pela
"Ação Moageira".

A outra parte conveniente foi o Mi-
nisterio da Agricultura, representado
no ato pelo Instituto de Pesquisas e
Experimentação Agropecuárias do Sul
— IPEAS.

Com esse pacto de colaboração, in-
gressa a "Ação Moageira" rapida-
mente na fase concreta de suas ativi-
dades, o que ocorre, aliás, em obediên-
cia à formulação estatutária e em
pouco mais de noventa dias da data
de sua fundação.

As autoridades federais presentes
salutararam, em belas palavras, a ex-
traordinária valia do concurso levado
pela indústria moageira às importan-
tes obras de recuperação que o con-
vênio assegura em lapso de tempo
apreciavelmente curto e o estímulo
que daí emerge para os trabalhos dos
técnicos dedicados às pesquisas que
objetivam a criação, seleção e melho-
ramento das mais diversas variedades
de trigo.

Convênio que entre si fazem, de
um lado, o Instituto de Pesquisas e
Experimentação Agropecuária do Sul, órgão do Departamento de
Pesquisas e Experimentação Agro-
pecuárias do Ministério de Esta-
do para os Negócios da Agricul-
tura, aqui representado pelo Senhor
Eng. Agr. Fernando Silveira da
Mota, diretor do aludido Instituto
e, de outro lado, "Ação Moagei-
ra de Fomento ao Trigo Nacio-
nal", sociedade civil, com limita-
do número de sócios, que tem sede
em Porto Alegre, e como obje-
tivo a integração de meios, a reu-
nião de esforços e a constituição
de fundos, tudo visando ao desen-
volvimento global da triticultura
no país, pelo estímulo a corres-
pondente investigação científica e
aperfeiçoamento tecnológico, aqui
representada pelo seu Diretor-
Presidente e Diretor-Secretário, os
Senhores Aristides A. Germani
e Henrique Thormann, convên-
te que se regerá pelas seguintes
cláusulas e condições a saber:

Primeira: — No elenco das instala-
ções de que dispõe, conta o Instituto
de Pesquisas e Experimentação Agro-
pecuária do Sul, com casas de vege-
tação que uma chuva de granizos de
pouco danificou. Em razão desse
acontecimento, ficaram comprometidas
a serventia, utilização e eficiên-
cia das mesmas casas de vegetação
e, em consequência, a continuação
dos indispensáveis e necessários estudos
e pesquisas que objetivam, de um
lado, o melhoramento, a criação
e "testes" com as variedades de trigo
obtidas e, de outro lado, o emprego
de meios químicos inclusive, para o
controle direto das doenças.

Segunda: — A "Ação-Moageira de
Fomento ao Trigo Nacional", em face
da ausência de recursos financeiros
capazes de assegurar a urgente
recuperação das casas de vegetação
referidas na cláusula anterior, e
consciente de que não é possível a
continuidade da realização dos traba-
lhos também mencionados na mesma
cláusula, resolveu, por decisão uni-
nime da Diretoria-Executiva, aprova-
da, sem voto discrepante, pelo Con-
selho Superior, assumir o encargo fi-
nanceiro decorrente da recuperação de
que trata este instrumento.

Terceira: — O encargo financeiro
de que trata a cláusula anterior, de
acordo com o orçamento e memorial
descriptivo elaborados pelo Instituto de
Pesquisas e Experimentação Agrope-
cuárias do Sul, é de Cr\$ 10.000.000
(dez milhões de cruzeiros).

Quarta: — O Instituto de Pesqui-
sas e Experimentação Agropecuárias
do Sul assume, desde logo, o encar-
go de dar execução às obras de re-
cuperação cabal e completa de suas
casas de vegetação, de modo a que
as mesmas, concluídas as obras, dis-
ponham das mais amplas e melhores
condições de pleno aproveitamento,
até o máximo de sua capacidade ope-
racional.

Quinta: — As obras referidas na
cláusula anterior, terão início dentro
de 10 (dez) dias, com prosseguimento
contínuo e ininterrupto, a fim de que
a respectiva conclusão se opere, o
mais tardar, até o dia 30 de julho de
1965 (trinta de julho de mil nove-
centos e sessenta e cinco).

Sexta: — O Instituto de Pesquisas
e Experimentação Agropecuárias do
Sul fornecerá a "Ação-Moageira" re-
latório minudente e circunstanciado
do andamento das obras de recupera-
ção objeto do presente convênio e
acerca, também, da respectiva utiliza-
ção dos fundos depositados, median-
te prestação cabal de contas.

Sétima: — o primeiro relatório pre-
visto na cláusula anterior, abrangendo
os serviços executados no período
que vai desde esta data até o dia 30
(trinta) de Junho de 1965 (mil e no-
vecentos e sessenta e cinco), deverá
ser apresentado à "Ação Moageira"
até o dia 15 de julho de 1965 (mil e
novecentos e sessenta e cinco), termo
pela qual se procederá sucessivamente
de modo a que o relatório final este-
ja em poder da "Ação-Moageira"
nos quinze dias imediatamente seguin-
tes ao término das obras de recupera-
ção, objeto do presente convênio.

Oitava: — A "Ação-Moageira", —
para solver a responsabilidade finan-
ceira que ora assume, compromete-se
a colocar a disposição do Instituto de
Pesquisas e Experimentação Agrope-
cuárias do Sul a quantia de Cr\$ 10.000.000
(dez milhões de cruzeiros), originada de recursos seus e por ela
própria destinada a garantir a exe-
cução dos trabalhos previstos neste
convênio. Para esse efeito, a "Ação-
Moageira" procederá da seguinte for-
ma:

a) dentro de 48 (quarenta e oito)
horas, a contar desta data, a "Ação-
Moageira" constituirá, no Banco In-
dustrial e Comercial do Sul S. A.,
em Porto Alegre, a favor do Institu-
to de Pesquisas e Experimentação
Agropecuárias do Sul, um depósito em
moeda corrente nacional, no valor de
Cr\$ 4.000.000 (quatro milhões de cru-
zeiros);

b) A "Ação-Moageira" depositará
mais Cr\$ 3.000.000 (três milhões de
cruzeiros), no mesmo estabelecimen-
to bancário, e em favor, ainda do
mesmo Instituto, até o dia 30 (trinta)
do mês de junho de 1965 (mil e
novecentos e sessenta e cinco);

c) A "Ação-Moageira" depositará
até o dia 30 (trinta) de julho próxi-
mo vindouro mais a quantia de Cr\$
3.000.000 (três milhões de cruzeiros),
desonerando-se, portanto, cabal e de-
finitivamente, com o depósito dessa
parcela que integralizará a totalida-
de dos Cr\$ 10.000.000 (dez milhões
de cruzeiros) correspondentes ao en-
cargo financeiro aqui assumido.

Nonas: — A "Ação-Moageira" pode-
rá antecipar uma ou mais das parcelas
referidas na cláusula anterior, a
suas alíneas, no caso de que, a juízo
do Sr. Eng. Agrônomo Diretor do
Instituto de Pesquisas e Experimenta-
ção Agropecuárias do Sul, assim o
exigir a marcha dos trabalhos das
obras de recuperação de que trata este
convênio.

Décima: — Todas as quantias ob-
jeito dos depósitos de que trata a
cláusula oitava e suas alíneas, serão
movimentadas na aplicação das obras

de recuperação das casas de vege-
tação objeto deste convênio, de acôrdo
com as normas ou instruções que a
respeito forem baixadas pelo Senhor
Eng. Agr. Diretor do Instituto de
Pesquisas e Experimentação Agrope-
cuárias do Sul.

Décima-Primeira: — Declaram as
partes contratantes que este ajuste é
de igual valor ao que nele próprio se
declara, servindo, pois, de base para
satisfazer o imposto do selo federal,
devido, a quantia de Cr\$ 10.000.000
(dez milhões de cruzeiros).

E, por estarem, assim, de acôrdo,
assinam o presente em quatro vias de
igual teor e forma, para um só e úni-
co efeito, diante das testemunhas
abaixo nomeadas, que a tudo assisti-
ram e também assinam.

Pelotas, RS, 25 de maio de 1965. —
Eng. Agr. Fernando Silveira da Mo-
ta, Diretor do Instituto de Pesquisas
e Experimentação Agropecuárias do
Sul.

Assinados) — Aristides Amadôc
Germani, Diretor-Presidente da "Ação
Moageira" — Henrique Thormann, —
Diretor-Secretário da "Ação-Moagei-
ra".

A assinatura desse convênio, cele-
brado no Gabinete do Diretor do
IPEAS, presentes várias figuras gra-
das da sociedade pelotense, causou o
esperado contentamento no seio da
indústria moageira rio-grandense, —
conforme o atestam as manifestações
de regosio que estamos recebendo. —
Aristides A. Germani, Diretor-Presi-
dente — Henrique Thormann, Dire-
tor-Secretário.

BRASIL MOAGEIRO

Órgão Informativo da "Ação-

MOAGEIRA"

Nº 1.

Porto Alegre, 29 de maio de 1965
Firmado pelo Eng. Agr. Adolfo An-
tônio Fetter, Secretário da Agricul-
tura, em representação do Estado do
Rio Grande do Sul, pelos Srs. Aristi-
des A. Germani e Henrique Thormann,
Presidente e Secretário da
"Ação-Moageira", testemunhado pelo
Consul Geral da Alemanha, Doutor
Hermann Manz e Gerente Geral de
Samarig Dr. Carlos Antioch, nasceu no
dia 26 do corrente o segundo convê-
nio de que participa a "Ação-Moa-
geira" e que tem por objeto a insta-
lação de dez estações agrometeoroló-
gicas em municípios de interesse vi-
tícola, doadas ao Estado do Rio Gran-
de do Sul pelo Governo Federal da Alemanha.

O ato ocorreu, no Gabinete do Se-
nhor Secretário da Agricultura, em
bonita cerimônia, presenciada por
inúmeros técnicos e altos funcionários
daquela Secretaria, dirigentes da —
"Ação-Moageira", convidados e repre-
sentantes de jornais, televisão e rá-
dio acreditados junto àquela Gabe-
nete.

Houve, aliás, imediata e ampla di-
vuulgação do convênio, o que vem a
atestar a excelente receptividade que
encontrou, tanto pelos benefícios as-
segurados à pesquisa climatológica em
nosso Estado, como pela arejada com-
preensão que está entrosando, de mo-
do admirável a iniciativa particular
e a atividade estatal.

O convênio que acaba de ser firma-
do, representa a conclusão de etapa
prevista no plano geral de trabalho
para este exercício, de realização pa-
rta pelos recursos da receita anu-
ciada, graças à antecipação com que
auxiliam diversas empresas moagei-
ras, como este informativo já noticiou
amplamente.

Aspecto de assinalada importância
nos convênios recém firmados, é o da
mobilização imediata e racional que
enseja dos recursos humanos, mate-
riais e técnicos de que dispõem o Mi-
nisterio da Agricultura e a Secretaria
de Agricultura do Rio Grande do Sul,
intensificada com os recursos propi-
ciados pela ação dos particulares in-
teressados no desenvolvimento global
da nossa triticultura.

"Convênio que entre si fazem,
de um lado, o Estado do Rio
Grande do Sul", aqui represen-
tado pela Secretaria de Estado
dos Negócios da Agricultura e es-
ta pelo seu titular, o Exmo. Se-
nhor Eng. Agr. Adolfo Antônio
Fetter, e, de outro lado, a "Ação-
Moageira de Fomento ao Trigo
Nacional, sociedade civil, com il-
mitado número de sócios, que tem
sede em Porto Alegre, e, como ob-
jetivo a integração de meios, a
reunião de esforços e a constitu-
ção de fundos, tudo visando ao
desenvolvimento global da triti-
cultura no país, pelo estímulo a
correspondente investigação cien-
tífica e aperfeiçoamento tecnoló-
gico, aqui representado pelo seu
Diretor-Presidente e Diretor Se-
cretário, os Srs. Aristides A.
Germani e Henrique Thormann,
convênio este que se regerá pelas
seguintes cláusulas e condições a
saber:

Primeira: — O Estado do Rio
Grande do Sul recebeu, por doação,
da República Federal da Alemanha,
um grupo de estações agrometeoroló-
gicas, que ele instalará nos municí-
pios de Sociedade — Santo Augusto —
Irai — Jaguarao — Livramento —
Quaraí, e Alegre, ou outros muní-
cipios, indicados pelo setor técnico da
Secretaria da Agricultura, em substi-
tuição aos citados, de interesse tri-
tícola, caso ocorra deficiência de algum
ou alguns deles, por falta que en-
tem a alçada das partes convenien-
tes. Tais estações, destinadas a com-
por os meios de que o Estado do Rio
Grande do Sul necessita para reali-
zar trabalhos de pesquisas climatoló-
gicas, tem as seguintes características:
— são estações de primeira classe, fa-
bricação FUESS, Alemanha, ocupan-
do, cada uma delas a área de 600 —
(seiscentos) metros quadrados. Inte-
gram cada unidade dessas estações os
seguintes elementos: — Cinco geoter-
mômetros para solo gramado e outros
cinco para solos desnudos; um acti-
nógrafo nº 58-D (cinquenta e oito);
um pluviógrafo tipo Helmann um
heliógrafo tipo Camp Bell Stokes um
fontavento tipo Wild; três termôme-
tros de máxima e outros três de mi-
nima; um termômetro seco e outro
úmido; um suporte nº 44 (quarenta e
quatro) para termômetros seco e
úmido; um evaporímetro segundo
Pinche; um pluviômetro tipo Ville de
Paris; um termógrafo; um barógrafo;
um higrógrafo; um anemômetro por-
tátil; um anemômetro elétrico e um
relógio solar e bem assim o material
acessório e sobrejacente respo-
do como por exemplo, provetas — penas
— sífoes — jogos de fitas — jogos de
diagrama, etc., etc.

Segunda: — A "Ação-Moageira de
Fomento ao Trigo Nacional", reco-
nhecendo a premente necessidade e a
inegável importância da instalação
desses equipamentos, da mesma for-
ma que os apreciáveis serviços que
através dos mesmos vão resultar em
favor da agropecuária em geral e da
triticultura em particular, pelos óti-
mos elementos que a correta e adu-
da observação agrometeorológica pro-
porcionará a feitura dos censos e
indispensáveis estudos fenológicos a
serem intensificados, agora, pelos se-
tores de fenologia das Estações Expe-
rimentais do Rio Grande do Sul, re-
cebeu, por decisão unânime da Dire-
toria-Executiva aprovada, sem voto

discrepante, pelo Conselho Superior assumir o encargo financeiro necessário à instalação prioritária e urgente dos equipamentos descritos neste instrumento.

Força — O encargo financeiro de que trata a cláusula anterior é assumido com a responsabilidade efetuada pelo Estado do Rio Grande do Sul, através de seus órgãos técnicos, e de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros).

Objeto — O Estado do Rio Grande do Sul assume, desde logo, o encargo de dar execução às obras de montagem e colocação em funcionamento regular do grupo de estações meteorológicas objeto do presente contrato.

Quiloz — As obras referidas no contrato anterior terão início dentro de 30 (trinta) dias, com prosseguimento contínuo e ininterrupto a fim de que a respectiva conclusão se opere, o mais tardar, até o dia 31 (trinta e um) de fevereiro de 1966 (um mil novecentos e sessenta e seis).

Seria — Qualquer das estações agrometeorológicas de que trata este contrato, ou todas elas, no caso de que seja coincidente a conclusão da montagem do conjunto, deverão se achar aptas para entrar em funcionamento regular, no máximo dentro de 30 (trinta) dias, contados da data em que a instalação correspondente se achar ultimada.

Sétima — A Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul fornecerá à "Ação-Moageira" relatório minudente e circunstanciado do andamento das obras de montagem e instalação objeto do presente contrato e acréscio também da respectiva utilização dos fundos depositados, mediante prestação cabal de contas.

Oitava — O primeiro relatório previsto na cláusula anterior abrangendo os trabalhos realizados no período que vai desde esta data, até o dia 30 (trinta) de agosto de 1966 (um mil novecentos e sessenta e seis), deverá ser apresentado à "Ação-Moageira" até o dia 15 (quinze) de setembro de 1966 (um mil novecentos e sessenta e seis), forma pela qual se procederá sucessivamente, de modo a que o relatório final esteja em poder da "Ação-Moageira" até o dia 31 (trinta e um) de março de 1967 (um mil novecentos e sessenta e sete).

Nona — A "Ação-Moageira" permanecerá responsável por esta obra, como entidade que a colocou à disposição do Estado do Rio Grande do Sul, a quantia de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), oriunda de recursos seus e por ela própria destinada a garantir a execução dos trabalhos previstos neste contrato. Para esse efeito, a "Ação-Moageira" procederá da seguinte forma:

a) dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a contar desta data, a "Ação-Moageira" constituirá no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em nome da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, um depósito de Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros);

b) a "Ação-Moageira" depositará mais Cr\$ 3.000.000 (três milhões de cruzeiros), no mesmo estabelecimento bancário, e em favor, ainda da mesma Secretaria de Estado, até 15 (quinze) de setembro de 1966 (um mil novecentos e sessenta e seis);

c) a "Ação-Moageira" depositará, sucessiva e continuamente, até o fim dos meses de outubro, novembro e dezembro de 1966 (um mil novecentos e sessenta e seis) mais a quantia de Cr\$ 1.000.000 (um milhão de cruzeiros) em cada um dos referidos meses, desonerando-se, portanto, cabal e definitivamente, com o depósito da parcela que integralizar a totalidade dos Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) correspondentes ao encargo financeiro assumido.

Décima — A "Ação-Moageira" poderá antecipar uma ou mais das parcelas previstas nas alíneas "b)" e "c)" da cláusula anterior se, a juízo do Excmo. Sr. Dr. Secretário da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, assim o exigir a marcha dos trabalhos de montagem, objeto deste contrato.

Décima Primeira — Terão as quantias objeto dos depósitos de que trata a cláusula anterior a sua utilização, sob a responsabilidade dos órgãos de execução, de acordo com as normas em vigor, que a respectiva Secretaria de Estado, pelo Excmo. Sr. Dr. Secretário da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

Décima Segunda — Declaram a presente "Ação-Moageira" que não possui se declara responsável, em todo e por todo o mundo, pelo cumprimento do contrato de que trata este instrumento.

E, por estarem, assim, de acordo, mandam autografar o presente instrumento, em quatro vias, de igual teor e forma, para um só e único efeito, para a primeira, o imposto do selo federal devido, que se arquivará devidamente nas demais, assinadas pelas, inclusive pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram e também assinam.

Pórtio Alegre, 29 de maio de 1966.
— Excmo. Sr. Dr. Adolfo Antônio Fátima, Secretário da Agricultura. — Aristides Amadeo Germani, Diretor-Presidente. — Henrique Thomann, Diretor-Secretário.

A "Ação-Moageira" continuará, como até aqui, prestando contas cabais de sua atividade à entidade coligada. — Aristides Amadeo Germani, Diretor-Presidente. — Henrique Thomann, Diretor-Secretário.

BRASIL MOAGEIRO

Oração Informativa da "Ação-Moageira"

Nº 5

Pórtio Alegre, 23 de junho de 1966.
A propósito da comemoração de novos fatos que serão encerrados brevemente recebendo de Brasília, Encargado — Dal Meira S. A. — Indústria Comércio e Agricultura, a seguinte carta:

"Tivemos o prazer de ler no 'Brasil Moageiro' nº 2, que a 'Ação-Moageira' vai iniciar campanha tendente a multiplicar o número de seus filiais.

A nossa empresa quer cooperar nessa empreitada, seja procurando novos adesões, seja atuando como filial, para, desta ou daquela forma, contribuir para o feito de multiplicar a sua luta a todos, para o trabalho comum.

Ocorra-nos, desta feita, lembrar que a "Ação-Moageira", partindo do princípio de que a sua obrigatoriedade será sempre o reflexo das condições que lhe sejam apresentadas, poderá estar "abandonada" baseada nos seguintes pontos, aos quais, de nossa parte, associamos os pontos que indicamos:

1º) da sua obrigatoriedade dependerá da solidariedade da indústria moageira do país, única fonte a bem dizer dos recursos que demandam para as aplicações produtivas;

2º) da mesma obrigatoriedade estarão na dependência das deliberações do Conselho Superior;

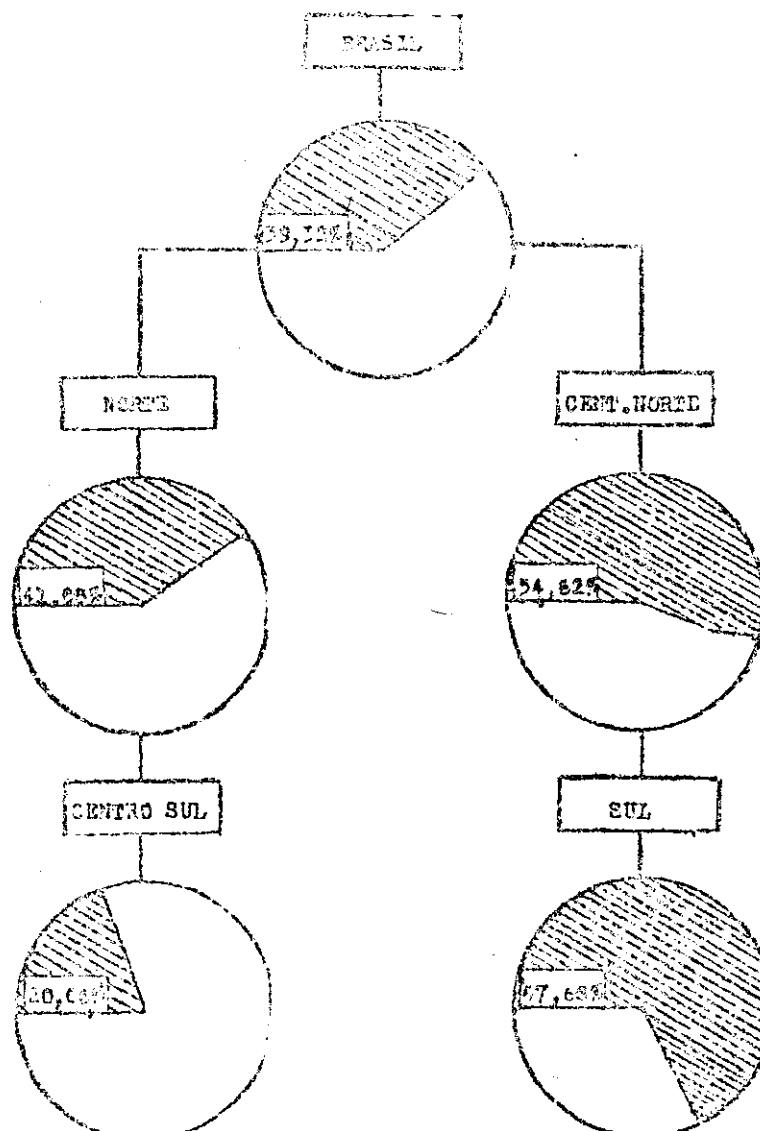
3º) apenas da obrigatoriedade, que lhe está reservada condicionar-se ao desempenho da sua Diretoria-Executiva.

Na expectativa de que o conteúdo desse relatório possa formar uma mensagem que seja útil ao auxílio de congregar e reunir aproveitamentos e ensejo para reterem projetos de uma consideração e apreço".

"Brasil-Moageiro", ao estampar esse missiva na íntegra, rende ao "Moageiro Espetacular", justa homenagem pelo seu compromisso intelectual.

Nos gráficos que seguem, fica demonstrado o panorama que oferece a participação da indústria no quadro social da "Ação-Moageira".

OS SETORES TRABALHADOS INDICAM A CAPACIDADE DE MOMEN DOS ESTABELECIMENTOS, POR ZONAS, QUE JÁ SE ASSOCIAM À "AÇÃO-MOAGEIRA".



Manifestações e como respondem

Respostas às seguintes:

- 1 — "Os moageiros se engajaram para trabalhar em situação".
- 2 — "A iniciativa tomada responde com precisão às perguntas: 'Moageira' — o que, quando, como, onde, para que e porque".
- 3 — "Que empreendimento internacional, essa Divisão tem os próprios participantes de responsabilidade própria, também atuando bem o que todos sabem vagamente, qual é a realidade e servem à Pátria".
- 4 — "Estão fazendo como as velas que se tocam umas nas outras."

Respostas:

Do Deputado José Mandel Filho:

Apresentando a comunicação, participou nos prezados dirigentes que exaltam, como particular que foi ao tomar conhecimento da constituição da "Ação-Moageira". Era uma organização que tratava do desenvolvimento da nossa tricultura, especialmente no que diz respeito à tricultura nacional, tão esquecida, tão vilipendiada.

No Diário do Congresso do dia 3 de abril p.p., está publicado pequeno discurso que proferi na Câmara dos Deputados, registrando a constituição da "Ação-Moageira".

Após as considerações que descrevi nos discursos que se deram em Brasília, afirmou o Deputado José Mandel Filho:

"Bom, difícil de recomendar, de resistência e de fôlego, terá a existência de homens de empresa. Não importa, sua capacidade de trabalho e seu amor pátrio por certo sobrepujarão todas as adversidades." Do Deputado João Brum:

Fiquei sumamente satisfeito em tomar ciência dessa nova entidade que surge no Rio Grande do Sul com o objetivo de fomentar o desenvolvimento global da tricultura brasileira.

Tenho certeza de que essa entidade atingirá os altos interesses nacionais para que se organize, por isso que se estrutura na experiência e no idealismo de homens como V. Exa. Senhor Presidente. Por isso, por do seu conhecimento que, sobre a "Ação-Moageira", fiz pronunciamento na Câmara Federal, do qual estou restando exemplar.

Finalizou assim o Deputado João Brum o seu discurso:

"Ao concluir esta rápida explanação, peço a V. Exa. determine a conclusão, nos anais da Casa, da entrevista que ao 'Correio do Povo' concedeu o ilustre cidadão Aristides

Germani, presidente da nova entidade, que inicia novo trabalho de planejamento no Rio Grande do Sul, para o Brasil.

Do Deputado Ary Alcântara:

De minha parte, como representante no Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados, V. S. poderá contar com meu empenho, com minha colaboração e apoio, pois como ex-tribunista, senti na carne as dificuldades dos que se dedicam a cultura do "grão de ouro".

Portanto, posso, dar meus parabéns ao Rio Grande do Sul, por ter partido de seus homens de indústria tão significativa e oportuna iniciativa.

Do Engenheiro Gabrielense, nosso sócio fundador:

"Respondendo, podemos dizer que ao invés de optarmos pela contribuição de um tópo de nossa contribuição, estamos remetendo o valor correspondente à unidade, ou seja, o correspondente a 1.025 toneladas, à razão de cem cruzados."

Do Perdião S. A. — Comércio e Indústria — também sócio fundador:

"Temos a satisfação de encaminhar com a presente o cheque nº 2.479, de nossa emissão, válido e a cargo do Banmércio, no valor de Cr\$ 161.400 (cento e sessenta e um mil e quatrocentos cruzados). Importância esta correspondente a 50% da parcela atribuída ao nosso moínho."

A "Ação-Moageira" avança devidamente a belca das mãos e sente quanto é confortador o estímulo que delas promana.

De vários outros estabelecimentos moageiros localizados no país enviamos a receber valores equivalentes a um tópo da preciosa contribuição deste exercício, representando tais aportes, ainda substanciais na rápida e efetiva implantação de nossas atividades.

"Brasil Moageiro" vai divulgar em seu próximo número, a relação geral dos recursos até agora antecidos pela indústria à "Ação-Moageira".

Formação de agrometeorologistas: A Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul ministrará em breve, na estação experimental de Veranópolis, um curso intensivo, de natureza técnico-prática, a fim de preparar uma turma da qual será selecionado um grupo de agrometeorologistas aptos para operar a nova rede de estações agrometeorológicas do Estado.

A "Ação-Moageira", mediante convênio que este órgão divulgará participa com os recursos financeiros necessários à realização do mencionado curso, de indiscutível importância para a agropecuária e moral e para a triticultura e impetual. — Aristides Amador Germani, Diretor-Presidente. — Henrique Thormann, Diretor-Secretário.

BRASIL MOAGEIRO

Órgão informativo da Ação Moageira

Nº 5

Porto Alegre 23 de agosto de 1965.

A "Ação-Moageira" tem a honra de comunicar que sua sede já se encontra instalada e em pleno funcionamento no Grupo 118, do "Palácio do Comércio", realmente ao qual registrou, como endereço telefônico, a expressão "Protrigo" e se tornou, também, assinante da Caixa Postal nº 2.379.

Participa, igualmente, que o despacho da autoridade judiciária competente, provido nos autos do respectivo processo, reconheceu que os atos constituintes da "Ação-Moageira" preenchem os requisitos legais pertinentes e determinou, em consequência, fossem eles arquivados.

Assim, no Cartório do Registro Especial de Porto Alegre, no Livro "A" nº 7 (sete), de "Registro de Pessoas Jurídicas", à fls. 8 (oito) verso, sob o nº 3.472 (três mil e quatrocentos e setenta e dois), foi inscrita a "Ação-Moageira" e com o que atribuir personalidade jurídica, nos termos, para os efeitos e sob as condições que a legislação brasileira estabelece.

INAUGURAÇÃO DA SEDE SOCIAL

Aconteceu significativamente a inauguração da sede social da Ação Moageira, realizada no dia 19 do corrente, a assinatura de mais um convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, objetivando o funcionamento de um curso de formação de observadores meteorológicos a ser ministrado a candidatos escolhidos em prova de seleção e dos quais os primeiros quarenta e oito colocados nos exames finais irão operar a rede, já então completa de estações meteorológicas — cuja montagem o Rio Grande do Sul está ultimando ativamente, com o suporte financeiro do convênio anterior.

Falando na sede da "Ação-Moageira" logo após a assinatura do convênio, o Excmo. Sr. Secretário da Agricultura, Eng. Agr. Adolfo Antonio Felber, louvou o trabalho realizado, livre de pelas que entorpecem, frisando que, de outra forma, as providências tão rapidamente concretizadas ainda estavam no papel. Enumerava-se, por isso, disse, em auxílio como exemplo aquela conjugação de esforços que ligava a atividade do poder público à força criadora da iniciativa particular, firmando entremontu que produzia resultados reais.

A "Ação-Moageira" se mostra da compreensão que tem dado para que o Rio Grande do Sul completasse a sua rede de estações meteorológicas e prepare a equipe tecnicamente apta para operá-la, quando alcança uma de suas finalidades, mereço do apoio material e moral que a indústria moageira associada, daqui e de outros Estados, lhe vem dispensando.

Instaladas as estações meteorológicas do convênio anterior, concluindo o curso de formação e nomeados pelo Estado do Rio Grande do Sul os candidatos que tiveram conquistado as primeiras quarenta e oito colocações, poderá o Serviço de Ecologia Agrícola, com seu aparelhamento material e humano completo e aprimorado, intensificar ainda mais o seu trabalho, no rumo de suas finalidades. Nestas se incluem as tarefas de identificar e estruturar as condições de meio, em todo o território sul-rio-grandense, a fim de que, utilizando as observações e dados colhidos, sistematicamente em cada unidade, possa individualizar e caracterizar as reações das plantas, frente aos diversos fatores atuantes de cada "habitat", em relação as diversas fases e subprodutos do desenvolvimento e crescimento das mesmas. Objetivando sempre alcançar os mais altos rendimentos, no campo da zootecnia inclusive, os elementos idôneamente colhidos permitirão que o Serviço de Ecologia Agrícola não só singularize as condições ótimas, como também os fatores acaso limitantes que afetam profundamente o rendimento das culturas. Possibilitará, dentro de alguns anos, o conhecimento ecológico de todos as principais plantas cultivadas, do interesse econômico para o País. Os dados assim recolhidos também vão interessar à adaptação das melhores raças zootécnicas, quanto as diversas condições de clima e solo, ao frio e ao calor, à distribuição da pluviosidade de seca, suas causas e efeitos, o comportamento dos animais, a influência da variabilidade sazonal na mudança de pelagem, no aparecimento, do cio, na modificação nos pastagens, nativas ou cultivadas. Enfim, os dois convênios assinados com o Estado do Rio Grande do Sul, através de sua Secretaria de Agricultura, são dois passos coordenados, que

se conjugam e se completam, porque são dois passos coordenados, que se conjugam e se completam, porque se formulam em políticas comuns, de objetivos também comuns, que se alinham na certeza de que o produtor brasileiro, da agricultura ou pecuária, não pode mais estar sob a dependência direta das improvisações, nem sujeito ao laio do acaso.

Previsto, embora, no quadro de pessoal do Estado, o cargo de observador meteorológico (lei nº 4.914, de 31-12-1964), sua institucionalidade sómente ocorreu agora, através dos decretos nº 17.411 e 17.412 de 6-8-1965, publicados, ambos, no Diário Oficial do Estado, do dia seguinte. Por esses dois atos do Poder Executivo rio-grandense é que o preenchimento do cargo em referência ficou sujeito a estágio de preparação e às disciplinas de que deveria constar, conforme o estatuto no art. 15, do Decreto número 17.412. E o art. 20 do mesmo diploma prevê, expressamente, que as despesas com a manutenção da primeira parte do curso em referência, correrão à conta de convênio com a "Ação-Moageira". O curso terá por local a Estação Experimental de Veranópolis, onde o Rio Grande do Sul dispõe das melhores condições tendentes a assegurar o maior aproveitamento possível, por parte de seus frequentadores.

O curso especial de formação será ministrado pelo Eng. Agr. Bruno Goulart Reis, professor da Faculdade de Agronomia e Veterinária da URS e Chefe do Serviço de Ecologia Agrícola na Secretaria da Agricultura e considerado, justamente, um profundo conhecedor de climatologia.

Após a assinatura do convênio, o Diretor-Presidente da "Ação-Moageira" — Sr. Aristides Germani pronunciou as seguintes palavras:

Excmo. Sr. Secretário da Agricultura Eng. Agr. Adolfo Antonio Felber.

Cria que estamos vivendo um momento de extraordinária alegria, por tão quanto acaba de se passar aqui nestes breves instantes.

E a presença de V. Ex.º no justo momento em que a Ação Moageira inaugura a sua sede, e é também a assinatura de mais um convênio celebrado com a Secretaria de Estado, que V. Ex.º vêm dirigindo com o impulso do seu entusiasmo e a força criadora da sua capacidade e do seu patriotismo.

O convênio que acabamos de celebrar tem o grande mérito de contemplar altos e indiscutíveis interesses do Rio Grande do Sul. Essa grande finalidade só se tornou possível graças à união de esforços que nele se empenharam, a atividade oficial e a iniciativa particular.

A Indústria Moageira, congregada pela Ação Moageira, tem pois, motivo de egra para ufamar-se, com o notável clima de confiança, de que já desfruta, não obstante sua curta existência.

Assim, na singela simplicidade destas palavras, veja, Sr. Secretário, as melhores e mais altas expressões de nosso reconhecimento, por sua grata e honrosa presença nesta casa de trabalho pelo desenvolvimento da triticultura nacional, que é a grande e redobrada razão de sua própria existência.

CERIMONIAS DA INAUGURAÇÃO

Convitado pelos órgãos diretivos da "Ação-Moageira", desatou a fita simbólica, o Dr. Carlos Antich, seguindo-se a bandeja das novas instalações, a entronização da imagem de Santa Catarina, padroeira dos moageiros e a assinatura do convênio. De todos os atos comemorativos, as estações de rádio e televisão realizaram a noite amnia divulgação, repetida, no dia seguinte, pelos jornais e informativas das emissoras. Num clima de plena cordialidade e congracamento, com moageiros da Capital arredores e in-

terior lotando as dependências, decorreu o coquetel que encerrou a inauguração, presenciada inteiramente pelo Excmo. Sr. Secretário da Agricultura e os técnicos que o acompanhavam.

JANTAR DE DESPEDIDA

A "Ação-Moageira" e o "Sindicato da Indústria do Trigo no Estado do Rio Grande do Sul", ofereceram um jantar de homenagem ao sócio-fundador Dr. Carlos Antich, prestes a se radicar em São Paulo, onde vai desempenhar alta investitura. Pronunciou aplaudida oração o Dr. Oswaldo C. Guindani. Disse este a "Ação-Moageira" não era mais uma idéia em marcha, mas espíndida realidade o que a iniciativa de fundá-la, registrada em expressiva carta da S. A. Moínhos Rio Grandenses, que o homenageado presente assinara, adquirira tanto relevo em pouco tempo e produziu os resultados que o Sr. Secretário da Agricultura enalteceu, justamente porque, até então, apenas faltara a um desse o impulso materializador de uma aspiração da indústria moageira, latente e generalizada. Daí porque concluiu o arador, "V. S., Dr. Carlos Antich, em nossa consideração, é um verdadeiro patrono da "Ação-Moageira".

Falou, a seguir, com alta inspiração, o Dr. José Gay, como intérprete da indústria moageira interiorana. Pronunciando belas galavras na saudação que proferiu, enalteceu a figura do homenageado, com referências sumamente lisonjeiras ao papel desempenhado por ele e sua empresa, para que se constituísse a "Ação-Moageira". Formulando-lhe votos da mais plena felicidade em seus novos mistérios, assegurou-lhe que podia partir tranquilo e certo de haver deixado aqui um grande círculo de relações e profundos laços de amizade, admiração e respeito. A oração do Dr. José Gay foi interrompida duas vezes, por vibrantes salvas de palmas.

A "Ação-Moageira" recebeu, entre outros, os seguintes expedientes:

Of. CE-SA nº 129-65 — Brasília, 9 de agosto de 1965.

Senhor Presidente.

A Comissão Especial do Senado Federal, criada com a aprovação do Requerimento nº 285, de 1965, para "proceder ao estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias-primas, minerais e produtos agropecuários nacionais", está interessada em ouvir Vossa Senhoria sobre "o trigo — sua plantação — sua genética — novas variedades — desenvolvimento do plantio no Rio Grande do Sul e outros Estados — situação atual da "Ação-Moageira", pelo que, venho convidá-lo a comparecer perante o referido órgão, em Brasília, no Senado Federal, em dia do próximo mês de outubro que V. S. achar conveniente.

Aguardamos sua manifestação com urgência, a fim de organizarmos a pauta dos trabalhos a serem realizados no mês acima referido, entre os dias 5 (cinco) e 30 (trinta). Aproveite a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração — Senador Heribaldo Vieira, Vice-Presidente no exercício da Presidência".

Do "Moínho Santa Catarina"

Joaquim, 12 de agosto de 1965.

A Ação-Moageira de Fomento ao Trigo Nacional — Porto Alegre — R.S.

Prezados Senhores,

Temos em nosso poder sua prezada correspondência de 18 de março do ano em curso, assim como, os boletins de um "Brasil Moageiro" de ns. 1, 2, 3, 4 e 5.

Depois de um estudo minucioso desses boletins e por alguns dados fornecidos pelo Sindicato do Trigo da

Santa Catarina, concluímos que a "Ação-Moageira" é uma organização de extrema valia aos moageiros de nossa Pátria, merecedora de nossos mais sinceros elogios, porque aqueles que assim pensaram e organizaram a referida entidade, não o fizeram somente para colocar em benefício de todos os brasileiros, demonstrando alto espírito de patriotismo.

Assim sendo, hipotecando nossa solidiedade, testamos que a nossa firma seja inscrita na "Ação-Moageira". Não o fizemos antes porque ainda não estivemos bem esclarecidos. Solicitamos nos comunicar a inscrição de nossa firma, pois logo que tenhamos conhecimento, faremos a remessa do numerário, por cheque bancário, correspondente.

Sem mais, na expectativa, cordedoides, firmamos-nos mais atentamente a) Irmãos Zilio Lida.

"Brasil Moageiro" publicará, em seu próximo número, a resposta dada a essas duas exposições pelo que ambos representam, como expressão de significativa importância, que possibilitam traçar o percurso das etapas até aqui vencidas pela "Ação-Moageira". — *Assinados Amadeo Germani, Diretor-Presidente, e Henrique Thormann, Diretor-Secretário.*

BRASIL MOAGEIRO

Orgão informativo
da "Ação-Moageira"

Ação-Moageira de Fomento ao Trigo Nacional

Sede: Palácio do Comércio - Grupo 118 - Porto Alegre.

Endereço Telefônico: - "Pratigão" - Caixa Postal, 2.379.

Nº 7 - Porto Alegre, 8 de setembro de 1965

Para o mais perfeito conhecimento por parte da Indústria Moageira localizada no país, transcreveremos, na íntegra, o texto do convênio firmado com o Rio Grande do Sul tendo por objetivo, o curso de formação de operadores meteorológicos:

"Convênio que entra em fazer, de um lado o Estado do Rio Grande do Sul, aqui representado pela Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e esta pelo seu titular, o Exmo. Sr. Eng. Agr. Adolfo Antônio Fetter, e, de outro lado, a "Ação-Moageira de Fomento ao Trigo Nacional", sociedade civil, com ilimitado número de sócios, que tem sede em Porto Alegre, e, como objetivo a integração de meios, a reunião de esforços e constituição de fundos, tudo visando ao desenvolvimento global da triticultura do país, pelo estímulo à correspondente investigação científica e aperfeiçoamento tecnológico, aqui representado pelo seu Diretor Presidente e Diretor Secretário, os Srs. Aristides A. Germani e Henrique Thormann, convênio este que se rege pelas seguintes cláusulas e condições, a saber:

Primeira: — O Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Estado para os Negócios da Agricultura, objetivando equiparar a sua nova rede de estações agrometeorológicas, com pessoal capacitado para operá-las devida e convenientemente, decidiu ministrar curso especial de preparação de natureza técnica e conteúdo teórico-prático, que será realizado em sua Estação Experimental de Veranópolis, que dispõe dos aparelhamentos necessários e instalações adequadas, bem assim de corpo técnico especializado, apto para transmitir, com eficiência, aos frequentadores do aludido curso, a formação correspondente.

Segunda: — A matéria a ser ministrada pelo aludido curso, constará

de ensinamentos teóricos e práticos da técnica operacional, tudo na extensão e profundidade requeridas para a correta formação da equipe destinada a operar a rede de estações agrometeorológicas mencionada na cláusula anterior deste convênio.

Terceira: — O curso de formação de observadores agrometeorológicos será ministrado a 66 (sessenta e seis) alunos, dos quais 18 (dezoito) à escolha do Estado do Rio Grande do Sul, matriculados em seus quadros; os outros 48 (quarenta e oito) serão aqueles que obtiverem as quarenta e oito melhores classificações nas provas de seleção que, para tal, o Estado do Rio Grande do Sul, realizará nos termos e sob as condições estabelecidas no decreto nº 17.412, de 6 de agosto de 1965 e publicado no *Diário Oficial* de 9 de agosto de 1965.

Quarta: — Durante o curso de formação os candidatos serão submetidos a três provas de psico-testes sendo a primeira relativa à parte teórica da matéria, a segunda parte prática e a terceira parte teórica-prática, abrangendo toda a matéria. A nota final de cada candidato será obtida pelo cálculo da média aritmética. Serão considerados aprovados os candidatos que alcançarem nota final maior ou igual ou superior a cinquenta.

Parágrafo Único: — O curso de formação terá a finalidade de preparar observadores meteorológicos para preenchimento das quarenta e oito vagas existentes nos cursos de especialidade objeto deste convênio e os nomeações respectivas, a serem de imediato efetuadas, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação obtida nas provas finais.

Quinta: — A "Ação-Moageira de Fomento ao Trigo Nacional", reconhecendo ser absolutamente imprescindível o funcionamento do curso de formação de operadores agrometeorológicos sob as condições estipuladas no já mencionado decreto nº 17.412 resolveu, por decisão unânime da Diretoria-Executiva, aprovada, sem voto discrepante, pelo Conselho Superior assumir o encargo financeiro decorrente da primeira parte do curso de formação de que trata o art. 3º, §§ 1º e 2º do referido diploma regulamentar.

Sexta: — O encargo financeiro de que trata a cláusula anterior, de acordo com o orçamento elaborado pelo Estado do Rio Grande do Sul, através de seus órgãos técnicos, é de Cr\$ 2.160.000 (dois milhões cento e sessenta mil cruzeiros) e com o que fica atendido o encargo de que trata o art. 20, do já mencionado decreto nº 17.412.

Sétima: — O curso de formação objeto deste convênio, que terá a duração de 60 (sessenta) horas durante 15 (quinze) dias, iniciando-se de modo a que o Estado do Rio Grande do Sul, possa tornar conhecidos os resultados finais, apurados de acordo com a cláusula quarta, o mais tardar até o dia 30 (trinta) de setembro de 1965.

Oitava: — O Estado do Rio Grande do Sul fornecerá a "Ação-Moageira" relação minuciosa e circunstanciada dos trabalhos desenvolvidos pelo curso de formação objeto deste instrumento, acompanhado de nominata com a devida qualificação pessoal de todos os participantes do curso de formação objeto deste convênio e dos que, afinal, haja tomado os seus serviços como observadores meteorológicos.

Nono: — "Ação-Moageira", para solver a responsabilidade financeira que ela assume, compromete-se a colocar à disposição da Secretaria de Estado para os Negócios da Agricultura, a quantia de Cr\$ 2.160.000 (dois milhões cento e sessenta mil cruzei-

ros), originada de recursos de seus e por ela própria destinada ao custeio do curso de formação objeto deste convênio. Para esse efeito, a "Ação-Moageira" procederá da seguinte forma:

a) dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar desta data, a "Ação-Moageira" constituirá, no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., em Porto Alegre, a favor da Secretaria de Estado para os Negócios da Agricultura, uma depósito em moeda corrente, no valor integral de Cr\$ 2.160.000 (dois milhões cento e sessenta mil cruzeiros).

Décima: — A quantia objeto do depósito de que trata a cláusula nona será movimentada na aplicação dos fins que constituem o objeto deste convênio, de acordo com as normas ou instruções que a respeito forem baixadas pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura.

Décima Primeira: — Para a apuração dos resultados de que trata a cláusula quarta deste convênio, observar-se-á, no que for aplicável o decreto nº 16.411, de 6.1.64, acrescido de respectiva comissão, mais um membro, como representante da "Ação-Moageira", a ser escolhido pelo Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, de lista tripartite que lhe será apresentada pela "Ação-Moageira".

Décima Segunda: — Declaram as partes contratantes que este ajuste é de valor igual ao que nele próprio se declara, servindo, pois, de base para satisfazer o imposto do selo federal devido, a quantia de Cr\$ 2.160.000 (dois milhões, cento e sessenta mil cruzeiros).

El, por estarem assim, de acordo, assinam o presente instrumento, em quatro vias, de igual teor e forma, para um só e único efeito, diante das testemunhas abaixo nomeadas, que a tudo assistiram e também assinam.

BALANCETE DO RAZÃO, LEVANTAMENTO EM 31-7-65

Na reunião conjunta realizada no dia 20 de agosto último, foi lido e apreciado pelo Conselho Superior e pela Diretoria-Executiva, e, afinal, unanimemente aprovado, o balancete que a seguir publicamos:

BALANCETE DO RAZÃO EM 31-7-1965

	ATIVO	Cr\$	Cr\$	Cr\$
1 — Disponível				
1002 — Banco Industrial e Comercial do Sul				9.197.838
2 — Realizável				
2160 — Devedores e Credores				
2101 — Sindicato da Ind. do Trigo				1.249
3 — Imobilizado				
3001 — Móveis e Utensílios		450.000		
3002 — Telefone		653.210		1.103.210
4 — Resultados Pendentes				
4100 — Custódio de Selo				
4101 — Aluguel		217.012		
4102 — Luz		2.226		
4103 — Instalação		567.383	786.621	
4200 — Despesas de Administração				
4201 — Condução		8.710		
4202 — Correspondência		280.292		
4203 — Gastos Diversos		44.107		
4204 — Imposto de Selo		2.130		
4205 — Material de Expediente		622.592		
4207 — Publicações		385.992		
4208 — Revistas e Jornais		78.500		
4209 — Despesas de Viagens		49.940		
4210 — Representação		49.000		
4211 — Despesas de Organização		50.000		
4212 — Despesas Bancárias		100		
4213 — Ordenação		45.000	1.653.843	
4300 — Contas				
4301 — Secretaria da Agricultura		1.000.000		
4302 — IFEAS		0.000.000	12.000.000	13.000.000
5 — Contas de Compensação				
5100 — Contas pendentes				8.000.000
5101 — Secretaria da Agricultura				32.759.701

Porto Alegre, 19 de agosto de 1965 — Eng. Agr. Adolfo Antônio Fetter, Secretário da Agricultura — Aristides A. Germani, Diretor-Presidente da "Ação-Moageira". — Henrique Thormann, Diretor-Secretário da "Ação-Moageira".

Testemunhas: Francisco Barreto, Miguel Ruiz".

CURSO PARA OBSERVADORES METEOROLÓGICOS

Tendo em vista esse convênio, o Serviço de Ecologia Agrícola do Rio Grande do Sul programou, no dia do corrente, o seguinte plano de trabalho:

CURSO PARA OBSERVADORES METEOROLÓGICOS

Dia 28.8.65 — Edital no *Diário Oficial*, marcando a data para a realização da prova eliminatória.

Dia 11.9.65 — (sábado) provas de português, matemática e estatística de funcionários Públicos — Instituto de Educação, às 14 horas.

Dia 12.9.65 — (domingo) — Correção das provas.

Dia 13.9.65 — Identificação de provas e relação de notas *Diário Oficial*.

Dia 15 a 21.9.65 — Revisão de provas e apresentação de recursos.

Dia 22.9.65 — Homologação da prova eliminatória e indicação da data do início do curso *Diário Oficial*.

Dia 10.10.65 — Saída de Porto Alegre dos candidatos, para Veranópolis para início do Curso.

Dia 24.10.65 — Manhã — Solenidade de encerramento do curso em Veranópolis.

Dia 21.10.65 — À tarde — Regresso a Porto Alegre, dos candidatos. Porto Alegre, 30 de agosto de 1965

PASSIVO

8 — Resultados Pendentes

	Cr\$	Cr\$	Cr\$
8100 — Renda Social			
8101 — Anuidades		216.000	
8200 — Arrecadação de Quotas			
8201 — Moinhos Germani	600.000		
8202 — Gaúcho Cerealista	200.000		
8203 — M's Cruz do Sul	650.000		
8204 — M's Trigonal	200.000		
8205 — SA M's Riograndenses	2.700.000		
8206 — Primo Fabris	200.000		
8207 — Grac. M's Brasiliense	3.752.800		
8208 — M's de Trigo Indígena	600.000		
8209 — Agro Moageira	160.000		
8210 — Moinho Fluminense	6.672.400		
8211 — Ind. de Alimentos	143.730		
8212 — Dal Molin S.A.	500.000		
8213 — Moinhos Santistas	4.000.000		
8214 — Moinhos Guarani	220.000		
8215 — Imo Tombini	50.000		
8216 — Moinhos Reunidos	100.000		
8217 — Grando & Cia	14.000		
8218 — Trierweiler & Cia	32.000		
8219 — Moinho Lapa	600.000		
8220 — Moinho Urugua	20.700		
8221 — Engenho Gabriense	102.500		
8222 — Imp. Exp. de Cereais	180.000		
8223 — Crestani S.A.	25.000		
8224 — Perdigão S.A.	161.400		
8225 — Moinho Catarmense	200.000		
8226 — União Sul Brasileira	414.000		
8227 — Buatz S.A.	560.000		
8228 — Moinho São Jerônimo S.A.	50.000		
8229 — Guindani S.A.	200.000		
8230 — Dianda Lopez & Cia	1.158.700	24.467.230	

3300 — Renda Patrimonial

3301 — Juros Bancários	70.531	24.753.761	
------------------------	--------	------------	--

9 — Contas de Campanha

9100 — Compromissos por Convênios			
9101 — Secretaria de Agricultura		6.000.000	
		22.753.761	

EXPEDIENTES RECEBIDOS

Da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

"Acuso recebimento do ofício 21-65, de fevereiro último, pelo qual V. S. me comunica haver sido constituída nesta capital a "Ação Moageira de Fomento ao Trigo Nacional".

Solicito V. S. fossem examinados os Estatutos afim de verificar a possibilidade de uma vinculação positiva com as Universidades.

Submeti o tema ao Instituto de Estudos Políticos, Sociais e Econômicos desta Universidade o qual muito apreciou a estrutura e as finalidades do novo órgão. No tocante ao artigo 35 exigiu a iniciativa de Ação Moageira e rememorou o interesse de que, além das pesquisas de ordem técnica científica, também sejam promovidas neste setor estudos econômicos.

Esta Universidade, através de seu Instituto, está às ordens para colaborar com a nova entidade quanto que estiver ao seu alcance.

Apreço a V. S. e demais membros da Direção os mais vivos cumprimentos e lamento votos para o êxito pleno do novo órgão, como também para apresentarem os mais proveitosos estudos e projetos. — ao Ilustre Sr. Oly A. Guindani.

Do socio-fundador, Sr. Eduardo Luiz Lopez.

"Recebi sua atenciosa carta de 12 de junho p. p., com a qual V. S. me comunica que a sua Diretoria-Executiva, resolveu incluir o meu nome no quadro de "sócios-fundadores" dessa Resp. Associação.

Agradeço tão auspicioso fato que muito me honra e faço votos pela prosperidade da "Ação-Moageira" na sua luta em defesa dos legítimos interesses da indústria e da triticultura nacional.

Pego-lhes, Srs. Diretores, aceitar e transmitir a todos os seus digníssimos colegas de Diretoria, os expressivos e mais cordiais testemunhos de minha

particular estima, atenciosamente. — a) Eduardo Luiz Lopez.

Do socio-fundador, Sr. Elemér Janovitz

Após meu regresso de viagem ao Exterior, encontrei seu amável Ofício nº 416-65, de 2 de julho próximo passado, pelo qual tiveram a gentileza de me comunicar que por deliberação da Assembléia Geral realizada em 20 de maio de 1965, ficou estabelecido que também as pessoas físicas, representantes de empresas, seriam incluídas no quadro de Sócios Fundadores dessa Entidade.

É com satisfação que vejo incluído meu nome, fato que muito me sensibilizou, e reitero a V. Ss. os meus protestos de alta estima e distinta consideração atenciosamente. — Elemér Janovitz.

Do socio-fundador, Dr. Hato Francisco Tarico

Acuso o recebimento do seu ofício nº 115-65 de 2 de julho de 1965, comunicando-me que a Ação Moageira de Fomento ao Trigo Nacional teve por bem incluir o meu nome no quadro de sócios-fundadores dessa entidade.

Apesar da distinção, permito-me expressar a importância de Cr\$ 6.000,00 correspondente à entidade para o corrente ano.

Sinto o que se me apresenta e mais uma vez grato, firmo-me atenciosamente. — a) I. F. Tarico.

Do socio-fundador, Sr. Carlos M. Monteiro

Muito reconhecido, venho acusar o recebimento da atenciosa carta de V. S. nº 413-65, de 2 de julho último, dando-me conhecimento da inclusão do meu nome no quadro dos sócios-fundadores dessa prestigiosa entidade.

Sinto-me profundamente honrado por essa distinção da "Ação-Moageira" e valho-me desta oportunidade para reafirmar aqui o espírito e pro-

pósito de servir, em tudo o que estiver ao meu alcance, a causa que essa Resp. entidade abraçou e defende.

Com os meus renovados protestos de elevada consideração e estima, firmo-me atenciosamente. — a) Carlos M. Monteiro.

Do socio-fundador e membro do Conselho Superior, Sr. Alfredo Augusto Ferreira

Tenho o prazer de acusar em mãos sua carta nº 308-65, de 21-5, ao qual só agora respondo em virtude de haver estado ausente do País.

Grato não só pelas deferências de que fui alvo — inclusão de meu nome no quadro de sócios fundadores dessa entidade e minha nomeação para integrar, na qualidade de Membro Efetivo, o Conselho Superior da "Ação Moageira" — como também pelas suas amáveis palavras, subscrevo-me, atenciosamente. — a) Alfredo Augusto Ferreira.

Do socio-fundador Guindani S. A. — Indústria e Comércio

Temos a grata satisfação de comunicar-lhe que efetuamos depósito em favor da Ação Moageira, no Subbanco, para corresponder à nossa contribuição referente às cotas de trigo que deveremos receber no corrente ano.

O pagamento antecipado foi tendo em vista as altas finalidades a que se propõe a "Ação Moageira", nos termos do que seus estatutos estabelecem e cuja execução, com o apoio que decerto não faltará da indústria moageira, consideramos plenamente assegurada pela parte dos homens que integram seus quadros diretivos, e aos quais também, com este nosso gesto, expressamos confiança e solidariedade.

Reiteramos nossos votos de estima e apreço, firmando-nos, muito atentamente. — a) Dr. Oly A. Guindani, Diretor.

Noticiário — Publiquei o "Correio do Povo" do dia 20.8.1965:

"INAUGURADA ONTEM A NOVA SEDE DA "AÇÃO-MOAGEIRA"

Dizendo que "graças ao trabalho dinâmico da Ação-Moageira de Fomento ao Trigo Nacional, seria possível a efetivação do 2º convênio muito embora sabendo de que um 3º já havia sido realizado com o Ministério da Agricultura, o Sr. Adolfo Antônio Fetter, secretário da Agricultura fez um pronunciamento ao Trigo Nacional, no Palácio do Comércio.

O ato contou com a presença de autoridades estaduais industriais do trigo e da padificação, tanto de Porto Alegre como dos municípios vizinhos, além da alta direção dos Moinhos Riograndenses.

A fita simbólica foi cortada pelo Sr. Carlos Antich, um dos idealizadores da Ação Moageira, como homenagem da direção da nova entidade àquele dirigente da Samrig, que acaba de ser designado pela direção da empresa para uma nova missão em São Paulo.

A seguir, os convidados foram conduzidos para o recinto da nova sede, onde se realizaram os atos da assinatura do Convênio, benção e a entronização da imagem de Santa Catarina, padroeira dos moageiros, procedida pelo vigário da paróquia de Santa Catarina.

O CONVENIO

Reunidos os convidados no salão da presidência, o Sr. Aristides Germani solicitou ao Sr. João Tamer, vice-presidente, vindo especialmente de Brasília para assistir à inauguração da sede, que procedesse à leitura do convênio, o que foi feito. A seguir,

o Sr. Aristides Germani, presidente, proferiu algumas palavras, dizendo que o órgão recentemente criado estava vivendo momentos de grande alegria, quer pela inauguração de sua sede, quer — e principalmente — pela assinatura de mais um convênio com a Secretaria da Agricultura, cujo secretário Sr. Adolfo Fetter, honrava a entidade com sua presença "O Convênio que acabamos de realizar, disse, simboliza a congregação, dos esforços da iniciativa privada e da iniciativa oficial, irmanadas pelo bem do Rio Grande."

A seguir fez uso da palavra o Sr. Antônio Adolfo Fetter, secretário da Agricultura, que disse sentir-se honrado em poder salientar o trabalho da Ação Moageira de Fomento ao Trigo Nacional, que apesar de ter apenas seis meses de existência, já havia empregado nada menos de 25 milhões de cruzeiros em favor da triticultura nacional, uma das principais metas do órgão.

Salientou a seguir, o titular da Agricultura, a alta finalidade do convênio que acabava de assinar, que viria a possibilitar a efetivação de um plano existente desde 1960 e que só agora, graças à Ação Moageira, iria ser pôsto em prática.

Referiu-se ao convênio que iria possibilitar a formação de 48 técnicos, observadores meteorológicos, para operar a rede Estações Meteorológicas que está sendo montada graças aos recursos que a Ação Moageira está fornecendo ao Estado.

Disse, depois, que a efetiva implantação do sistema que integra o estudo do solo, clima, a pesquisa sobre variedade só se tornou possível com a colaboração da iniciativa privada, manifestação positiva da indústria moageira em favor da triticultura nacional.

E finalmente, informou que estes 48 técnicos, graças a um entendimento que manteve com a Secretaria de Administração, logo após a conclusão do curso, se aprovados, serão imediatamente nomeados pelo Estado. A seguir, foi servido aos presentes um coquetel pela direção da Ação Moageira. Esteve presente, também, o engenheiro Miguel Roig, novo gerente-geral da Samrig, que substitui, assim, no Sr. Carlos Antich.

BANQUETE

A noite, no restaurante do Palácio do Comércio, foi oferecido um banquete pela indústria moageira, à direção da Samrig e aos convidados especiais. — Aristides Amadeo Germani — Diretor Presidente. — Henrique Thormann, Diretor-Secretário.

NESTA REUNIAO A COMISSAO RECEBEU DO SR. ADOLFO ANTONIO FETTER, SECRETARIO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, OFICIO ACOMPANHADO DE UM TRABALHO SOBRE "MELHORA-MENTO DO TRIGO", OS QUAIS, PARA CONHECIMENTO DOS SENHORES MEMBROS DA COMISSAO, SAO ABAIXO TRANSCRITOS:

Ofício nº 1 220-65

Porto Alegre, 22 de outubro de 1965

Senhor Senador:

Esta Secretaria de Estado, sabendo da criação da Comissão Especial do Senado, para proceder ao estudo e coordenação de medidas tendentes ao controle de preços de exportação de produtos agropecuários nacionais, entre os quais estão incluídos o trigo e a soja, que são cultivados em grande escala no Rio Grande do Sul, sente-se no dever de encaminhar algumas informações sobre as referidas culturas, na expectativa de que possam servir de subsídios para os ul-

portantes trabalhos desta Comissão.

Com este propósito, junta dois informes em apêndice, sobre trigo e soja, elaborados pelos técnicos da Divisão de Pesquisas Agrícolas, desta Secretaria, que refletem com realismo os trabalhos realizados, a situação atual e as perspectivas futuras.

Cumpre ressaltar que o Governo do Estado através desta Pasta mantém um eficiente corpo técnico e 13 Estações Experimentais com programas de pesquisa, experimentação e fomento das principais culturas do Rio Grande do Sul.

A atual administração, com o intuito de ampliar e dinamizar estes setores, tem-se empenhado em promover sua ação integrada com órgãos federais e particulares.

Não só a colaboração do Ministério da Agricultura tem sido recuada na pesquisa e experimentação, como também a que é resultante de acordos celebrados com entidades particulares. Assim, com a "Acção-Moção de Movimento do Trigo Nacional", por exemplo, destacaram-se convênios firmados este ano, que vem revelando ótimos resultados, sobre a instalação de uma rede de Estações Agro-Meteorológicas, e a realização de um curso para formar Observadores Meteorológicos.

Além, colacionando a viagem à Brasília do Senhor Aristides Amato Germani, Presidente da Acção-Moção do Estado do Rio Grande do Sul, para ser ouvido, no Palácio do Congresso, pela Comissão, pediu-se a S. S. fosse o portador oficial desta mensagem e dos dois trabalhos referidos.

A Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, desde já, coloca-se à disposição da Comissão Especial do Senado, para prestar informação sobre outras culturas no solo gaúcho.

Com alta consideração e apreço, firmo-me atentamente. — Adolfo Antonio Fetter, Secretário da Agricultura.

Secretaria da Agricultura

R. C. S.

MELHORAMENTO DO TRIGO

Divisão de Pesquisas Agrícolas

Secretaria da Agricultura

Melhoramento do Trigo na S. e Agricultura do Rio Grande do Sul. Resumos dos Quatro últimos anos e perspectivas.

1. Introdução

Todo o trabalho de melhoramento do trigo conduzido pela Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul tem sua origem ou seu desenvolvimento ligados, direta ou indiretamente, às atividades de campo de suas estações experimentais e de seu Serviço de Imunologia Vegetal. Este último está sediado em Porto Alegre e aquelas nos municípios de Veranópolis, Bagé, Júlio de Castilhos, Encruzilhada do Sul e São Borja, representando satisfatoriamente diferentes regiões tritícolas do Estado.

Na tentativa que ora encetamos, a de dar ciência a este plenário dos resultados do melhoramento nestes últimos anos e suas perspectivas para os próximos, não podemos nos deter da fazer referência aos trabalhos científicos, alguns de mais de quatro décadas realizados naqueles órgãos de pesquisa, com lutas e com toda a ordem, mas representando progresso para a época e podendo ser considerados como os alicerces para os trabalhos mais recentes.

2. História

Os primeiros ensaios visando o melhoramento do trigo foram iniciados em 1919 na antiga Experimental de Alfredo Chaves, hoje Veranópolis.

O Agrônomo Carlos Gayer, então seu Diretor, iniciava naquela época a separação de formas de diversos trigos cultivados no Estado, entre eles o velho trigo nacional denominado Furco, do qual selecionou, entre outras, as linhagens Alfredo Chaves 3-21, Alfredo Chaves 4-21 e Alfredo Chaves 5-21.

Este material serviu como material inicial para todo o trabalho posteriormente realizado.

Além disso, em 1923, na mesma Estação de Alfredo Chaves, o Doutor Ivar Beckmann fazia as primeiras hibridações de trigo no Estado, mencionando mais uma etapa para o melhoramento deste cereal.

Entre as diversas combinações por ele então realizadas encontra-se o cruzamento Polyst X Alfredo Chaves 6 sendo Polyst uma linhagem selecionada em 1914 pelo Químico Polyst. Este cruzamento deu origem quase todas as variedades que hoje existem no Rio Grande do Sul.

Pouco mais tarde, em 1926, o Engenheiro Agrônomo Benedito de Oliveira Farfa, substituído por Dr. Beckmann na Estação de Alfredo Chaves, aí realizou uma série de trabalhos filotécnicos e, entre eles, o cruzamento das linhagens Alfredo Chaves 3 e 4, que em 1935 veio dar origem à variedade Trintecol, que, em diversos anos, com altos rendimentos, foi muito cultivada nas pequenas lavouras de todo o Rio Grande do Sul e o Paraná.

Por esta época o Dr. Beckmann, já então na Estação de Bagé, introduzia ao Estado as variedades Suprema e Frontana, ambas originadas do cruzamento Golsch X Alfredo Chaves 6.

Alguns anos depois, em 1942, era lançada outra criação deste técnico a variedade precoce Frontana, produto do cruzamento do trigo Frontana com a variedade Italiana Menzoni. A variedade Frontana até hoje vem sendo cultivada em todo o sul do Brasil e mesmo fora dele. Por sua produtividade e ótima resistência a doenças e ao acamamento foi o Frontana um passo decisivo para a grande lavoura mecanizada, que alguns anos mais tarde começava a se espalhar pelas zonas de campo.

O trabalho destes dois técnicos e de outros agrônomos pioneiros, com o objetivo principal da obtenção de novos trigos de maior produtividade e com maior resistência às ferrugens e outras moléstias.

Assim, entre as variedades, em 1926, as novas variedades Bagé, da Estação Experimental de Bagé; Trintecol, Colônia e Trintecol, da Estação Experimental de Veranópolis; e Frontana e Alfredo Chaves, da Estação Experimental de Júlio de Castilhos.

Definindo-se os tipos básicos para lavouras mecanizadas, o Bagé tornou uma linhagem, devido ao seu caráter de "forrestamento". Dentro de poucos anos, entretanto, viriam a ser lançadas gradativamente as variedades de variedades recomendadas por não apresentarem aos ataques das raças de ferrugens do trigo então predominantes e serem, na sua quase totalidade, suscetíveis ao acamamento.

O ano de 1931 veio inaugurar uma nova etapa para a pesquisa do trigo na Secretaria da Agricultura. Naquele ano o Engenheiro Agrônomo Manoel Soares Lagoa, filho dos primeiros trabalhos de Imunologia Vegetal, então lançado já de início com a Estação Experimental de Veranópolis e mais tarde com as restantes.

Por esta época a equipe de trabalhos desta Secretaria começa a fazer o levantamento das raças fisiológicas da ferrugem da folha e do colmo no material coletado em todo o Estado, assim como a pesquisa de fontes de resistência às raças então isoladas.

Nos anos que se seguiram nossos trabalhos científicos experimentais, visando obter trigo com elementos mais seguros para a programação de seus

cruzamentos, retro-cruzamentos e seleções.

Em 1936 a triticultura gaúcha atingiu o seu apogeu. As lavouras espalhadas por todo o Estado cobriam já uma área de mais de um milhão de hectares, área esta que viria a produzir pouco mais de um milhão de toneladas.

A Secretaria da Agricultura distribuiu então nesse ano e em 1937 os novos trigos precoces Prelúdio e Camarão na Estação Experimental de Bagé e originados do cruzamento aí realizado em 1935 entre as variedades Colônia e Frontana.

As novas variedades bastante resistentes ao "forrestamento" e produzindo na área bruta por cento acima do rendimento foram vendidas com entusiasmo pelo triticultor gaúcho e alcançaram logo área apreciável de cultivo em todo o Estado.

3. Novos Problemas

A partir de 1948 começam a se avolumar graves problemas para a triticultura gaúcha.

Com a monocultura estendida por zonas próximas e improprias sob condições climáticas adversas originou-se um aumento considerável da população patogênica notadamente de fungos causadores de duas moléstias a septoriose e a giberella.

Estas moléstias favorecidas pelos invernos com temperaturas médias bastante superiores às normas e primavera extremamente chuvosa, vieram a tornar fatores limitantes para a cultura do trigo no Rio Grande do Sul, juntamente com a ferrugem.

E é assim que a produção começa a cair rapidamente, a ponto do Estado só vir a colher a safra de 1950-51 a metade do que produzia na safra anterior. A área semeada vem daí a decrescer gradativamente não chegando a atingir trezentos mil hectares em 1953.

4. O trabalho de Melhoramento a partir de 1951

A partir de 1951, os trabalhos de melhoramento do trigo sofreram profunda revisão.

Procurava-se agora, além dos objetivos clássicos, alguns outros complementares.

A reformulação dos trabalhos pode ser resumida nos seguintes itens:

1. Criação de variedades com maior rendimento, com a finalidade de diminuir o custo da produção.

2. Criação de variedades que possuam valor industrial superior ao das variedades cultivadas.

3. Criação de variedades com maior resistência às doenças.

4. Criação de variedades que sejam capazes de produzir razoavelmente bem em condições adversas (primaveras chuvosas).

5. Criação de variedades de porte baixo e colmos curtos, a fim de melhorar o rendimento do acamamento.

6. Criação de variedades que possuam um tempo de desenvolvimento ótimo desde o surgimento do colmo e ciclo reprodutivo curto.

7. Criação de variedades com boa capacidade de produção.

Com referência aos dois primeiros itens, citamos, realizando alguns cruzamentos e seleções com material do reconhecido valor para esses fins.

No que concerne ao item 2, podemos destacar o seguinte:

a. Ferrugem do colmo — Com o surgimento de novas raças e biotipos desta ferrugem, muitas das variedades até então resistentes a todas as raças fisiológicas encontradas no sul da América do Sul têm se comportado como suscetíveis nos últimos

Estamos a sim procurando novas variedades e linhagens promissoras.

b. Septoriose — Todas as variedades de trigo cultivadas no Rio Grande do Sul são suscetíveis a *Septoria nodorum* e a *Septoria tritici*.

Dado os grandes danos que esta moléstia já causou, é de grande importância a criação de variedades resistentes às mesmas.

c. Giberella — A giberella ou fusariose tem se apresentado em alguns anos, principalmente quando ocorrem chuvas excessivas na primavera, o caráter de epidemia, causando danos consideráveis à cultura do trigo.

Todas as variedades cultivadas no Estado são suscetíveis a esta moléstia com exceção da nova variedade recém lançada pela S. Agricultura, variedade torca Topori.

Em vista da importância do problema o mesmo vem sendo encarado com especial atenção, principalmente a que diz respeito à obtenção de variedades precoces, já que a única resistente é de ciclo longo.

Devemos destacar neste ponto a valiosa cooperação que vem nos prestando o Professor Moto-Olo Nakawa, do Japão, que aqui permanece por que quase dois anos, pesquisando problema com os técnicos do Rio Grande do Sul.

d. Helmintóspora — A helmintóspora agora se bastante difundida no Rio Grande do Sul, principalmente nas regiões mais quentes.

A criação de variedades resistentes a esta moléstia tem encontrado um série de dificuldades decorrentes desconhecimento de suas fontes de resistência.

e. Oídio — Esta moléstia vem causando prejuízos, pelo fato de, nos últimos anos terem sido observados ataques de certa gravidade.

A Secretaria da Agricultura já iniciou um programa de melhoramento visando resistência ao oídio, através de algumas linhagens resistentes.

No que diz respeito ao item 3, devemos dizer que a criação de variedades capazes de produzir razoavelmente em condições climáticas de favoráveis está lentamente sendo alcançada, graças ao trabalho realizado nas duas estações de melhoramento.

Quanto à criação de variedades porte baixo e colmos curtos, nos estudos experimentais já têm sido trabalhos realizados, visando obter variedades provenientes da América e do Japão.

No entanto, o emprego de variedades com ciclo de desenvolvimento curto sendo realizada alguma trabalho com a moléstia da fusariose, a giberella, que colabora com os danos climáticos.

A fase reprodutiva rápida do trigo é uma característica importante para a obtenção de variedades com ciclo reprodutivo curto.

Em relação à criação de variedades com maior rendimento, as condições ambientais.

2. a possibilidade de antecipar o período de colheita do trigo.

3. o desenvolvimento do espigão para além do período climatológico, o qual é responsável pelas epidemias de septoriose e giberella.

A fase reprodutiva rápida não é uma característica importante para a obtenção de variedades com ciclo reprodutivo curto.

Em relação à criação de variedades com maior rendimento, as condições ambientais.

2. a possibilidade de antecipar o período de colheita do trigo.

3. o desenvolvimento do espigão para além do período climatológico, o qual é responsável pelas epidemias de septoriose e giberella.

A fase reprodutiva rápida não é uma característica importante para a obtenção de variedades com ciclo reprodutivo curto.

Em relação à criação de variedades com maior rendimento, as condições ambientais.

obtidas variedades ultra-precoces com boa capacidade de produção.

Na Estação Experimental de Júlio de Castilhos estão sendo conduzidos ainda mais alguns trabalhos, como cruzamentos inter específicos e o estudo do material proveniente dos trigos Nova Prata, Topori, Frontana e Colonoal após sua irradiação com raios gama.

Para acelerar nossos trabalhos de melhoramento, temos contado em certos casos com a colaboração da Estação Experimental de Patos, onde obtemos mais uma geração anual.

As linhagens mais promissoras dos nossos estabelecimentos experimentais são testadas em conjunto nas diversas zonas do Estado, pelos Ensaio Preliminares de Linhagens em Rede.

Se são aprovadas nestes ensaios, passam a ser comparadas nos Ensaio Estaduais, que fazem a filtragem final para a sua inclusão nos Ensaio SAPEAS.

Estes últimos ensaios são um trabalho de cooperação entre a Secretaria da Agricultura e o IPEAS e destinam-se a testar as melhores linhagens e variedades das duas instituições para fins de recomendação ou eliminação.

Vimos mantendo proveitosa colaboração com o IPEAS desde o ano de 1955, através da Comissão de Trigo e Cereais de Inverno da C.C.C.

5. Os norcos Trigos da Secretaria da Agricultura

A partir de 1964 está sendo cultivada no Estado a nova variedade Nova Prata (C2), criada pela Estação Experimental de Veranópolis e originada do cruzamento entre as variedades Veranópolis e Trapeano.

É uma variedade precoce, de ciclo semelhante ao Frontana e de elevado peso hectolitrico. É regional, indicando-se apenas para as regiões tritícolas I, V e VI, que abrangem o Planalto Médio, a Encosta Superior do Nordeste e Campos de Cima da Serra.

Sua superioridade em rendimento sobre o Frontana é da ordem de 26,5% e o seu índice de segurança e eficiência é de 83%.

Em 1965 a Secretaria da Agricultura entregou ao Estado mais duas novas variedades regionais, o Cotiporã (C3) e o Topori (S1).

O Cotiporã é também de criação da Estação Experimental de Veranópolis, sendo o cruzamento de material da população F2 de (Veranópolis x Egypt NA 101) : Veranópolis, com a posterior seleção genealógica. O cruzamento e a posterior seleção foram realizados pelo Eng. Agr. Orlando G.

Figuram a seguir seus "pedigrees", bem como reações às raças fisiológicas da ferrugem do colmo e suas produções em quilo x hectares em diversos ensaios, comparados os precoces com os IAS 20 Iassul e os tardios com o IAS 16 C. Alta.

(Os símbolos R, S, MR, MS e Seg. indicam respectivamente resistente, suscetível, moderadamente resistente, moderadamente suscetível e segregando).

Linhagens

B 8
B 9
C 11
S 8
S 12
S 15
S 18
S 29

Linhagens precoces

"Pedigree"

Newpeti x Col. 1.838-51
Newpeti x Col. 1.838-51
(Veranópolis x Egypt-Timstein) x Veranop.
(Col. 824-51 x Yaktana 54) x Carazinho
(Veranópolis x Mayo 54) x Veranópolis
Willet x Veranópolis
Colotana 296 52 x Yaqui 53
(Col. 824-51 x Yaktana 54) x Carazinho

Sua reação às raças fisiológicas da ferrugem do colmo

Linhagem	R. 11	R. 15B	R. 17	R. 17-61	R. 17-63
B 8	R	S	R	R	R
B 9	R	S	R	R	R
C 11	R	R	S	Seg.	R
S 8	R	MR	R	R	R
S 12	R	MR	R	R	R
S 15	R	R	R	R	R
S 18	R	MR	R	R	R
S 29	R	R	R	R	R

Nobre com a colaboração de outros técnicos na parte experimental.

O Cotiporã é uma variedade precoce, de ciclo semelhante ao Frontana, é de porte baixo com entrenos longos; é resistente à debulha, resistente à ferrugem da folha e do colmo, com exceção das raças novas; é moderadamente suscetível à septoria da gluma e resistente à da folha e moderadamente suscetível ao oídio e moderadamente resistente à giberela.

Esta nova variedade é indicada para as regiões tritícolas I — V — VI e VII, onde tem, em média, um rendimento de 8,6% superior ao do Frontana, com um índice de segurança e eficiência médio de 87%.

A variedade Topori foi criada na Estação Experimental de Júlio de Castilhos, pelo Eng. Agr. Benedito de O. Paiva, tendo como assistente o Eng. Agr. Felipe H. Jassif e posterior colaboração de outros técnicos, sendo originado do cruzamento (Frontana 1971-37 x Quaderna) x Petiblanco 8.

É uma variedade de ciclo longo, resistente ao crestamento e à giberela e de moderada resistência à septoria-nodorum; tem também boa resistência ao acamamento e à debulha, quanto à ferrugem do colmo, é resistente a todas as raças, menos à raça 17 comum, a qual é suscetível.

Esta variedade é indicada para as regiões tritícolas I e VI e para o município de Encruzilhada do Sul, sendo que sua superioridade em rendimento sobre o Frontana é em média 49,5% e o seu índice de segurança e eficiência 88%.

C. Perspectiva

Como perspectivas muito próximas temos as linhagens B4, da Estação Experimental de Bagé, e S3, da Estação Experimental de Júlio de Castilhos, de altos rendimentos, superiores em algumas regiões aos altos rendimentos da variedade IAS 20 Iassul. São ambas precoces e resistentes a todas as raças de ferrugem, com exceção da 15 B. B4 tem sua origem no cruzamento de Newpeti x Col. 1.838-51 e S3 no cruzamento de Willet x Colônias.

Com perspectivas mais remotas temos as seguintes linhagens, também de altos rendimentos, que entram no âmbito dos Ensaio SAPEAS.

Precoces B8 e B9, da E.E. de Bagé; C 11, da E.E. de Veranópolis; S8 — S12 — S15 — S18 — e S 29 da E.E. de Júlio de Castilhos.

Tardios — C 15 da E. E. de Veranópolis, e E36 da E.E. de Encruzilhada do Sul.

Sua produção no Ensaio Estadual de 1964

Epoca	Locais	IAS 20 Iassul	B 8	B 9	C 11	S 12	S 15	S 18
1ª	S. Borja	2.791	3.878	2.933	2.383	2.625	2.380	1.676
	J. Castilhos	2.147	1.503	1.628	2.482	1.668	696	1.576
	Bagé	2.087	2.419	2.219	1.887	1.831	2.244	2.156
	Enc. do Sul	947	1.850	1.241	1.874	1.025	980	1.785
	Veranópolis	2.682	2.776	1.936	2.216	517	1.802	2.457
2ª	J. Castilhos	2.502	2.050	1.625	1.925	1.800	1.600	2.012
	Bagé	2.021	2.412	2.381	2.163	2.044	2.507	2.518
	Enc. do Sul	1.475	1.580	1.468	1.802	1.428	1.336	1.934
	Veranópolis	1.875	1.815	2.270	2.901	2.535	2.660	2.197

Produção de S 8 no Ensaio de Regionalização

Locais	IAS 20 — Iassul	S 8
Bagé	1.446	1.956
J. Castilhos	2.655	1.955
Encruz. do Sul	1.270	2.062
Vacaria	2.580	1.395
Nova Prata	1.172	3.126
L. Vermelha	1.810	1.317
		1.993

Linhagens tardias

Linhagens

C-15
E 11
E 36

"Pedigree"

(Trintecino x Egypt NA 101) x Timstein
Trintecino x Kenya Farmer
Colônias x (Supremo x Kenia)

Sua reação às raças fisiológicas da ferrugem do colmo

Linhagem	R. 11	R. 15B	R. 17	R. 17-61	R. 17-63
C-15	R	R	R	R	R
E-11	R	MS	R	R	R
E 36	I.	S	R	R	R

Produções de E 36 e C 15 no E. Estadual

Epoca	Locais	IAS 16 — Cruz Alta	E 36	C 15
1ª	Bagé	1.770	1.970	1.970
	S. Borja	2.980	2.720	3.390
	J. Castilhos	3.154	2.535	2.199
	Enc. do Sul	1.135	1.405	1.515
	Veranópolis	2.270	2.253	2.285
2ª	Bagé	1.900	2.190	1.770
	J. Castilhos	2.296	3.031	1.727
	Enc. do Sul	1.585	2.130	1.975
	Veranópolis	2.665	2.393	2.377

Produção de E 11 no Ensaio de Regionalização

Locais	IAS 16 — Cruz Alta	E 11
Bagé	1.298	1.654
J. Castilhos	1.281	1.297
D. Marco (E. Sul)	856	1.145
Vacaria	2.097	1.649
Nova Prata	1.434	1.527
L. Vermelho	2.206	1.723

Trabalho apresentado pelo Eng. Ag. Victor Alves Pacheco e J. M. C. Pompeu na Reunião da Com. Brasileira do Trigo, realizado em Guanabara, de 28 de junho a 2 de julho de 1965.

GERMOPLASMA UTILIZADO NOS TRABALHOS DE MELHORAMENTO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA

Dentre uma gama de variedades, apresentamos as seguintes:

1. Alto rendimento

Colónias, Trifani, Colotans 84-81, etc.

2. Resistência ao acamamento

Trifani 54, Yagui, Mara, Gato, Nono 10 e derivados e mais recentemente, alguns trigos de Angola.

3. Resistência à doação

Frontana, Trapeano, Sinvalo-ano, etc.

4. Resistência à ferrugem do colmo (*Ustilago graminis tritici*)

T 101 — T II 704

En (K 58 x N) várias linhas

Egpi Na 101

Kenya 58

Reliance (Novas raças).

Beladi 116

Leona Rojo

Kenya 117 A

Md — Mo M — Exchange

Sinvalocho guma

Rafaela H II-60

5. Resistência à ferrugem da folha (*Puccinia recondita*)

Frontana (em planta adulta)

Gato

Kenya Pioneer

Selkirk

6. Resistência à *Septoria nodorum*

Curel

Lin Calel

Imperial Atabor

Flint

Purplestrow

tritium thriophoevi

Red May

Orizo da Costa Rica

Gasta

Red Hart

Chinês x Agr. dicynatum

Goldley

Cavala

7. Resistência à *Septoria tritici*

Chino x Lin Calel 166

Curel

Red May

Bordenax

Cardinal Provença

8. Resistência à *Fusarium (G. Grande)*

Shun-Shun-Naga

Tokay 62

Tokay 63

Tokay 64

Toropi

9. Resistência à *Helmintosporium*

(*Helm. thosporium seilani*)

Goberl

10. Resistência ao *Ciclo (Ciclo)*

Arminster

Guwora

Betania

Tr. Thriophoevi

Hope

Acotan

Normandia

Klein 157

L 1123

11. Genótipos para ritmo lento de desenvolvimento

Chin

12. Alta produtividade

Super proce 812

Super proce 815

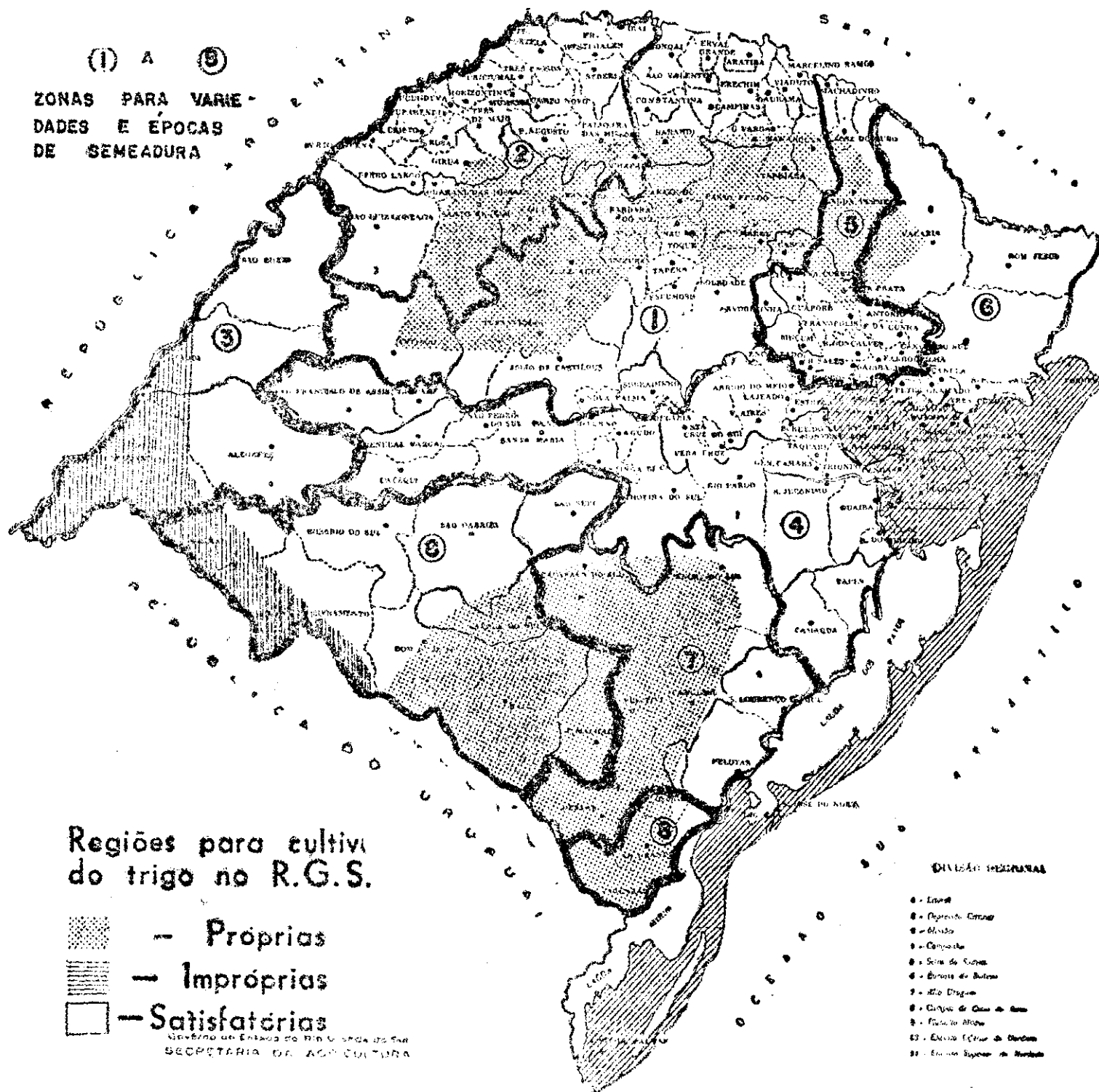
Proce

S — 12 (linhagem da E.M.F.S.)

Variedades bases utilizadas nos trabalhos de cruzamento:

Frontana, PASSUL, Colónias, Nova Prata, Proclúdo, Coliperá, Toropi, Cruz Alta, Tia, Sudeste, Curitiba, Vila Velha, Veranópolis, Campina e Carazinho. — Carlos Alberto Sá Leite.

1ª REUNIÃO REGIONAL — CONCLAVE NACIONAL DA INDÚSTRIA DO TRIGO
PÓRTO ALEGRE — 8 A 10 DE JULHO DE 1963
SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



MESA

Presidente — Moura Andrade
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama
 1º Secretário — Dinarte Mariz
 2º Secretário — Gilberto Marinho
 3º Secretário — Barros Carvalho
 4º Secretário — Catiote Pinheiro
 1º Suplente — Joaquim Parente
 2º Suplente — Galdo Mondim
 3º Suplente — Sebastião Archer
 4º Suplente — Paul Guberti

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio
 Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA

TITULARES

Eugênio Barros
 José Feliciano
 Loure da Costa
 Antonio Carlos
 Julio Leite

SUPLENTE

Vivaldo Lima
 Atilio Fontana
 Dix-Huit Rosado
 Adolpho Franco
 Zacarias de Assumpção

M D B

Argemiro de Figueiredo
 José Ermirio

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quarta-feira, às 16:30 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos
 Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
 Jefferson de Aguiar
 Afonso Arinos
 Henrique Vilela
 Eurico Rezende
 Milton Campos
 Gay da Fonseca

SUPLENTE

Filinto Müller
 José Feliciano
 Daniel Krieger
 Menezes Pimentel
 Benedito Valadares
 Melo Braga
 Vasconcelos Torres

MDB

Antonio Balbino
 Arthur Virgílio
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
 Adalberto Sena
 Edmundo Levi
 Aurelio Viana

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-6.

Reuniões: 4ª.-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Pereira
 Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA

TITULARES

Eurico Rezende
 Henrique Vilela
 Lopes da Costa
 Melo Braga
 José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
 Filinto Müller
 Zacarias de Assumpção
 Benedito Valadares
 Vasconcelos Torres

MDB

Aurelio Viana
 Silvestre Pereira

Oscar Passos
 Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terça-feira, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(8 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atilio Fontana
 Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA

TITULARES

Atilio Fontana
 Julio Leite
 José Feliciano
 Adolpho Franco
 Melo Braga
 Domício Gondim

SUPLENTE

Jefferson de Aguiar
 José Leite
 Sigefredo Pacheco
 Zacarias de Assumpção
 Dix-Huit Rosado
 Gay da Fonseca

MDB

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico
 Arthur Virgílio

João Abrahão
 Josaphat Marinho
 José Ermirio

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quarta-feira, às 15:30 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Padre Calazans
 Gay da Fonseca
 Arnon de Melo
 José Leite

SUPLENTE

Benedicto Valadares
 Afonso Arinos
 Melo Braga
 Sigefredo Pacheco
 Antonio Carlos

M D B

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Arthur Virgílio
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quarta-feira, às 15:30 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA

TITULARES

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Irineu Bornhausen
 Adolpho Franco
 José Leite
 Domício Gondim
 Marcel Vilela
 Lopes da Costa

SUPLENTE

Atilio Fontana
 José Guilomard
 Eugênio Barros
 Menezes Pimentel
 Antonio Carlos
 Daniel Krieger
 Julio Leite
 Gay da Fonseca
 Melo Braga
 Filinto Müller

M D B

Argemiro de Figueiredo
 Bezerra Neto
 João Abrahão
 Oscar Passos
 Pascoa de Queiroz

Edmundo Levi
 Josaphat Marinho
 José Ermirio
 Lino de Mattos
 Silvestre Pereira

Secretário: Hugo Henrique de Figueiredo

Reuniões: Quarta-feira, às 16 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

ARENA
TITULARES

José Feliciano
Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Lobão da Silveira
Vivaldo Lima
Lopes da Costa
Eurico Rezende
Eugênio Barros

M D B

José Ermírio
Nelson Maculan

Aarão Steinbruch
Pessoa de Queiroz

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Or. Leg. PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(b MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Senador José Cândido

ARENA
TITULARES

Vivaldo Lima
José Cândido
Eurico Rezende
Zacharias de Assunção
Atílio Fontana
Heribaldo Vieira

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lopes da Costa
Eugênio Barros
Lobão da Silveira
Manoel Villaga

M D B

Aarão Steinbruch
Edmundo Levi
Ruy Carneiro

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Bezerra Neto

Secretaria: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Terças-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

ARENA
TITULARES

Domicio Gondim
Jefferson de Aguiar
Benedicto Valldares
José Leite
Lopes da Costa

SUPLENTE

Afonso Arinos
José Feliciano
José Cândido
Meilo Braga
Filinto Müller

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Argemiro de Figueiredo
Nelson Maculan

Secretaria: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Villaga.

ARENA
TITULARES

Manoel Villaga
Sigefredo Pacheco
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Lopes da Costa
Antônio Carlos
Domicio Gondim

M D B

Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz

Secretaria: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

ARENA
TITULARES

Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves
Antônio Carlos
Gay da Fonseca
Eurico Rezende
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Rui Palmeira

M D B

Bezerra Neto
José Ermírio
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretaria: José Soares de Oliveira Filho.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lino de Mattos

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA
TITULARES

Antônio Carlos
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Dix-Huit Rosado

M D B

Bezerra Neto
Lino de Mattos

Edmundo Levi
Silvestre Férries

Secretaria: Sarah Abrahão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Benedito Valladares

Vice-Presidente: Senador Pessoa de Queiroz

ARENA

TITULARES

Benedito Valladares
Filinto Müller
Rui Palmeira
Vivaldo Lima
Antônio Carlos
José Cândido
Padre Calazans

SUPLENTE

José Guilomard
Victorino Freire
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Arnon de Melo
Mozabaldo Vieira

MDB

Arão Steinbruch
Aurélio Vianna
Oscar Passos
Pessoa de Queiroz

Argemiro de Figueiredo
João Abrahão
Nelson Maculan
Ruy Carneiro

Secretaria: J. B. Castellan Branco.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Miguel Couto
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Lopes da Costa
Eugênio de Barros

MDB

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Secretaria: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Zacarias de Assunção

Vice-Presidente: Senador Oscar Passos

ARENA

TITULARES

José Guilomard
Victorino Freire
Zacarias de Assunção
Irineu Bornhausen
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

Atílio Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Eduardo Rezende
Manoel Villaga

MDB

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Josephat Martinho
Ruy Carneiro

Secretaria: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Senador Victorino Freire

ARENA

TITULARES

Vasconcelos Torres
Victorino Freire
Melo Braga
Arnon de Melo
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Antônio Carlos
Miguel Couto
Manoel Villaga

MDB

Adalberto Sena
Nelson Maculan

Aurelio Vianna
Lino de Matos

Secretaria: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: João Abrahão

ARENA

TITULARES

José Leite
Arnon de Melo
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Eugênio Barros
Jefferson de Aguiar
José Guilomard

MDB

João Abrahão
Ruy Carneiro

Arthur Virgílio
Pedro Ludovico

Secretaria: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(3 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Edmundo Levi

Vice-Presidente: José Guilomard

ARENA

TITULARES

José Guilomard
Vivaldo Lima
Lopes da Costa

SUPLENTE

Filinto Müller
Zacarias de Assunção
Lobão da Silveira

MDB

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretaria: Neuza Joanna Orlando Veríssimo.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.